



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA

Luan Guedes Goulart

Sobre as Possíveis Variações nas Condições de Verdade e o Embasamento Linguístico
Para tal: um estudo sobre o Contextualismo Epistêmico

Florianópolis

2023

Luan Guedes Goulart

Sobre as Possíveis Variações nas Condições de Verdade e o Embasamento Linguístico

Para tal: um estudo sobre o Contextualismo Epistêmico

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Filosofia

Orientador: Prof. Jaimir Conte, Dr.

Coorientador: Prof. Alexandre Meyer Luz, Dr.

Florianópolis

2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Goulart, Luan Guedes

Sobre as Possíveis Variações nas Condições de Verdade e o
Embasamento Linguístico Para tal : um estudo sobre o
Contextualismo Epistêmico / Luan Guedes Goulart ;
orientador, Jaimir Conte, coorientador, Alexandre Meyer
Luz, 2023.

108 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa
de Pós-Graduação em Filosofia, Florianópolis, 2023.

Inclui referências.

1. Filosofia. 2. Epistemologia. 3. Contextualismo
Epistêmico. 4. Atribuições de conhecimento. 5. Condições de
verdade. I. Conte, Jaimir. II. Luz, Alexandre Meyer. III.
Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós
Graduação em Filosofia. IV. Título.

Luan Guedes Goulart

Sobre as Possíveis Variações nas Condições de Verdade e o Embasamento Linguístico Para tal:
um estudo sobre o Contextualismo Epistêmico

O presente trabalho em nível de Mestrado foi avaliado e aprovado, em 25 de agosto de 2023, pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof. Jaimir Conte, Dr.

Orientador

Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Alexandre Meyer Luz, Dr.

Coorientador

Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Jerzy Brzozowski, Dr.

Universidade Federal de Santa Catarina

Prof.(a) Jeane Vanessa Santos Silva, Dra.

Universidade Federal de Santa Catarina

Certificamos que esta é a versão original e final do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de Mestre em Filosofia.

Coordenação do Programa de Pós-Graduação

Florianópolis, 2023.

Ao Levi da Rosa Goulart.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus professores, desde a escola até a graduação, que me ensinaram todo o pouco que sei hoje, e se dedicam a profissão mais nobre. Minha esperança em aprender mais e construir um mundo melhor reside em vocês.

Ao professor Jerzy Brzozowski, por todos os apontamentos durante a qualificação que possibilitaram a melhora do presente trabalho.

Ao meu orientador Jaimir Conte, por sua paciência e disponibilidade durante todo o processo.

Ao meu coorientador Alexandre Meyer Luz, pelos insights e pela motivação, desde a graduação, para estudar epistemologia.

Aos meus amigos e familiares, por todo suporte emocional durante o processo, não permitindo que eu tivesse dúvidas sobre minha escolha profissional.

E por último, meu mais importante agradecimento é para a Professora Jeane Silva, que me apresentou o Contextualismo Epistêmico ainda em 2016, e que durante todo o processo do mestrado me ensinou um pouco mais sobre o que é ser professor, que vai além da sala de aula. Não é exagero dizer que sem a professora este trabalho não teria sido possível.

A filosofia prospera no desacordo. A discordância motiva nossa busca pela verdade objetiva. Normalmente é ao encontrar alguém que discorda de nós que sentimos a necessidade de fundamentar nossa opinião (KOMPA, 2014, p. 137).

RESUMO

O presente trabalho tem o intuito de dissertar sobre o Contextualismo Epistêmico, desde sua motivação, passando pelas principais dificuldades enfrentadas pelo empreendimento, até seus mais recentes desdobramentos. Para isso, começamos o trabalho dissertando sobre o Ceticismo, que defende as atribuições cotidianas de conhecimento não são verdadeiras, mas apenas próxima o suficiente do satisfatório a fim de possibilitar seu uso cotidiano. Neste contexto que o Princípio de Fechamento Epistêmico surge com forte apelo lógico para fundamentar a alegação cética de que as exigências que a epistemologia faz para as atribuições de conhecimento não podem ser cumpridas. A partir disso, dissertamos sobre teorias que pretendem lidar com o argumento cético de um jeito não convencional. Ao invés de refutar algum de seus pressupostos, delimita-se o escopo de atuação do argumento, resguardando as atribuições de conhecimento ordinárias e limitando sua atuação a contextos de alta exigência epistêmica. Após passarmos pelos principais autores que sustentam a tradição contextualista, estudamos um recente desdobramento da teoria, o Contextualismo não-Indexical, que pretende evitar os principais desafios enfrentados pelo Contextualismo tradicional retirando dos pressupostos da teoria aspectos linguísticos que apresentam dificuldades ao embasamento da teoria tradicional.

Palavras-chave: Epistemologia; Contextualismo Epistêmico; Atribuições de Conhecimento.

ABSTRACT

The present work intends to discuss Epistemic Contextualism, from its motivation, through the main difficulties faced by the proposal and its most recent developments. For this, we begin by lecturing on Skepticism, which defends that ordinary knowledge attributions are not exactly true, but just close enough to satisfactory in order to enable their ordinary use. In this context that the Principle of Epistemic Closure emerges with a strong logical appeal to substantiate the skeptical claim that the requirements made by epistemologists for the knowledge attributions cannot be fulfilled. Based on this, we discuss theories that intend to deal with the skeptical argument in an unconventional way. Instead of refuting some of its assumptions, the scope of the argument's action is delimited, protecting ordinary knowledge attributions and limiting its action to contexts of high epistemic standards. After going through the main authors who support the contextualist tradition, we study a recent development of the theory, non-Indexical Contextualism, which intends to avoid the main challenges faced by traditional Contextualism by removing linguistic aspects from the theory's assumptions that present difficulties in the foundation of the traditional theory.

Keywords: Epistemology; Epistemic Contextualism; Knowledge Attributions.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

PFE Princípio do Fechamento Epistêmico

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
2. O PROBLEMA DO PARADOXO CÉTICO.....	17
2.1 Elevação dos padrões epistêmicos	22
2.2 Princípio do Fechamento Epistêmico.....	24
2.3 Alternativas Relevantes	32
2.4 Abordagem Contextualista das Alternativas Relevantes.....	40
2.5 Regras de Relevância em Lewis	45
3. CONTEXTUALISMO EPISTEMOLÓGICO.....	53
3.1 Motivações Para Assumirmos a Teoria Contextualista.....	53
3.2 Tipos de Contextualismo	56
3.3 Mudança Contextual	59
4. HÁ BASE LINGUÍSTICA PARA A TEORIA CONTEXTUALISTA?	76
4.1 Sensibilidade Contextual & Dependência Contextual	78
4.2 ‘Sabe’ como indexical	79
4.3 ‘Sabe’ como gradual.....	83
4.4 ‘Sabe’ como termo vago.....	93
4.5 ‘Sabe’ como não-indexical	95
5. CONCLUSÃO.....	101
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	103

1. INTRODUÇÃO

Roberto e João estão quase chegando na sala de aula da universidade com alguns minutos de antecedência. Sabendo da fama do professor de sempre se atrasar para as aulas, Roberto aposta com seu amigo o valor de um café pequeno que o professor irá se atrasar, como de costume. Seu amigo aceita participar da brincadeira. Chegando próximo ao prédio seu amigo visualiza o carro do professor estacionado e diz “Ganhei um café! O carro do professor está aqui, sabemos então que ele está na universidade”. Roberto desembolsa R\$ 2,00 para o café de João e ambos caminham para a sala de aula. Instantes depois, dois policiais se aproximam e perguntam a ambos se sabem se o professor em questão, o mesmo da aposta, está na universidade, pois ele é suspeito de um homicídio. Sem titubear os estudantes respondem “Não sabemos. O carro dele está estacionado na frente do prédio, mas não sabemos se ele está na universidade”.

A evidência que se tem em ambas as situações, a saber, o carro do professor estacionado, é a mesma. Contudo, no primeiro cenário ambos acreditam saber de algo e logo em seguida, sem que as evidências tenham mudado, acreditam não saber deste mesmo algo. O cenário mudou, tornou-se mais exigente, e a consequência do erro, que antes era café barato, tornou-se maior, afinal, trata-se da investigação de um homicídio. Mas será que há contradição entre o que Roberto e João disseram no primeiro e no segundo cenário? Ou será que “sabemos que o professor está na universidade” e “não sabemos se o professor está na universidade”, com base no mesmo conjunto de evidências e ditas pelos mesmo sujeitos podem ser ambas verdadeiras?

Este trabalho tratará do Contextualismo Epistêmico, teoria que tenta explicar epistemicamente e, também, linguisticamente, o que ocorre em cenários como o descrito acima. Algumas perguntas que tentam ser respondidas é o porquê ambos os cenários representam exigências diferentes, como essas exigências são colocadas, o que muda de um cenário para o outro e qual o tratamento linguístico para o termo ‘conhecimento’ que permitiria tal flexibilidade no seu uso. Contudo, antes de entrar no Contextualismo Epistêmico propriamente dito, precisamos delimitar onde este trabalho se coloca no campo da epistemologia.

A epistemologia tem se esforçado, em toda sua tradição, para definir o que significa o termo ‘conhecimento’. Ou melhor: o que, de fato, significa conhecer/saber¹. Muitas teorias e teses têm sido propostas desde então, esforçando-se para captar ideias intuitivas que

¹ Durante todo este trabalho os termos ‘conhece’ e ‘sabe’ serão tratados como sinônimo, como o faz a tradição epistemológica. Em alguns idiomas, como o inglês, há uma só palavra para ambos os termos, a saber, ‘*know*’.

embasariam as atribuições cotidianas de conhecimento, ao mesmo tempo em que tentam não sucumbir a problemas como os casos tipo- Gettier e o ceticismo.

Com isso, é comum que se separe as atribuições de conhecimento em três diferentes tipos, dos quais apenas um é o foco principal de estudo da comunidade epistemológica. Essa divisão, apesar de também encarar seus desafios, e por isso será tratada apenas superficialmente, pode ser útil para a delimitação do problema em questão neste trabalho. Podemos separar as atribuições de conhecimento em casos de conhecimento por familiaridade, conhecimento prático e conhecimento proposicional.

O conhecimento por familiaridade é aquele que se adquire por contato com o objeto conhecido. Na sentença “Roberto conhece Florianópolis” está implícita uma relação de familiaridade de Roberto com Florianópolis. Note que esse conhecimento é facilmente adquirido por animais, no caso de conhecerem seus donos e seu lar. Já o conhecimento prático, ou por habilidade, é aquele a que nos referimos em sentenças do tipo “Neymar sabe jogar futebol” ou “Anderson Silva sabe lutar”. São casos de conhecimento que se destacam por serem habilidades práticas, adquiridas e passadas através de treino.

Já o terceiro tipo, o conhecimento proposicional, é interessante por se tratar do tipo de conhecimento que forma o corpo do conhecimento científico que se tem hoje. Na sentença “João sabe que Brasil fica na América do Sul”², o sujeito não afirma tal proposição por familiaridade com a América do Sul (João pode nunca ter pisado em terras americanas) nem por uma habilidade adquirida através de treino incessante. João o faz por ter adquirido tal conhecimento, seja na escola ou em livros didáticos. É o caráter de poder ser transmitido através de livros e escrita que torna o conhecimento proposicional tão caro aos epistemólogos. Segundo Luz,

O conhecimento proposicional possui algumas características que fazem dele algo de particularmente valioso para nós, humanos. Enquanto o conhecimento como habilidade pode ser desenvolvido pela repetição e o conhecimento por familiaridade pela convivência, eles não podem, por exemplo, ser transmitidos à distância, através de livros ou produtos culturais semelhantes. O conhecimento proposicional, devido exatamente ao seu caráter proposicional, garante-nos a estabilidade para aquele tipo de análise detalhada que chamamos de “ciência”, “filosofia” etc. (LUZ, A. M., 2013, p. 17).

Por causa de sua importância, o foco maior da pesquisa epistemológica tem sido, historicamente, a respeito da natureza do conhecimento proposicional e da dinâmica de suas

² Note que atribuições de conhecimento proposicional têm o formato ‘*S* sabe que *P*’, onde *S* é a variável para sujeito e *P* para proposição.

atribuições. Com tanta literatura produzida sobre o assunto, podemos dizer que há alguns “lugar-comum” em tais pesquisas que, mesmo não sendo livres de dificuldades, parecem ser pontos de partida promissores. Um desses lugares comuns é a análise tradicional das atribuições de conhecimento, também conhecida como análise tripartite.

A análise tradicional do conhecimento propõe que toda atribuição de conhecimento que se faz a alguém, no formato ‘*S* sabe que *P*’ está fundada em três pressupostos, sendo eles a crença, a verdade e a justificação. Tais pressupostos, apesar de tradicionais, não são livres de críticas ou dificuldades, como os já citados casos tipo- Gettier e ceticismo.

A ideia desses pressupostos, que serão tratados aqui apenas de maneira superficial, é a de reunir as intuições mais básicas a respeito dos elementos que constituem uma atribuição de conhecimento³. Nesse sentido, o pressuposto da crença⁴ é exigido por se entender como inconsistente a conjunção ‘*S* sabe que *P*, mas não acredita que *P*’. Imaginemos, como exemplo, a conjunção ‘*S* sabe que o Cristo Redentor fica no Rio de Janeiro, mas não acredita que o Cristo Redentor fica no Rio de Janeiro’. A consequência de não tomar a crença como um pré-requisito para a atribuição de conhecimento parece gerar consequências indesejáveis como a conjunção citada. A inconsistência que surge neste cenário é que faz com que a crença seja um dos pressupostos básicos para atribuições de conhecimento.

O mesmo pode ser dito para o pressuposto da verdade em atribuições de conhecimento. Parece, novamente, bastante inconsistente atribuir conhecimento a *S* de que *P* quando se sabe que não é o caso que *P*. Ou seja, atribuir conhecimento a si mesmo ou a alguém quando se sabe que o que está sendo dito é falso. Pensemos, por exemplo, na atribuição ‘*S* sabe que o Brasil é uma monarquia, mas não é o caso que o Brasil seja uma monarquia’. Diríamos, deste cenário, que *S* não sabe que o Brasil é uma monarquia, a final este não é o caso. Aqui, de novo, é a inconsistência que surge neste cenário que faz com que a verdade seja um dos pressupostos básicos.

Contudo, os critérios da crença e verdade, apesar de serem necessários, não parecem ser suficientes para que se configurem um caso de conhecimento. Um “chute” certo em uma prova, por exemplo, preenche ambos os critérios e ainda parece não se configurar um caso no qual se atribui conhecimento- diríamos que o acerto foi por sorte. Por conta disso, comumente se exige que haja uma justificação que, de algum modo, relacione a crença com sua verdade

³ Para uma discussão detalhada de cada um dos itens da tradicional teoria tripartite do conhecimento, ver Paul K. Moser, *et al* (1997).

⁴ Determinar o que pode ser entendido por “crença” diz respeito mais a psicologia propriamente dita do que a epistemologia. No entanto, parte-se de uma ideia superficial comum de que ter uma crença é tomar uma proposição como verdadeira.

para que se configure um caso de conhecimento. Deste modo, para a atribuição de que ‘*S* sabe que $2+2=4$ ’ não basta que *S* assinale a opção correta em uma prova. Mas que demonstre por meio de cálculo que é capaz de chegar a tal conclusão, por meio de raciocínio próprio.

A teoria tripartite não é imune a críticas e historicamente enfrenta desafios que contestam sua eficiência. Dentre os desafios mais conhecidos aos epistemólogos que trabalham em teorias da justificação do conhecimento, estão os propostos por Gettier na década de 60 e o ataque cético, que há milênios desafia as atribuições de conhecimento cotidianas.

Os casos tipo- Gettier são situações em que um sujeito (*S*) tem uma crença verdadeira e uma justificação plausível, mas ainda assim falha em conhecer por não conectar a verdade da crença a sua justificação. Tais casos pressupõem uma identificação errada das evidências por parte de *S*, do qual precisaria ser exigida uma racionalidade extremamente aguçada para identificar tais erros, e uma dose de sorte para que a crença continue sendo verdadeira mesmo com a identificação errada das evidências⁵.

Um dos exemplos dados por Gettier para ilustrar sua teoria consiste em um cenário onde Smith, candidato a uma vaga de emprego, ouve o diretor da empresa falando que Jones é quem vai ficar com a vaga. Ao saber disso, Smith visualiza Jones colocando dez moedas no bolso. Logo, Smith cria a crença de que o contratado terá dez moedas no bolso. Tal crença está justificada e Smith acredita nela. Acontece que Smith, inesperadamente, acaba contratado pela empresa e, sem que saiba, tem dez moedas no seu próprio bolso. Logo a sentença antes que antes era uma crença justificada se mostra verdadeira. Porém não é verdadeira por causa da justificação, que se mostrou errônea, mas por pura sorte. Deste modo, Gettier mostra que é possível haver uma crença verdadeira e justificada que não se configura em conhecimento- este ficou conhecido como o problema de Gettier.

Já o ceticismo, *grosso modo*, defende a impossibilidade de se estar justificado a respeito de alguma crença, qualquer que ela seja. Para isso, usa-se um padrão de argumentação⁶ em que se levanta uma alternativa segundo a qual a proposição que se pretende conhecer (*P*) é falsa ($\neg P$), exigindo do pretense conhecedor (*S*) mais evidências que sustentem sua alegação de conhecimento e refute a alternativa recém levantada.

É aqui que entra a teoria cerne deste trabalho, o Contextualismo Epistêmico, que pretende explicar a mecânica epistêmica e o embasamento linguístico que permitem a ação do argumento cético. O primeiro capítulo deste trabalho será uma breve descrição da argumentação cética e seu embasamento epistêmico, como o Princípio de Fechamento. Ao tratar do Ceticismo,

⁵ Para mais detalhes ver Gettier (1963).

⁶ COHEN, 1987, p. 17.

o capítulo abordará, também, a Teoria das Alternativas Relevantes, de Dretske, que pretende oferecer uma resposta ao argumento cético. Tal teoria também pode ser entendida como um primeiro passo da epistemologia ao Contextualismo Epistêmico, que será tratado no segundo capítulo.

Apresentarei, também, no segundo capítulo deste trabalho, três das principais teorias contextualistas hoje em dia. A saber, David Lewis (1973; 1979; 1980; 1986; 1996), Keith DeRose (1992; 1995; 1996; 1999; 2008; 2009) e Stewart Cohen (1986; 1987; 1988; 1999; 2000). Essas três propostas devem ser suficientes para desenhar o arcabouço geral do funcionamento das propostas contextualistas e os desafios por elas encontrados.

David Lewis apresentará um contextualismo muito próximo da Teoria das Alternativas Relevantes de Dretske. Lewis estabelece regras conversacionais que, segundo ele, são responsáveis por determinar o padrão epistêmico em voga num determinado contexto. Algumas das regras são duramente criticadas por parecerem conceder demais aos contextualistas, como a regra da atenção, que, segundo o autor, diz que toda vez que uma alternativa cética for levantada ela não pode mais ser ignorada *apropriadamente*. No entanto, Lewis tenta estabelecer os critérios objetivos, não postulados por Dretske, para determinar quando uma alternativa contrária a *P* deve ou não ser levada em consideração em uma atribuição de conhecimento.

Keith DeRose, por sua vez, sugere que o termo ‘conhecimento’ seja entendido com um indexical, que muda seu significado a depender do contexto em que foi proferido. Assim como outros indexicais, como ‘aqui’ ou ‘agora’, sugere DeRose, extraem seu significado do contexto em que se está, o termo ‘conhecimento’ mudaria de significado a depender do contexto conversacional. E, assim como não há contradição em dizer “eu estou aqui” quando se está na sala e, depois, dizer “eu estou aqui” quando se está no quarto, também não há contradição entre dizer que se sabe e, depois, que não se sabe com base nas mesmas evidências.

Stewart Cohen defende que há um componente social fortemente presente nas atribuições de conhecimento. Na sua teoria, o autor cria conceitos como ‘subjetivamente evidente’ e ‘subjetivamente opaco’ ou ‘intersubjetivamente evidente’ e ‘intersubjetivamente opaco’ para estabelecer as regras sociais para as atribuições de conhecimento. O autor pretende, com esses critérios, estabelecer como se alteram os graus de exigências para que uma atribuição de conhecimento possa ser *apropriadamente* feita.

Concluída a apresentação das teorias supracitadas, estudaremos o embasamento linguístico das teorias contextualistas no terceiro e último capítulo. Dentre os autores estudados, Kent Bach (2012) apresenta uma importante distinção entre sensibilidade contextual e dependência contextual, que por vezes parece não ser levada em consideração por autores

contextualistas; e David Kaplan (1977) estabelece uma lista de termos indexicais, com os quais os contextualistas constroem analogias com atribuições de conhecimento, na qual não há verbos, dificultando as comparações entre o termo ‘sabe’ e os termos indexicais.

Ainda no terceiro capítulo, apresentarei testes linguísticos elaborados por Jason Stanley (2004) com a finalidade de detectar características apresentadas por termos graduais, como ‘rápido’, ‘alto’ e ‘arrepender-se’, e analisar se estão presentes em ‘conhecimento’. Além disso, discorrerei sobre a resposta de Michael Blome-Tillmann (2006) aos testes elaborados por Stanley e a sugestão de ‘ronca’ como um verbo graduável de comportamento análogo a ‘sabe’. Por último, falaremos brevemente sobre o Contextualismo não-Indexical, defendido por Jeane Silva (2017) e Nikola Kompa (2014), que pretende oferecer uma teoria contextualista sem os desafios linguísticos enfrentados pelo contextualismo tradicional ao sugerir sensibilidade contextual no lugar de dependência contextual.

Espero que ao final dos três capítulos eu tenha conseguido guiar o leitor por uma rápida introdução ao Contextualismo Epistêmico, desde sua razão de existir, como uma resposta ao Ceticismo, até seus desdobramentos mais recentes, como é o caso do Contextualismo não-Indexical. Espero, também, ter oferecido subsídio para que possa ser iniciada uma pesquisa no tema com a bibliografia aqui apresentada.

2. O PROBLEMA DO PARADOXO CÉTICO

O ceticismo, grosso modo, é a corrente filosófica que defende a impossibilidade da aquisição ou retenção de conhecimento. Tal impossibilidade estaria fundamentada na ideia de que uma crença nunca pode estar completamente justificada, sempre havendo espaço para dúvidas, ou seja, *diante de qualquer proposição p , a única atitude doxástica epistemicamente responsável seria a suspensão do juízo (D)*. Isto naturalmente levanta a questão de se a única atitude doxástica epistemicamente responsável perante D seria, também, a suspensão do juízo, ou seja, a suspensão de juízo diante da proposição de que se deve suspender o juízo. A resposta a esta pergunta nos deixa com dois tipos de ceticismo⁷, a saber, o ceticismo cartesiano (ou acadêmico) e o ceticismo pirrônico.

No caso do ceticismo acadêmico, temos que não só que a atitude doxástica diante de D é a crença, mas também a adesão ao princípio de interação comprometida, que sugere que quando S crê em p , S crê que p está justificado⁸. Já os pirrônicos, se assumissem o mesmo princípio, entrariam em contradição, visto que mesmo crendo em D sua atitude diante de D é a de suspensão de juízo. Concluímos, assim, que o ceticismo pirrônico, da forma bastante superficial que foi exposto, é um ceticismo mais radical e o ceticismo cartesiano menos radical, mesmo que ele ainda pretenda nos arrancar da condição de conhecedor de proposições ordinárias.

Dito isso, para delimitar o escopo do presente trabalho, focarei no ceticismo cartesiano em um formato costumeiramente chamado de ceticismo local, em detrimento do ceticismo global, cuja distinção faço a seguir.

Começemos pelo ceticismo global, no qual a característica distintiva é colocar sob suspeita toda e qualquer forma de justificação para atribuições de conhecimento, seja esse conhecimento referente ao mundo exterior ou interior à mente do sujeito (S). Neste tipo de ataque cético, o alvo não é um modo de inferência específico, que se dá em determinado espaço e tempo, mas sim a própria possibilidade de sujeitos cognoscentes justificarem racionalmente suas crenças.

Uma formulação famosa deste tipo de ceticismo, conhecida como Hipótese do Cérebro na Cuba, foi oferecida por Hilary Putnam (1999). Nela o autor coloca o seguinte questionamento: se a hipótese de sermos cérebros em uma cuba, conectados a eletrodos em um

⁷ "Skepticism", *The Stanford Encyclopedia of Philosophy* (Winter 2019 Edition).

⁸ Ibid.

computador que simulasse perfeitamente todas as sensações que temos, como a de se ter um corpo e pensamentos fosse levantada, conseguiríamos refutá-la?

Neste cenário, a própria atitude de se questionar e duvidar da própria existência seria resultado dos estímulos enviados pelo computador, assim como qualquer tentativa de refutar a própria existência de tal computador. Nessas condições não há maneira de apoiar uma justificação em alguma espécie de realidade, pois tudo que se toma como real pode estar sendo gerado artificialmente por uma máquina. Para Putnam,

Por mais improvável, extravagante ou mesmo por mais bizarro que pareça supor que você é um cérebro numa cuba, parece também que você não *sabe* que não o é. Como você *podia* saber tal coisa? E parece também que, em relação a tudo que você sabe, se você é um cérebro numa cuba, então você não sabe que tem mãos se, sabendo tudo o que sabe, você não tem corpo e, portanto, não tem mãos? (DeROSE, 1999, p 3)⁹.

Nesta hipótese, qualquer atribuição de conhecimento seria não acurada. Visto que *S* não poderia justificar a própria existência, que é elemento implícito de qualquer linha de raciocínio, tudo que se seguiria estaria comprometido. Assim, como Putnam diz no seu exemplo, ninguém seria capaz de dizer sequer que tem mãos. Pois está implícito na suposição de que se tem mãos, de que se tem, também, um corpo, de tantos quilos e centímetros com tais e tais dimensões.

O ceticismo global faz, portanto, um ataque generalizado aos nossos métodos de aquisição de conhecimento mais elementares, visando defender que não há atribuição de conhecimento que possa estar justificada e, portanto, ser acurada. Este tipo de ceticismo suspende toda e qualquer possibilidade de justificação uma vez que compromete nossas certezas mais ordinárias sobre o mundo externo e interno.

Quando, a despeito de um ataque global, a hipótese cética ameaça a possibilidade de justificação de uma crença específica, que se circunscreve em um determinado contexto conversacional¹⁰, temos um exemplo de ceticismo local. Um conhecido caso de ceticismo local foi formulado por Dretske (1999). No caso da zebra, como o autor chama, um pai leva seu filho ao zoológico e apontando para um animal que se parece com uma zebra, afirma saber que está vendo uma zebra. No entanto, ao pensar na possibilidade de o animal ter sido espertamente

⁹ For however improbable, fasfetched, or even bizarre it seems to suppose that you are a brain in a vat, it also seems that you don't *know* that you're not one. How *could* you possibly know such a thing? And it also seems that if, for all you know, you are a brain in a vat, then you don't know that you have hands. How could you know you have hands if, for all you know, you're bodiless, and therefore handless?

¹⁰ Grosso modo, um contexto conversacional pode ser entendido como um diálogo entre duas ou mais pessoas, que participam dele voluntariamente ou não, e compartilham um determinado conjunto de regras gramaticais, pressupostos e critério de avaliação epistêmica.

pintado para se parecer com uma zebra, e sentindo-se incapaz de refutar tal hipótese, o pai se sente pressionado a retirar sua auto atribuição de conhecimento.

Você leva seu filho ao zoológico, vê diversas zebras e, quando questionado por seu filho, lhe diz que são zebras. Você sabe que elas são zebras? Bem, a maioria de nós pouco hesitaria em dizer que nós sabíamos isso. Nós sabemos como zebras se parecem e, além do mais, esse é o zoológico metropolitano e os animais estão em um cercado claramente sinalizado “Zebras”. Ainda assim, algo ser uma zebra implica que [esse algo] não seja uma mula espertamente disfarçada pelas autoridades do zoológico para se parecer com uma zebra. Você sabe que esses animais não são mulas espertamente disfarçadas pelas autoridades do zoológico para se parecerem com zebras? Se você está tentando responder “sim” a essa questão, pense um momento a respeito de quais razões você possui, qual evidência você pode produzir em favor dessa alegação. A evidência que você tinha para pensar [que os animais eram] zebras foi efetivamente neutralizada, pois ela não conta em favor [dos animais] não serem mulas espertamente disfarçadas para se parecerem com zebras. Você checkou com as autoridades do zoológico? Você examinou de perto os animais, suficientemente para detectar fraude? Você deve fazer isso, mas na maioria dos casos você não faz nada desse tipo (DRETSKE, 1970, p. 1015-16).¹¹

Nota-se, com este exemplo, a diferença entre esses dois tipos de ataque cético. Enquanto no primeiro, do cérebro numa cuba, a hipótese cética procurava invalidar toda forma de aquisição de conhecimento e, por conseguinte, invalidar tudo que se pensa conhecer, no caso da zebra, a hipótese cética procura invalidar uma atribuição de conhecimento específica: “sei que o animal que estou vendo é uma zebra”.

Pode-se dizer que a grande diferença entre os dois tipos de ataques céticos consiste na distância da alternativa levantada em relação ao mundo atual. Isto é, a probabilidade das hipóteses se concretizarem. Para ilustrar este ponto, pense no seguinte cenário: você sai do seu apartamento e chama o elevador. Quando a porta do elevador se abre algo inesperado acontece: tem um animal lá dentro. O mais provável é que o animal seja um pombo e não um elefante ou uma girafa. Ou seja, a hipótese na qual uma girafa aparece no elevador do seu prédio é mais distante do que a hipótese em que aparece um pombo. Deste modo, é comum dizer que hipóteses mais prováveis são mais próximas, enquanto as mais improváveis são mais distantes do mundo real.

¹¹ You take your son to the zoo, see several zebras, and, When questioned by your son, tell him They are zebras. Do you know They are zebras? Well, most of us would have little hesitation in saying that we did know this. We know what zebras look lie, and, besides, this is the city zoo and the animals are in a pen clearly marked “Zebras”. Yet, something’s being a zebra implies that it is not a mule and, in particular, not a mule cleverly disguised by the zoo authorities to look like a zebra. Do you know that thse animals are not mules cleverly disguised by the zoo authorities to look like zebras? If you are tempted to say “Yes” to this question, think a moment about what reasons you have, what evidence you can produce in favor of this claim. The evidence you *had* for thinking them zebras has been effectively neutralized, since it does not count toward their *not* being mules cleverly disguised to look like zebras. Have you checked with the zoo authorities? Did you examine the animals closely enough to detected such a fraud? You might do this, of course, but in most cases you do nothing of the kind.

No ceticismo local, o ataque cético mira justamente um cenário cujo conjunto de evidências falha em justificar que P , mas é próximo o suficiente para ser minimamente plausível. Já no ceticismo global, o ataque mira em um cenário altamente improvável, mas logicamente irrefutável, no qual S não teria justificção para qualquer que fosse o P . Assim, com aplicações sucessivas da estratégia de ceticismo local, o ataque cético pode passar de uma insinuação pontual, como não saber se tenho mãos, a um caso de ceticismo global, como não saber se sou um cérebro em uma cuba, através da elevação incessante do grau de exigência epistêmica.

A diferenciação feita até aqui, entre ceticismo pirrônico e cartesiano e, a partir deste segundo, as ocorrências locais e globais, tem o objetivo de situar o leitor. Isto porque a teoria que será estudada no presente trabalho, o Contextualismo epistêmico, tem a pretensão de lidar com o ceticismo de maneira que resguarde nossas atribuições de conhecimento. Contudo, a meu ver, o Contextualismo lida melhor com os casos de ceticismo cartesiano em suas ocorrências locais, esperando que a partir disso se evite, também, os casos de ceticismo global.

Diante disto, podemos nos perguntar o que confere força ao argumento cético. Por que um argumento que nega o fato de nós sabermos coisas sobre o mundo se coloca como problema a ser resolvido na literatura epistemológica? Sobre isso, Jeane Silva afirma que os céticos se utilizam das exigências epistêmicas para uma atribuição de conhecimento estabelecidas pela tradição epistemológica, para demonstrar que por não satisfazer tais exigências, o conhecimento não poderia ser atribuído.

O ceticismo nos desafia então a provar que a justificção que temos enquanto pretensos sujeitos do conhecimento é suficiente para que sejamos considerados de fato conhecedores, e que, portanto, nossas razões ou evidências são capazes de eliminar as possibilidades de erro e as crenças contrárias. O cético, todavia, se vale das exigências captadas na definição de conhecimento, reivindicando o cumprimento daquilo que a própria tradição epistemológica impõe. Argumentos céticos agem apelando a princípios que estamos dispostos a aceitar e são de veras hábeis em nos remover de uma condição de justificabilidade em que acreditávamos estar, ao mostrar que não possuímos a habilidade de refutar toda e qualquer possibilidade de erro (SILVA, 2017, p. 40).

Deste modo o ceticismo é capaz de, a partir de preceitos básicos amplamente aceitos, chegar a uma conclusão contraintuitiva, que não estamos dispostos a aceitar. Para evitar tal situação, é necessário 1) achar alguma maneira de invalidar o argumento cético ou 2) sair do quadro imposto por ele. O primeiro caminho parece mais intuitivo, afinal, a conclusão do argumento cético não parece correta.

Vale ressaltar que diante da exigência de uma justificação irrefutável, que ofereça evidências de que não sou um cérebro em uma cuba, alguns epistemólogos sugerem a adoção do falibilismo, assumindo a crença de que é possível que uma justificação seja válida e, ainda assim, falível. Segundo Alexandre Luz (2013), após o ensaio de Gettier (1963), é amplamente aceita a ideia de que o conhecimento nem sempre atinge o grau máximo de justificação, no qual não resta possibilidade de erro. O conhecimento e suas atribuições poderiam ser falhos, fazendo com que a atribuição válida no instante t talvez não mais o seja no instante t' .

Uma das consequências do ensaio gettieriano, como vimos, foi o abandono desta ideia de infalibilidade. Isto não abala a ideia de que podemos atingir a verdade e não abala a ideia de que devemos estabelecer certas – vamos dizer, normas epistêmicas. Justificação pode ser medida em graus, e podemos continuar afirmando que é desejável atingir o grau mais alto possível; mas não devíamos esperar que a justificação necessária para o conhecimento seja apenas a do máximo grau, um tipo de certeza imune à toda dúvida possível [...]. Assim como no projeto cartesiano, o conceito de justificação foi tratado, na história da epistemologia, em termos da *perspectiva do sujeito epistêmico*; estar justificado consistia em cumprir (ou ser capaz de) uma série de requisitos intelectuais em relação a uma crença em questão, num determinado instante de tempo t (LUZ, 2013, p. 46).

Segundo Luz, atualmente a posição infalibilista foi totalmente abandonada no meio epistemológico¹², sendo o falibilismo epistêmico amplamente adotado pela comunidade especializada. Essa corrente defende que é possível que atribuições de conhecimento se mostrem, posteriormente, erradas, e que isso seria uma consequência desagradável da natureza humana e dos nossos métodos, que são limitados e, por vezes, erráticos. Ou seja, é possível que as pessoas estejam erradas sobre suas crenças e, ao mesmo tempo, justificadas em mantê-las em um determinado momento, mesmo que em outro momento novas evidências mostrem que a crença estava errada.

Exigir de um sujeito que ele não possa estar errado acerca do que diz conhecer, como o ceticismo o faz, é exigir que a justificação não possa se mostrar falha. Um pressuposto como esse parece não levar em consideração a natureza humana das atribuições de conhecimento, que por vezes exige que se abandone aquilo que um dia foi tido como certo depois da aquisição de novas evidências¹³.

Assim, mesmo parecendo que a adoção do falibilismo é o caminho para evitar o ceticismo, a admissão de tal pressuposto, apesar de difundida, não agrada a todos. Lewis (1986), por exemplo, parece não admitir a conjunção “ S sabe que P , mas pode estar enganado acerca

¹² Luz, 2013, p. 46.

¹³ Sobre crenças bem fundamentadas que precisam ser abandonadas depois de novas evidências coletadas, vale a pena citar a obra de Thomas S. Kuhn (1962) ‘A Estrutura das Revoluções Científicas’.

de P ". Dretske (1970), também propõe uma teoria que tenta, ao mesmo tempo, evitar o ceticismo e o falibilismo epistêmico. De fato, assumir que " S sabe que P , mas pode estar errado acerca de P ", pode soar inconsistente. No entanto, as consequências de não o fazer parecem implicar no ceticismo, que é entendido como mais problemático pela maioria dos epistemólogos.

Um ponto contra o falibilismo epistêmico é que ele não é uma teoria formulada com evidências coletadas, exemplos e uma argumentação canônica. Em vez disso, é uma tese de fundo compartilhada pela comunidade acadêmica de que é possível ter crenças que, apesar justificadas em t , se mostram falsas em t' . Por isso, antes de seguirmos para as teorias que tentam 1) nulificar a arguição cética ou 2) delimitar sua atuação, faz-se necessário estruturar melhor, com base no que já vimos, a arguição cética.

2.1 Elevação dos padrões epistêmicos

Como vimos, o ataque cético aponta para alguma possibilidade que não está no escopo das coisas que podem ser refutadas pelo conjunto de evidências de S em t , revelando, assim, alguma possibilidade de erro e, portanto, impossibilitando a atribuição de conhecimento dado os requisitos céticos. Isso revela uma natureza infalibilista do ataque cético. Isto é, o cético exige que a atribuição de conhecimento deve resistir a todo e qualquer ataque, plausível ou não.

Para alguns autores, como Dretske (1970), Lewis (1986), Cohen (1999), DeRose (2009), a estratégia cética parece ser minar a justificativa vigente para uma determinada atribuição de conhecimento, citando alternativas para as quais o conjunto de evidência de S não oferece resposta. Assim, como a justificativa de S não é capaz de eliminar todas as possibilidades de erro, mesmo aquelas muito distantes do mundo real, a atribuição de conhecimento é considerada falsa. Neste caso, a arguição cética apresentaria um padrão, que pode ser definido da seguinte maneira:

- 1) Se S sabe que P , então não é possível que esteja enganado acerca de P ;
- 2) É possível que S esteja enganado acerca de P^{14} ;
- 3) Portanto, S não sabe que P^{15} .

¹⁴ Note que esta possibilidade fica "demonstrada" a partir da menção de hipóteses céticas.

¹⁵ <https://criticanarede.com/anunesoproblemadoceticismo.html>.

Apesar do argumento válido, isto é, a verdade das premissas garante a verdade da conclusão, o desfecho apresentado é bastante contraintuitivo, dado que cotidianamente alegamos saber um número diverso de coisas, sem que sejamos capazes de eliminar todas as possibilidades contrárias a aquilo que alegamos saber. Para Dretske, o padrão que emerge da argumentação cética é bastante claro.

Esse padrão de argumentação está espalhado por toda a literatura epistemológica. Quase todas as objeções céticas se baseiam nisso. *S* afirma saber que isso é um tomate. Uma consequência necessária de ser um tomate é que não é uma imitação inteligente que apenas parece e sente (e, se você quiser, tem gosto) como um tomate. Mas *S* não sabe que *não* é uma imitação inteligente que só parece e sente (e tem gosto) como um tomate. (Presumo aqui que ninguém está preparado para argumentar que qualquer coisa que pareça, sinta e tenha gosto de um tomate para *S* deve ser um tomate.) Portanto, *S* não sabe que isso é um tomate. (...) Seja uma questão de sonhos ou demônios, ilusões ou falsificações, o mesmo padrão de argumento emerge (DRESTKE, 1970, p. 1011)¹⁶.

Com isso em mente, epistemólogos tem se esforçado para criar teorias do conhecimento que lidem com o paradoxo cético de uma maneira não *ad hoc*. Afinal, virtualmente sempre será possível apontar para uma possibilidade ainda não considerada em uma atribuição de conhecimento, visto que as possibilidades são infinitas.

À prática de apontar alternativas a *P* para as quais o conjunto evidencial de *S* não oferece sustentação, damos o nome de elevação dos padrões epistêmicos. Isto é, exige-se um grau de justificação de *S* cada vez maior, até que se atinja o ponto em que seu conhecimento é desfeito e, portanto, o ataque cético triunfa diante da constatação de que *S* não era conhecedor de que *P*.

A ideia por trás da exigência cética, é que quanto mais possibilidades de que $\neg P$ forem refutadas pelas justificações de *S*, mais sólida é a justificação para uma atribuição de *P* é o caso, pois a posição epistêmica de *S* em relação a *P* seria mais resistente a contraexemplos. Essa elevação do grau de exigências, também chamada de elevação dos padrões epistêmicos, a princípio, parece desejável, visto que costuma ser preferível um conhecimento mais bem embasado a um menos embasado. Contudo, aplicar essa estratégia inadvertidamente de forma contínua, gera um cenário no qual absolutamente ninguém está justificado o suficiente para

¹⁶ This pattern of argument is sprinkled throughout the epistemological literature. Almost all skeptical objections trade on it. *S* claims to know that this is a tomato. A necessary consequence of its being a tomato is that this is not a clever imitation which Only looks and feels (and, if you will) like a tomato. But *S* does not know that it is *not* a clever imitation that Only looks and feels (and tastes) like a tomato. (I assume here that no one is prepared to argue that anything that looks, feels, and tastes like a tomato to *S* must be a tomato.) Therefore, *S* does not know that this is a tomato. (...).

Whether it be a question of Dreams or demons, illusions or fakes, the same pattern of argument emerges.

saber uma proposição. Ou seja, como já citado, os céticos fazem uso de intuições amplamente válidas repetidas vezes até invalidar as atribuições cotidianas de conhecimento.

2.2 Princípio do Fechamento Epistêmico

O ataque cético possui um convincente apelo lógico, fruto de intuições epistêmicas e argumentos válidos desejáveis, que quando levados as últimas consequências geram resultados indesejáveis. Aceitar o falibilismo ou apenas descrever o modo pelo qual o cético age parece não ser o suficiente para resguardar as atribuições de conhecimento cotidianas. Um bom exemplo do uso de um princípio intuitivo usado para gerar resultados desagradáveis é o Princípio de Fechamento Epistêmico (PFE). Segundo o PFE, sempre que algum S sabe que P , e P implica que Q , S sabe que Q ¹⁷. Ou seja, o conjunto de evidências do sujeito não deve ser suficiente apenas para sustentar que P é o caso, mas deve, também, dar conta de todas as implicações de P (e.g. Q) e, conseqüentemente, deve ser capaz de refutar todos os cenários em que $\neg P$ (e $\neg Q$). Segundo Jeane Silva,

O paradoxo cético se apoia em intuições derivadas do Princípio de Fechamento Epistêmico, de acordo com o qual temos obrigação epistêmica de conhecer todas as consequências das crenças que assumimos, de forma que o conhecimento do antecedente implica o conhecimento do conseqüente. Se, por exemplo, sabemos que temos mãos, sabemos por fechamento que não somos cérebros sem corpo numa cuba uma vez que o conhecimento, e como consequência a justificação, seriam transmitidos através da implicação lógica. O princípio de Fechamento Epistêmico aparenta representar um método seguro que preserva a verdade, mas o custo de sua satisfação configura uma perda de conhecimento (SILVA, 2017, p. 42).

Assim, o PFE parece ser um bom modo lógico de garantir que a verdade do antecedente, por implicação, no conseqüente. Mas a aplicação deste princípio nas atribuições cotidianas acaba por exigir justificações imunes a erro dos sujeitos cognoscentes, destruindo as atribuições de conhecimento. Deste modo, o PFE parece implicar o ceticismo, dando-lhe, novamente, uma roupagem de validade epistêmica.

É importante salientar que existem diversas propostas do PFE, e discuti-las de forma detalhada não é o intuito do presente trabalho. Para a os fins aqui propostos, podemos tomar a forma lógica mais usual do PFE: $K_{sp} \ \& \ K_s(p \rightarrow q) \rightarrow K_{sq}$ ¹⁸.

¹⁷ Algumas formulações do PFE exigem não só que p implique q , mas que S saiba que p implica q . Tratar com profundidade das diferentes formulações do PFE não é o propósito do presente trabalho.

¹⁸ “Se S sabe que P , e sabe que P implica Q , então S sabe que Q ” (Silva, 2017, p. 42).

Sobre o PFE, Dretske (2005) ainda nos alerta que apesar de se assemelhar a um *modus ponens*, o PFE é mais forte, pois *modus ponens* apenas garante que se P é verdadeira, e P implica Q , então Q deve ser verdadeira. Por outro lado, o PFE exige que “quando S sabe que P é verdadeira e também sabe que P implica Q então não apenas Q deve ser verdadeira (*modus ponens* te traz até aqui), S deve saber que esse é o caso” (DRETSKE, 2005, p. 13)¹⁹.

Apesar de o PFE ter uma construção com forte apelo lógico e ser mais bem aceito que o ceticismo, há diversas tentativas de invalidá-lo. Isso porque além de o princípio ser inconsistente com o falibilismo epistêmico, que por vezes parece um último recurso contra o ceticismo, ele ainda reforça a ideia oposta, isto é, não só uma atribuição de conhecimento não pode se mostrar errada, como é necessário que a base evidencial de P também dê conta de Q e todas as suas implicações. Como sugere Steven Luper, “rejeitar o fechamento para o conhecimento é, portanto, a chave para resolver o ceticismo” (LUPER, 2016, p. 249).

Segundo Comesaña e Klein (2019), há pelo menos três modos de tentar invalidar o PFE:

Existem pelo menos três tipos de argumentos contra o fechamento na literatura: alegados contraexemplos, supostas consequências desagradáveis e incompatibilidade com teorias epistemológicas supostamente plausíveis (COMESAÑA *et al*, 2019).

Claro que como primeira consequência desagradável do PFE é a aparente sustentação do ceticismo. Contudo, há outras consequências indesejáveis que valem a pena serem citadas. Uma delas é a possível exigência de que S seja capaz de saber, por raciocínio lógico, todas as implicações de sua crença. No entanto, há implicações lógicas que são demasiadamente sutis e complicadas para que se exija de alguém que seja capaz de enxergá-las por completo. É possível que haja implicações das nossas crenças em física quântica ou biologia molecular, por exemplo, que ainda não conhecemos, e é bastante estranho supor que mesmo sem a crença em determinada suposição estaríamos justificados em acreditá-la apenas por ser uma implicação não conhecida de uma crença anterior. Isto parece sugerir que estamos justificados em acreditar, neste momento, em todas as verdades a respeito do mundo que ainda nem sequer sabemos da existência, ou pior, que simplesmente por serem implicações já *deveríamos* conhecê-las (COMESAÑA *et al*, 2019). Nas palavras de Dretske, “Nada mais é preciso. Se S acredita que Q em bases seguras- sobre a base de duas coisas que ele sabe ser verdade- então S sabe que Q

¹⁹ Para uma discussão detalhada sobre o assunto, Howthorne (2005), Stine (1976), Nozick (1981), Cohen (1988) e Feldman (1999).

é verdadeiro. Sabe-se de tudo que se sabe ser implicado pelo que se sabe” (DRETSKE, 2005, p. 13).

No que diz respeito aos contraexemplos oferecidos pelos epistemólogos na tentativa de invalidar o PFE, um dos mais famosos é o caso da zebra, proposto por Dretske (1970) e já descrito neste trabalho. Neste caso, o objetivo é ilustrar a possibilidade de um conjunto de crenças ser bom o suficiente para assegurar a justificação de que P , mesmo que tal conjunto não seja capaz de lidar com todas as alternativas possíveis em que $\neg P$ ou que Q , ambas implicadas por P^{20} . O autor ainda oferece outros contraexemplos em *The Case Against Closure* (2005).

Neste artigo, Dretske sustenta que o PFE é demasiado rigoroso e não se aplica em outras situações de nossas vidas e que, por isso, também não deveria se aplicar ao uso do termo ‘conhecimento’. O autor usa como exemplo a sentença “João se arrependeu de ter tomado três Martinis ontem à noite”²¹. Pelo PFE, por implicação, tem-se que “João se arrependeu de ter tomado *alguma coisa* ontem à noite”. No entanto, isso não é verdade, João poderia não ter se arrependido caso tivesse tomado três copos de suco na noite anterior.

Assim, o PFE não é verdadeiro para toda e qualquer situação. Ao se afirmar “vejo biscoitos dentro da jarra” não se está afirmando, apesar de ser uma implicação do que é dito, “existe um mundo material no qual há biscoitos dentro da jarra”. A segunda frase é uma implicação da primeira, no entanto, para Dretske, não se precisa provar ou estar justificado da existência de um mundo material para afirmar que há biscoitos na jarra.

O mesmo acontece, para o autor, com o enunciado “há um pouco de vinho na garrafa”. A justificação para tal sentença, que pode ser visual, não se transfere para a justificação de “é vinho, e não água colorida” que deve ser degustativa. E mesmo não tendo uma justificação para a segunda, afirma Dretske, tem-se justificação para a primeira.

Já tendo provado, você deve saber que é vinho e não apenas água colorida, mas a questão é que seus motivos para acreditar em um (visual) não são motivos para acreditar no outro (gustativo). A água colorida na garrafa seria exatamente igual ao vinho. As razões que tens para acreditar no que dizes perceber (sobre vinho na garrafa) não se transmitem a esta consequência conhecida (que não é apenas água colorida) daquilo que percebes (DRETSKE, 2005, p. 15)²².

²⁰ Imagine $\neg P$ como “não é uma zebra” e Q como “não é uma mula espertamente disfarçada para se parecer com uma zebra”.

²¹ P. 13.

²² Having already tasted it, you may know that it is wine and not just colored water, but the point is that your reasons for believing the one (visual) are not reasons for believing the other (gustatory). Colored water in the bottle would look exactly the same as the wine. The reasons you have for believing what you say you perceive

Contudo, a falha de transmissibilidade da justificação, por si só, não implica que o Princípio do Fechamento Epistêmico é falso. Afinal, de alguma maneira, quando se diz que há biscoitos na jarra ou vinho na garrafa a realidade do mundo material está implicada, afinal, é vinho, e não água colorida. Assim, tal justificação para a implicação dessas afirmações, se existem, está em outro lugar, e não na justificação de P .

Deste modo, ir até a jarra e pegar um biscoito ou ir até a garrafa e tomar um gole de vinho fornece uma boa justificativa contra “os biscoitos são frutos de alucinação” e “é água colorida ao invés de vinho”. No entanto, mesmo que contrariar essas informações implique, de certo modo, que o idealismo está errado, tal atitude não serve como justificação para refutar a teoria idealista, afinal, não há transmissibilidade de justificação aqui, uma vez que as implicações são muito remotas.

Com isso, Dretske sugere que toda afirmação de que P tem dois tipos de implicações, as pesadas (*Heavyweight*) e as leves (*lightweight*). Para as primeiras, as evidências que estão disponíveis para P não se transferem para todas as suas implicações, porque aparentemente seriam muito remotas para tal. Neste grupo, das implicações pesadas, estão as implicações de que ‘o mundo físico é real’ e de que ‘não se é um cérebro em uma cuba’ quando se afirmar que ‘há biscoitos na jarra’. Já as do segundo tipo, que são as ‘leves’, herdam a justificativa de que P , pois são mais próximas do mundo atual. No grupo das implicações mais leves, dada a proposição ‘há biscoitos na jarra’, o conjunto evidencial que sustenta essa proposição é suficiente para justificar a proposição ‘a jarra não está vazia’.

No entanto, segundo o PFE afirma que se S sabe que P , e sabe que P implica Q , S deve saber que Q para poder afirmar que sabe que P , sem fazer distinções entre implicações ‘leves’ e ‘pesadas’. Contudo, as razões para que S acredite que P nem sempre fundamentam Q . Assim sendo, S teria que ter outras razões, ou qualquer outra coisa que atribuições de conhecimento exigirem, que fundamentem Q para que assim possa afirmar saber que P .

Dretske ainda aponta outro problema com o Princípio do Fechamento Epistêmico: tal princípio parece invalidar algumas formas tradicionais de aquisição do conhecimento. Se, por exemplo, para saber que P eu devo saber tudo que está implicado por P (inclusive as implicações *pesadas*), então torna-se bastante difícil adquirir conhecimento através do testemunho e da memória, por exemplo.

Imagine um cenário em que alguém é avisado de que pneu do seu carro está vazio. Com base no testemunho de uma pessoa honesta, S está justificado a acreditar que seu pneu está

(there is wine left in the bottle) are not *transmitted* to this known consequence (that it is not merely colored water) of what youperceive.

vazio. No entanto, as evidências que suportam a ideia de que o pneu está vazio não são capazes de justificar a existência do mundo exterior, de carros e de outras mentes. Assim, se o PFE estiver correto, *S* não pode acreditar que seu pneu está vazio, pois não consegue sustentar todas as implicações conhecidas deste enunciado.

Portanto, se o fechamento for válido, o testemunho - e, lembre-se, isso inclui não apenas livros, jornais e televisão, mas virtualmente todo o nosso sistema educacional - não pode ser uma fonte de conhecimento, a menos que tenhamos alguma outra maneira de descobrir que existe um mundo material. Alguma outra maneira de descobrir que o solipsismo é falso (DRETSKE, 2005, p. 21)²³.

Pode-se considerar, também, a retenção de conhecimento pela memória, que é responsável por assegurar que não se perca (ou esqueça) o que um dia foi conhecido. No entanto, uma implicação pesada de se vir a conhecer (ou lembrar) pela memória é que o passado é real, existiu e quem se lembra estava lá para lembrar. Sendo a memória insuficiente para assegurar essa implicação, se o PFE estiver correto, nada do passado pode ser conhecido ou assegurado.

Se o fechamento for verdade, porém, não podemos lembrar o que comemos no café da manhã esta manhã, a menos que saibamos que o passado é real. Como a memória não é uma maneira de descobrir que o passado é real, qual é, então, o método que temos para descobrir isso? Percepção? Testemunho? Fósseis? Acho que não. Nem Bertrand Russell quando se perguntou como poderíamos saber que o mundo não foi criado minutos atrás completo com livros de história, fósseis e vestígios de memória. Se existe um passado, os fósseis, a memória e os livros de história nos dizem o que aconteceu nele – os detalhes históricos, por assim dizer – mas eles não podem nos dizer o que está implícito na existência desses detalhes: que realmente houve um passado (DRETSKE, 2005, p. 21)²⁴.

Toda forma de vir a saber de algo está sujeita a implicações do tipo pesado, fazendo assim com que o PFE exija justificção sólida para a existência do mundo externo, do passado, de outras mentes etc. No entanto, nenhum destes métodos podem oferecer tais explicações, fazendo com que o PFE implique no ceticismo. Deste modo, para Dretske, fica demonstrado

²³ So, if closure holds, testimony – and, remember, this includes not only books, newspapers, and television but virtually our entire educational system – cannot be a source of knowledge unless we have some other way of finding out there is a material world. Some other way of discovering that solipsism is false.

²⁴ If closure is true, though, we cannot remember what we had for breakfast this morning unless we know the past is real. Since memory isn't a way of finding out the past is real, what, then, is the method we have for finding this out? Perception? Testimony? Fossils? I don't think so. Neither did Bertrand Russell when he wondered how we could know the world wasn't created minutes ago complete with history books, fossils, and memory traces. If there is a past, fossils, memory, and history books tell us what happened in it – the historical details, as it were – but they cannot tell us what is implied by the existence of these details: that there actually was a past.

que ou escolhe-se continuar com o PFE, implicando no ceticismo, ou nega-se o PFE para implicações pesadas e mantém-se o conhecimento ordinário.

Contudo, Dretske entende que sua tentativa de “partir ao meio” o PFE não é bem recebida pela comunidade acadêmica. O esforço em dividir as implicações entre leves e pesadas gerou reação dos epistemólogos. Segundo o autor:

Feldman (1999) pensa que abandonar o fechamento é “uma das ideias menos plausíveis para ganhar popularidade na epistemologia nos últimos anos”. DeRose (1995) acha que é “intuitivamente bizarro” ou “abominável”. Fumerton (1987) pensa que o fracasso do fechamento é uma “objeção devastadora” e BonJour (1987) uma *reductio ad absurdum* a qualquer teoria que o implique ou o abrace (DRETSKE, 2005, p. 17)²⁵.

O autor entende, então, que sua sugestão é bastante controversa, pois o PFE é bastante plausível e convincente. Contudo, também é bastante plausível e convincente que sabemos muitas coisas de maneira ordinária, conhecimento que o ceticismo pretende negar. Assim, se PFE instala o ceticismo nas teorias epistemológicas, e negá-lo for o único jeito de evitar o ceticismo, Dretske sugere que adotemos sua teoria que enfraquece o PFE de modo que o ceticismo não se instale. Para o autor, “a única maneira de preservar o conhecimento das verdades ordinárias, as verdades que cada um acredita conhecer, é, ..., abandonar o fechamento” (DRETSKE, 2005, p. 18).

Não obstante, Dretske acredita que tais reações dos epistemólogos não são justificadas, uma vez que sua teoria não implica que conjunções absurdas sejam consideradas verdadeiras e não implica que o PFE deva ser completamente abandonado. Afinal, tal princípio continua sendo perfeitamente válido para implicações *lightweight*.

Deste modo, citando Grice (1967), Dretske sugere que existem dois tipos de abominações: as lógicas e as conversacionais. As lógicas, como o nome sugere, são contradições lógicas, como $A \wedge \neg A$. Já as abominações conversacionais são perfeitamente consistentes no que diz respeito à lógica, mas causam estranheza por violar expectativas conversacionais (DRETSKE, 2005). Assim, para o autor, dizer que “S sabe que há biscoitos na jarra, mas não sabe se está alucinando” é absurdo, mas um absurdo conversacional, que pode ser logicamente verdadeiro, por “apenas” violar as expectativas do contexto.

²⁵ Feldman (1999) thinks that abandoning closure is “one of the least plausible ideas to gain currency in epistemology in recent years.” DeRose (1995) finds it “intuitively bizarre” or “abominable.” Fumerton (1987) thinks the failure of closure is a “devastating objection” and BonJour (1987) a *reductio ad absurdum* to any theory that implies or embraces it.

As quebras de expectativas conversacionais não implicariam em absurdo lógico, segundo Dretske, por conta da diferenciação entre as implicações leves e pesadas. Segundo o autor, há uma fundamentação para tal. As implicações leves se dariam pelo suposto fato de que os operadores epistêmicos seriam “*semi-penetrantes*”, ou seja, não transmitem absolutamente todas as implicações do que é alegado, diferente dos operadores “*completamente penetrantes*”, que o fariam. É com isso em mente que Dretske, em *Epistemic Operators* (1970), desenvolve melhor o conceito de penetrabilidade de operadores linguísticos, em especial, os operadores epistêmicos. Por operadores entendem-se as relações de implicações que uma sentença tem com aquilo que é pressuposto ou implicado por ela.

Segundo o autor, alguns operadores *completamente penetrantes* (que penetram todas as possibilidades do que é afirmado) seriam as relações ‘é verdade que’ (*it is true that*), ‘é fato que’ (*it is a fact that*), ‘é necessário que’ (*it is necessary that*) e ‘é possível que’ (*it is possible that*). Partindo do pressuposto de que Q é uma consequência de P , as relações mostrariam que se é verdade que P , então é verdade que Q . Se é um fato que P , então deve ser um fato que Q . Se é necessário que P , então deve ser necessário que Q , e, finalmente, se é possível que P , então também deve ser possível que Q . Percebemos, com isso, que os quatro operadores exemplificados acima são completamente penetrantes, pois os estados de P transferem-se integralmente para Q .

Do outro lado, na teoria de Dretske, teríamos operadores que falham em penetrar implicações básicas do seu enunciado, sendo estes os *operadores não penetrantes*. “Ela perdeu”, por exemplo, implica que “alguém perdeu”, mas pode parecer estranho justamente “ela” ter perdido, apesar de não ser estranho que “alguém” tenha perdido. Outro exemplo é que “Bill e Susan casaram-se um com o outro” implica que Susan casou-se. No entanto, apesar de não ser estranho que Susan tenha se casado, é estranho que “Bill e Susan tenham se casado um com o outro”. Tais exemplos, afirma Dretske, demonstram que nem todos os operadores são completamente penetrantes. Inclusive, os operadores ‘é estranho que’ (*it is strange that*), ‘é accidental que’ (*it is accidental that*) e ‘é um erro que’ (*it is a mistake that*) falham em penetrar consequências lógicas elementares das suas proposições.

Assim, Dretske estabelece de um lado os operadores completamente penetrantes e, do outro, os operadores não-penetrantes. Contudo, entre esses dois extremos existiria ainda os operadores *semi penetrantes*. Tais operadores, como o nome sugere, penetrariam apenas parte das consequências lógicas de uma determinada proposição, mas não todas.

Entre os operadores semi penetrantes estariam os epistêmicos, como ‘ S sabe que P ’. Tal operador seria capaz de penetrar as consequências elementares de uma proposição, como se S

sabe que $P \wedge Q$, S sabe que Q . Dito de outro modo, se S sabe que João e Maria casaram-se entre si, S sabe que João se casou com alguém e que Maria também se casou com alguém. Nas palavras de Dretske “Se S sabe que P é o caso, S sabe que P ou Q é o caso (em que “ou” é entendido em um sentido que torna ‘ P ou Q ’ uma consequência necessária de ‘ P ’)” (DRETSKE, 1970, p. 1009). Assim, temos que o operador epistêmico penetra mais que os não penetrantes. Falta demonstrar, agora, que falha em penetrar todas as consequências do que é dito, tornando-o semi penetrante.

Para Dretske, quando se está lidando com operadores epistêmicos, é essencial saber se S efetivamente sabe das consequências da proposição que alega conhecer. Ou seja, caso P implique Q , S sabe que P implica Q ? Em casos em que a relação é elementar, espera-se que sim. No entanto, em situações em que tal relação é complexa, pode não ser o caso. Sendo P um conjunto de axiomas, S pode não necessariamente saber que Q , sendo Q o teorema implicado pelo conjunto axiomático P . Nesses casos, a penetrabilidade do operador ‘sabe que’ estará condicionada às consequências conhecidas por S . Apenas em um mundo ideal, no qual as pessoas seriam lógicos exímios, todas as consequências implicadas por P seriam conhecidas por S . Neste cenário, aponta o autor, ‘sabe que’ seria um operador completamente penetrante. Contudo, não sendo este o caso no mundo real, ‘sabe que’ passa a ser um operador semi-penetrante.

Para exemplificar o porquê de os operadores epistêmicos não serem completamente penetrantes, Dretske escolhe o operador ‘razões para acreditar que’ (*reasons to believe that*). Segundo o autor, tal operador atinge a essência das teorias tradicionais do conhecimento que é a justificabilidade. Afinal, se a justificação não é completamente penetrante, tampouco serão os outros operadores epistêmicos.

O exemplo proposto consiste em defender que as razões para se crer na proposição “a igreja está vazia” não são as mesmas razões para acreditar que o que está vazio é uma igreja, ou pelo menos não precisam ser. A justificação para se acreditar que uma igreja está vazia seria algo como “todos os compartimentos em todos os andares da igreja foram checados e não há pessoas neles” ou “não há pessoas no saguão”. Já as razões para crer que o que está vazio é uma igreja seria algo como “se parece com arquitetura de igrejas”, “existem placas dizendo que isto é uma igreja” ou “a população local me garantiu que isto é uma igreja”. Ou seja, o operador epistêmico ‘razões para acreditar que’ não é completamente penetrante, pois falha em penetrar em todas as consequências de “a igreja está vazia”. Assim, para Dretske é possível dizer que S sabe que X é Y sem implicar que S saiba que o que é um Y é um X .

Com isso, Dretske sugere que é possível mostrar sob outra ótica o funcionamento do argumento cético. Imaginemos que x é A . E que há um B incompatível com A . Assim, do fato de que x é A se segue que x não é B . Ao considerar outro predicado, Q , compatível com B , mas não com A , se seguirá que x não é B nem Q . À proposição Q , Dretske dá o nome *consequência contrastante*, para mostrar que explorando as consequências contratantes tenta-se invalidar o conhecimento ordinário.

Suponhamos que x é A signifique que ‘a parede é vermelha’. O cético, então, aponta um predicado B incompatível com A , a saber, ‘é branca’. Sendo a parede vermelha, implica-se a partir disso que ela não é branca (B), e implica-se, também, que ela não é branca $\wedge Q$. Escolhendo-se cuidadosamente um predicado para Q que implique em uma condição em que uma parede branca se pareça com uma vermelha, como, por exemplo, ‘foi espertamente iluminada para parecer vermelha’, o cético pode atacar a justificação de S para afirmar que a parede é branca. Pois agora saber que a parede é vermelha implica saber que ela não é branca que, por sua vez, implica saber que ela não é uma parede branca espertamente iluminada para parecer-se vermelha. Assim, se o operador ‘sabe que’ for completamente penetrante, então para saber que a parede é vermelha deve-se saber que não é uma parede branca espertamente iluminada para parecer vermelha.

2.3 Alternativas Relevantes

Explicada a penetrabilidade dos operadores epistêmicos, pode-se argumentar que a estratégia de arguição cética ignora nuances linguísticas, especialmente pragmáticas, que levam à conclusão indesejável de que não é possível deter conhecimento a respeito de algo. Para Dretske, além da já citada penetrabilidade, é necessário que se entenda como funcionam as consequências contrastantes.

Por defender que não há diferença semântica entre as atribuições de conhecimento, Dretske tenta explicar a sensibilidade das atribuições de conhecimento pelas suas diferenças pragmáticas, vejamos um exemplo. Suponhamos que Clyde (personagem fictício), seja altamente dedicado à sua vida de solteiro, da qual não pretende abrir mão. No entanto, Clyde percebe que ao se casar poderá aumentar rapidamente o seu patrimônio e pode ainda ser eventualmente beneficiado por uma herança no caso de os pais de sua esposa falecerem. Com isso em mente, Clyde decide procurar uma esposa. Ao conhecer Bertha, uma dedicada arqueóloga que passa onze meses do ano viajando a trabalho, Clyde decide que se casará com ela, pois assim pouca coisa da sua vida de solteiro terá de ser modificada. Com isso, podemos

nos perguntar: a razão pela qual Clyde *se casou* com Bertha é a mesma razão pela qual Clyde se casou com *Bertha*? A resposta é não.

A razão pela qual Clyde *se casou* com Bertha foi para ter direito à herança da sua esposa. Contudo, tal razão não é a mesma pela qual ele se casou com *Bertha*. Neste caso, a razão foi o fato de Bertha passar onze meses do ano viajando e, assim, alterar apenas uma pequena parte da sua vida de solteiro. Quando ‘Bertha’ é o foco contrastivo o termo ‘casou’ pode ser substituído por ‘escolhida’ ou ‘selecionada’. Contudo, quando ‘casou’ é o foco contrastivo tais substituições não podem ocorrer, pois ‘escolher’ ou ‘selecionar’ alguém não dá direito a herança. O que pode ser substituído, na segunda ocasião, é ‘Bertha’ por ‘alguém’.

Contudo, a diferença que o foco contrastivo impõe à sentença é de caráter apenas pragmático, e não semântico. Este ponto é essencial para que se entenda o porquê de Dretske não ser considerado um contextualista. Para o autor, “uma diferença contrastiva entre as expressões não é em si uma diferença semântica genuína” (DRETSKE, 1972, p. 422). Por mais que as respostas para ‘por que Clyde *se casou* com Bertha?’ e ‘por que Clyde se casou com *Bertha*?’ sejam diferentes, tal fato não é suficiente para justificar uma mudança semântica entre duas sentenças iguais.

Aplicado à justificação, o caráter contrastivo das asserções revelaria, segundo Dretske, de onde surgem as intuições contidas nos argumentos céticos. Os exemplos mencionados sobre *porque* Clyde se casou com Bertha não servem como fundamentação (justificação) do interlocutor para afirmar o porquê de Clyde casar-se com *Bertha*- apesar deste fato estar implicado. Mesmo que uma sentença implique a outra, a diferença contrastiva faz com que o operador epistêmico de uma afirmação não opere na outra.

Contudo, apesar de conferir uma dimensão pragmática às atribuições de conhecimento, a teoria de Dretske não admite diferentes graus de conhecimento. Em seu artigo *The Pragmatic Dimension of Knowledge* (1981), ele afirma que diferentemente do conhecimento prático e por familiaridade, que podem assumir diferentes graus (e.g. Luan sabe jogar futebol, mas Cristiano Ronaldo sabe muito mais), o conhecimento proposicional não permite tal gradabilidade. Se João sabe que está chovendo, não há uma maneira pela qual Maria saiba melhor do que João que está chovendo. Maria pode ter mais informações sobre meteorologia e formação de precipitação, mas saber com mais evidências seria como ferver água a uma temperatura mais elevada que 100 graus Celsius- não se está fervendo água melhor por conta disso, apenas fervendo-a a uma temperatura mais elevada.

A justificação, por sua vez, não seria uma ideia absoluta. Para Dretske, pode-se estar mais ou menos justificado sobre algo, mas tal gradabilidade não se transfere para o

conhecimento. A partir de um certo limiar, estar justificado implica em conhecimento, e exceder tal limiar não faz com que alguém saiba mais ou melhor.

Essas qualificações sobre o tipo de justificação exigida para saber algo constituem uma admissão de que o conhecimento é, ao passo que a justificação não é, uma ideia absoluta. Pois esses qualificadores pretendem refletir o fato de que há um certo limiar de justificação que deve ser igualado ou excedido para que o conhecimento seja obtido, e *igualar* ou *exceder esse limite* é, obviamente, uma ideia absoluta. Posso ter uma justificativa melhor do que você, mas minha justificativa não pode ser mais adequada (mais suficiente, mais completa) do que a sua. Se minha justificativa for completa no sentido pretendido, então sua justificativa não pode ser mais completa (DRETSKE, 1981, p. 363-4)²⁶.

Essa visão, no entanto, apresenta algumas dificuldades a sua teoria, e o próprio Dretske apresenta algumas objeções. Imagine o grau de arbitrariedade que seria estabelecer o quão boa deve ser uma justificação para que ela conte como satisfatória. Suponhamos que a probabilidade do que uma justificação afirma ser o caso seja compreendida em termos de uma variação, em números reais, de 0 a 1. Qualquer limiar abaixo de 1 que conte como uma justificação adequada parece ser bastante arbitrário. Afinal, por que alguém que atinja 0,95, por exemplo, tenha uma justificação boa o suficiente para contar como conhecimento enquanto alguém que atinja 0,94 não?

Haveria problemas, segundo Dretske, para as conjunções. Alguém que, por exemplo, atinja o limiar de 0,95 para contar como conhecedor de que P e atinja o mesmo limiar para contar como conhecedor de que Q , não pode contar como conhecedor de que $P \wedge Q$ (afinal $0,95 * 0,95 = 0,9025$) pois a multiplicação de ambas a justificação estaria abaixo do limiar.

Além disso, qualquer limiar abaixo de 1 parece não ser bom o suficiente. Para exemplificar tal afirmação, o autor sugere um experimento mental no qual se tem, dentro de uma caixa, cem bolas. Do total de bolas, 96 são brancas e quatro são pretas. Isso daria uma justificação estatística de 0,96 (acima do limiar de 0,95) de que a bola que sairá de dentro da caixa, caso se retire uma bola randomicamente de dentro dela, é branca. Ainda assim, diz Dretske, parece não ser o suficiente para que S possa dizer que *sabe que* a bola que sairá da caixa é branca.

²⁶ Those qualifications on the sort of justification required to know something constitute an admission that knowledge is, whereas justification is not, an absolute idea. For these qualifiers are meant to reflect the fact that there is a certain threshold of justification that must be equalled or exceeded if knowledge is to be obtained, and equalling or exceeding this threshold is, of course, an absolute idea. I can have a better justification than you, but my justification cannot be more adequate (more sufficient, more full) than yours. If my justification is complete in the intended sense, then your justification cannot be more complete.

Estas objeções podem sugerir que a ideia de que o conhecimento é absoluto deriva da ideia de que a justificação também deva ser absoluta. Ou seja, se *S* sabe que está chovendo, *S'* não pode saber que está chovendo melhor que *S*, isso porque *S* já atingiu o limiar (que é absoluto) para a justificação da proposição, e um limiar absoluto não pode ser superado. Contudo, o que Dretske pretende mostrar através da sua teoria de Alternativas Relevantes é que mesmo o limiar de justificação sendo absoluto, o que conta como ‘absoluto’ é contextualmente determinado.

Para ilustrar tal ponto, Dretske faz uso de um exemplo bastante conhecido, oferecido por Peter Unger em *A Defense Of Skepticism* (1971), sobre o conceito absoluto de ‘planitude’ e ‘vazio’. Neste exemplo, Unger sugere que nada é realmente plano ou vazio se analisado até às últimas consequências, pois jamais haverá algum terreno que não tenha nenhuma irregularidade, nem que seja microscópica, tampouco algo vazio, que não apresente átomos ou moléculas ocupando o espaço.

Dretske afirma que se pode dizer o mesmo de ‘conhecimento’, ou seja, não se pode realmente saber que *P* se considerarmos todas as hipóteses céticas em que *P* não é o caso. No entanto, assim como o que se considera como irregularidade na hora de decidir se um terreno é plano ou não varia com o contexto, as alternativas contrárias a *P* que devem ser consideradas para uma atribuição de conhecimento também variam com o contexto²⁷.

Assim, entendendo o conceito de ‘conhecimento’ como um conceito absoluto, junto ao aspecto pragmático de sua atribuição, Dretske esboça sua teoria das alternativas relevantes para as atribuições de conhecimento, sugerindo que o termo não assume sensibilidade semântica, como sugerem os contextualistas, mas apenas pragmática.

Deste modo, do mesmo jeito que as mínimas irregularidades do solo não devem ser consideradas ao se atribuir a característica de ‘plano’ a uma estrada para automóveis, ou, assim como os átomos não devem ser levados em consideração ao se atribuir o status de ‘vazia’ a uma geladeira, algumas alternativas não devem ser consideradas como relevantes ao se atribuir conhecimento de que *P*. A fim de elucidar este ponto, é útil pensarmos em dois conjuntos sugeridos pelo autor: o conjunto contrastante e o relevante.

O conjunto contrastante (*Contrasting Set*), daqui em diante (*CS*), é “a classe de situações que são necessariamente eliminadas pelo que é sabido ser o caso. Ou seja, se *S* sabe que *P*,

²⁷ Vale a pena ressaltar que apesar de a teoria de Dretske admitir que há variação contextual nas atribuições de conhecimento, tal fator não é suficiente para enquadrá-lo como contextualista. Estes, além de admitir tal variação, defendem que o significado de ‘conhecimento’ é alterado com o contexto, o que Dretske nega expressamente, como já exposto. Uma explicação mais detalhada será oferecida no segundo capítulo.

então Q está no CS (de P) se e somente se, dado P , necessariamente $\neg Q$ ” (DRETSKE, 1981, p 371). Apesar de ser um conjunto implicado por P , o conjunto evidencial de S não precisa ser capaz de eliminar todas as situações do conjunto contrastante, pois, apesar de contraditórias a P , elas podem não estar no *Relevant Set* (RS), que é o subconjunto de CS que representa as alternativas que precisam ser eliminadas por S . Os itens de CS que não estão em RS são as alternativas irrelevantes.

Assim, RS é sempre o subconjunto de CS contextualmente determinado pelo caráter pragmático do proferimento que contém todas as alternativas relevantes para a atribuição de conhecimento a S . Deste modo, RS pode ser um subconjunto diferente de CS em situações distintas, pois apesar de a proposição não mudar seu significado, seu caráter pragmático permite alteração. Isso aconteceria, por exemplo, nas já mencionadas diferenças contrastivas. O erro do ceticismo, segundo Dretske, é igualar RS a CS , tomando toda alternativa inconsistente com P como relevante para atribuição do conhecimento de que P .

Não obstante, apesar de toda a fundamentação e exemplos oferecidos por Dretske, faz-se necessário critérios objetivos para que se possa clarificar, no cotidiano, se uma alternativa levantada faz parte apenas de CS ou também de RS , isto é, se é importante refutar uma determinada alternativa para que seja feita uma atribuição de conhecimento específica. Com isso em vista, Dretske tenta oferecer cinco critérios que nos permitiriam fazer a distinção entre CS e RS .

O primeiro critério oferecido pelo filósofo, que já foi discutido anteriormente, diz respeito à ideia de que se S sabe o porquê de ‘Clyde *se casou* com Bertha’, então ele não precisa estar justificado no que diz respeito ao porquê de ‘Clyde se casou com *Bertha*’, pois o elemento contrastivo altera o caráter pragmático da sentença. Assim, sua evidência precisa dar conta de que eles não foram apenas morar juntos ou estão apenas namorando, mas não precisa dar conta de que foi com Bertha que ele se casou e não com outra mulher.

O segundo critério diz respeito à escolha das palavras no contexto conversacional. Dretske sugere que o elemento contrastivo e a escolha de palavras na sentença nos ajudam a delimitar o escopo de alternativas relevantes. Quando S afirma que Clyde *se casou* com Bertha, apesar desta sentença implicar que Bertha é uma pessoa, S não precisa apresentar justificção para a atribuição de que Bertha é um ser humano. No entanto, se S substituísse ‘Bertha’ por ‘objeto aparentando ser um ser humano chamado Bertha’, S tornaria relevante hipóteses a respeito da condição humana de Bertha.

Como terceiro critério, Dretske sugere, de forma muito semelhante a Lewis (1996), que as objeções aos meios pelos quais conhecemos, como os dados dos sentidos, testemunho e

memória, apesar de constituírem alternativas contrastantes (*CS*) não necessariamente são alternativas relevantes (*RS*). Isso porque ao afirmar, com base em uma leitura de jornal, que se sabe que o time A perdeu o jogo de futebol, não se está propondo saber disso mesmo que o jornal esteja mentindo. Muito pelo contrário, sabe-se disso por estar no jornal.

A forma como viemos a conhecer, o canal (por assim dizer) através do qual obtemos nossas informações, é, suponho, sempre o *locus* de alternativas irrelevantes. Outros podem questionar a confiabilidade desse canal (nosso sistema visual, nosso sistema auditivo, os jornais, a calculadora de bolso) e, se ele não for confiável de alguma forma, eles terão desacreditado nossa reivindicação de conhecimento. Mas outros não podem desacreditar nossa reivindicação de conhecimento meramente apontando que o canal pelo qual recebemos nossas informações pode não ser confiável ou que não sabemos que é confiável. Possíveis maus funcionamentos no canal pelo qual recebemos informações (combinados com uma mensagem falsa resultante) são membros do conjunto contrastante, mas não são membros do conjunto de relevância (DRETSKE, 1981, p. 374)²⁸.

O quarto ponto estabelecido pelo autor diz respeito ao papel que a consequência de se estar errado exerce na confiança que se tem no meio pelo qual se chega ao conhecimento. Para o autor, a consequência de se estar errado não pode elevar os padrões de justificação ao ponto que se instaure o ceticismo. Em um lançamento de foguete, por exemplo, o cálculo a respeito da quantidade de combustível pode ser a diferença entre a vida e a morte. Com isso, é completamente justificado um cuidado extra ou uma coleta de evidências mais acurada a respeito da quantidade de combustível no foguete. Contudo, tal preocupação não pode ser paralisante por conta de alternativas céticas. Neste ponto, a insegurança sentida não seria um fator epistêmico, mas puramente psicológico.

Por último, o autor descarta que uma possibilidade só possa ser relevante se o pretenso conhecedor possuir uma evidência para ela, afinal, mesmo que o *S* não tenha acesso a tal evidência, a atribuição de conhecimento poderia ser negada se o atribuidor possuísse tal acesso. Nas palavras do autor: “Isso mostra que ter uma razão (evidência) para pensar que *X* é uma possibilidade genuína não é uma condição necessária para que *X* seja uma alternativa relevante” (DRETSKE, 1981, p. 376).

Contudo, Dretske sugere que o contrário também é verdadeiro. Não é possível haver atribuição acurada de conhecimento se uma alternativa acreditada ainda não foi eliminada. A

²⁸ The way we come to know, the channel (so to speak) over which we obtain our information, is, I submit, always the locus of irrelevant alternatives. Others can challenge the reliability of this channel (our visual system, our auditory system, the newspapers, the pocket calculator), and if it turns out unreliable in some way they will thereby have discredited our claim to knowledge. But others cannot discredit our claim to knowledge merely by pointing out that the channel over which we received our information could be unreliable or that we do not know it to be reliable. Possible malfunctions in the channel over which we receive information (combined with a resulting false message) are members of the contrasting set but they are not members of the relevancy set.

mera crença de se estar errado retira, também, o status de conhecedor do sujeito. Assim, a crença tem um papel: a crença no erro faz com que não possa ser atribuído conhecimento ao sujeito.

Com a teoria das Alternativas Relevantes explicitada, é possível dizer que avanços importantes foram dados no que diz respeito ao reconhecimento da sensibilidade contextual que atribuições de conhecimento parecem possuir. Apesar de não considerar a teoria de Dretske uma teoria contextualista por, a meu ver, este título se referir a teorias que concebem alteração semântica nas atribuições de conhecimento, o autor dá passos importantes que serão aproveitados na criação de teorias contextualistas, como a de Lewis (1979; 1986) que veremos a seguir.

Apesar destes avanços, a teoria das Alternativas Relevantes possui problemas para os quais não oferece resposta satisfatória. Dretske falha, por exemplo, em propor critérios objetivos que possam determinar a relevância ou irrelevância de uma alternativa, problema que Lewis (1986) tentará solucionar. Além disso, para alguns autores, a teoria das Alternativas Relevantes parece oferecer saídas *ad hoc* para desafios propostos pelos céticos. Segundo Jeane Silva,

(...) concluímos que seu propósito de refutar as hipóteses céticas com base na suposição de que elas são irrelevantes parece ser uma saída *ad hoc*. Também é uma questão aberta na abordagem de alternativas relevantes de Dretske, a apresentação de critérios objetivos para a distinção entre alternativas relevantes e irrelevantes (SILVA, 2017, p. 58-7).

Outra crítica que podemos fazer a Dretske é o modo pelo qual sua teoria lida com o PFE, um princípio que os epistemólogos não estão dispostos a abandonar. Segundo Tiegue Rodrigues (2011), ao negar tal princípio, pode-se entender como se Dretske tivesse aberto as portas para que pretensos conhecedores adquiram crenças com implicações absurdas uma vez que não há mais a necessidade epistêmica de justificá-las com base na proposição antecedente. Assim, se a crença de *S* implicar, por exemplo, que existem dragões rosas vivendo no centro da Terra, e tal implicação não é verificável por ser *heavyweight*, *S* está epistemicamente autorizado a manter tal crença.

John Howthorne (2005), apesar de apontar que a teoria de Dretske seja bastante convincente, afirma que recusar o PFE implicaria em recusar, também, outros princípios bastante plausíveis. O autor sugere que se pense nos dois seguintes princípios:

Princípio da Equivalência: Se S sabe *a priori* (com certeza) que P é equivalente a Q e sabe que P , e de forma competente deduz Q de P (mantendo seu conhecimento de que P), S sabe que Q ²⁹.

Princípio da Distribuição: Se S sabe a conjunção de $P \wedge Q$, então enquanto S estiver hábil a deduzir P , S está em posição de saber que P (e enquanto S estiver hábil a deduzir Q , S está em posição de saber que Q)³⁰.

Para Howthorne, ambos os princípios parecem perfeitamente plausíveis e intuitivos, especialmente o Princípio da Distribuição. Contudo, a teoria de Dretske não lidaria bem com estes princípios. A saber, se S sabe que um copo está completo com vinho com base em sua percepção, a proposição de que o copo está completo com vinho é *a priori* equivalente à proposição “o copo está completo com vinho $\wedge \neg$ o copo está completo com um líquido que se parece com vinho”. Então, por equivalência, sabe-se da conjunção. Ainda, pelo Princípio da Distribuição, sabe-se que “ \neg o copo está completo com um líquido que se parece com vinho”. Contudo, a teoria de Dretske prevê que não se possa saber desta última proposição, o que invalidaria o Princípio da Distribuição.

O que aprendemos é que, ao desistir do fechamento, somos forçados a desistir de outro princípio extremamente intuitivo e convincente, a saber, o princípio da distribuição. Se quisermos jogar o jogo de contar custos, certamente deve ser considerado um custo significativo da visão de Dretske que ele ter que recusar a Distribuição (HOWTHORNE, 2005, p. 32)³¹.

No entanto, apesar dessas objeções, pode-se afirmar que Dretske deu largos passos no entendimento da dimensão pragmática do conhecimento, inspirando o surgimento das teorias contextualistas que defenderão que as atribuições de conhecimento variam de acordo com o contexto em que são proferidas.

A principal motivação dos proponentes do Contextualismo Epistêmico, assim como era a de Dretske, é oferecer uma resposta ao paradoxo cético. Contudo, diferentemente da abordagem tradicional, que se propõe a refutar o argumento cético, como é o caso da Teoria das Alternativas Relevantes, as teorias contextualistas apenas delimitarão o escopo de atuação

²⁹ HOWTHORNE, 2005, p. 31.

³⁰ HOWTHORNE, 2005, p. 31.

³¹ What we learn is that in giving up closure we are forced to give up another extremely intuitive and compelling principle, namely the distribution principle. If we are to play the game of counting costs, it must surely be reckoned a significant cost of Dretske's view that he must eschew Distribution.

do ataque cético. Ou seja, concede-se que no contexto proposto pelo ceticismo não há conhecimento, ao passo em que se resguarda o conhecimento em contextos ordinários, nos quais não é comum que se leve hipóteses céticas em consideração quando se atribui conhecimento.

2.4 Abordagem Contextualista das Alternativas Relevantes

A estratégia contextualista, ao invés de refutar a arguição cética, sugere que delimitemos a área em que tal argumentação tem efeito sobre as atribuições de conhecimento. Nesta perspectiva, o conhecimento cotidiano estaria salvo do argumento cético, e todas as nossas atribuições ordinárias estariam corretas, ao passo que, no contexto cético, mesmo as atribuições ordinárias de conhecimento que seriam verdadeiras em um contexto cotidiano, e continuam verdadeiras naquele contexto, se tornam errôneas.

Essa dinâmica de alteração de valor de verdade das atribuições de conhecimento a depender do contexto de avaliação é possível para Lewis (1986) porque além de permitir a possibilidade de alteração semântica na proposição, as condições de verdade das atribuições de conhecimento também poderiam sofrer alterações. Isso se daria por conta da natureza dinâmica dos contextos conversacionais e dos pressupostos que determinariam as condições de verdade para uma atribuição de conhecimento.

Tanto a satisfação das condições de verdade, das quais eliminar alternativas contrárias faz parte, quanto o julgamento do valor de verdade de uma atribuição conhecimento, seriam contextualmente determinados, isto porque o contexto conversacional seria o ponto de referência capaz de fornecer elementos que revelam o movimento de aproximação ou afastamento dos limites que separam alternativas relevantes de irrelevantes. Segundo Lewis, no início o ponto de referência está completamente indeterminado e se torna, ao longo da conversação, um pouco mais definitivamente localizado (SILVA, 2017, p. 58-9).

Assim, para Lewis (1979), em qualquer momento de uma conversa, há um conjunto de coisas sendo pressupostas naquele contexto conversacional, que todas as partes tomam como garantido. Tal conjunto de coisas é tomado como subjacente ao contexto conversacional por já ser de antemão uma crença compartilhada entre os interlocutores ou porque o rumo da conversação levou a este acordo. Esse conjunto de coisas pode ter seus elementos alterados durante o percurso da conversa, fazendo com que o conjunto de pressupostos em t' dependa do conjunto de pressupostos em um momento anterior, t , e das alterações feitas pelo rumo da conversação até t' .

Em “Scorekeeping a Language Game” (1979), Lewis apresenta um arcabouço de regras de acomodação da linguagem que descrevem como as alterações no rumo de uma conversação acontecem. Até certo ponto as alterações são governadas pelo que é dito, pelo conjunto de crenças já estabelecidas e pelo que estiver mais *saliente* no contexto. Assim, a aceitação de uma nova proposição pelo contexto conversacional está sujeita a verificação dos participantes com base nos pressupostos até então compartilhados. Deste modo, a sentença “o rei da França é careca” exige os pressupostos de que a França é uma monarquia e que tem apenas um rei, por exemplo. A falta de adequação aos pressupostos de um contexto pode ser entendida como falsidade, falta de verdade ou inaceitabilidade.

Lewis aponta, ainda, que existem regras de acomodação na linguagem que funcionam de tal modo que possibilitam o máximo de coisas possíveis serem verdadeiras. Para isso, existe uma tendência de acomodação contextual, que faz com que os pressupostos se alterem para acomodar as proposições, tornando “difícil” que alguma fala não se acomode nos pressupostos. Isso se daria porque, assim que é enunciada uma proposição P que exige os pressupostos $w \wedge y$, e $w \wedge y$ não eram pressupostos antes de t , então, em t , $w \wedge y$ passam a ser pressupostos para a acomodação de P .

Isso explicaria, por exemplo, o porquê dizer “os filhos de Fred estão dormindo, e Fred tem filhos” soaria estranho. Aplicando a *regra de acomodação das pressuposições*, quando se anuncia que “os filhos de Fred estão dormindo” passa a ser um pressuposto do contexto que Fred tem filhos, o que torna a segunda sentença desnecessária. No entanto, não seria estranha a colocação “Fred tem filhos, e seus filhos estão dormindo”, pois aí primeiro é dito o que está pressuposto para depois anunciar a proposição subsequente. Tem-se assim, a primeira regra sobre alterações de pressupostos estabelecida por Lewis, que oferece uma definição: “Se no tempo t é dita alguma coisa que requer a pressuposição P para ser aceitável, e se P não é pressuposto antes de t , então - *ceteris paribus* e dentro de certos limites - a pressuposição P passa a existir em t' ” (LEWIS, 1979, p. 340)³².

A segunda regra de acomodação na linguagem estabelecida por Lewis é a *regra da acomodação para permissibilidade*. Para entendê-la, podemos imaginar a relação entre um capitão e seu soldado. O capitão estabelecerá, por meio do uso da linguagem, que tipo de conduta é permissível ou não para seu soldado em determinado momento (t). Assim, surgirá uma dinâmica linguística que resulta da mudança de fronteira entre o que é permitido em t e deixa de ser em t' ou entre o que não era permitido em t e passa a ser em t' . Tal fronteira deve

³² If at time t something is said that requires presupposition P to be acceptable, and if P is not presupposed just before t , then- *ceteris paribus* and within certain limits- presupposition P comes into existence at t .

ser dinâmica, visto que nem sempre o mesmo curso de ação é exigido do soldado, que às vezes deve atacar, às vezes recuar, e às vezes marcar posição.

Suponha que o capitão decida, no tempo t , que os cursos de ação w e y não são mais aceitáveis, mas seu enunciado não modifica as regras de acomodação. Neste cenário, a fala do capitão seria falsa, o que não faria sentido, visto que ele é quem decide o que é permissível ou não. Deste modo, pela segunda regra estabelecida por Lewis, a *regra da acomodação para permissibilidade*, as fronteiras entre o permissível e não permissível se expandiriam tornando a fala do capitão, a partir do instante em que é dita, verdadeira.

Se o contrário acontecer, afirma Lewis, a dinâmica da fronteira é oposta. Ou seja, se no instante t' o capitão avisa seu soldado que tais e tais cursos de ação, que antes não eram permitidos, agora o são, então em t' a fronteira entre o permissível e o não permissível se expande, tornando a fala do mestre verdadeira em t' - como aconteceu no exemplo anterior.

A terceira regra de acomodação linguística diz respeito a saliência dos objetos ou tópicos no contexto conversacional, que podem ser alterados por mecanismos linguísticos ou não. Para Lewis, “o F ”³³ denota x se e somente se x é o F mais saliente em um determinado domínio do discurso “de acordo com algum ranking contextualmente determinado de saliência” (LEWIS, 1979, p. 348). A maneira pela qual um objeto ou tópico se torna saliente em determinado contexto conversacional é diversa. Pensemos, por exemplo, em um contexto em que duas pessoas estão conversando sobre o único gato presente no cômodo, e uma delas diz “O gato está na caixa. O gato nunca vai conhecer nosso outro gato, porque nosso outro gato vive na Nova Zelândia. Nosso gato da Nova Zelândia mora com os Cresswells. E lá ele vai ficar, porque Miriam ficaria triste se o gato fosse embora” (LEWIS, 1979, p. 348).

No primeiro ‘o gato’, o objeto mais saliente é o animal dentro da caixa, e o motivo pelo qual ele é o mais saliente no contexto não tem a ver com o curso da conversação, mas sim por ele ser o único gato no ambiente. No entanto, quanto mais se fala no gato neozelandês, mais ele se torna saliente por conta do rumo que a conversa toma. Assim, o último ‘o gato’ se refere ao gato da Nova Zelândia.

Com isso, Lewis estabelece que este ‘ranking comparativo de saliência’ é parte da “pontuação” conversacional que vai tomando forma de acordo com o rumo da conversação. Assim, a denotação de descrições definidas do tipo “o F ” depende do rumo³⁴ conversacional, o mesmo aconteceria com as sentenças que contém tais descrições. Tornando sua aceitabilidade

³³ Para exemplificar, é como se “o copo” denota um único copo somente se este único copo é o mais saliente dos copos no contexto.

³⁴ Também chamado pelo autor de *score*.

ou não dependente do contexto conversacional- característica importante do Contextualismo de Lewis.

Como o grau de saliência não é inteiramente determinado por mecanismos linguísticos, como conjunto de coisas que vão sendo ditas e estabelecidas em uma conversa, pode haver situações em que outros fatores tornem um objeto saliente. Podemos pensar, por exemplo, se depois do monólogo acima sobre o gato neozelandês, uma das pessoas no cômodo olhe para a outra e diga “O gato vai pular em você!”. Claramente o gato mais saliente volta a ser o único presente no ambiente, e não mais o gato na Nova Zelândia. Assim, é possível perceber como fatores não linguísticos, neste caso, a saliência geográfica da presença do gato, influenciam a dinâmica da saliência dos objetos considerados na conversação. Fica definida, então, para Lewis, a regra da acomodação para a saliência comparativa: “Se no instante t algo é dito que requeira, para ser aceito, que x seja mais saliente que y ; e se, imediatamente anterior a t , x não é mais saliente que y ; então- *ceteris paribus* e dentro de certos limites- no instante t , x se torna mais saliente que y ” (LEWIS, 1979, p. 349).

O último aspecto de acomodação da linguagem citado por Lewis versa sobre a aceitabilidade de algumas proposições vagas e não tão precisas. Isto é, o grau de precisão exigido para uma proposição ser tomada como verdadeira depende dos rumos da conversação. Alguns conceitos como ‘careca’, por exemplo, não contam com uma definição rígida, deixando muito da precisão a cargo do falante. Nestes casos, o limiar traçado varia de acordo com o contexto conversacional.

Em contextos de baixa exigência epistêmica é possível dizer que a Itália se parece com uma bota, por exemplo. Na conversação em que essa asserção é aceita como plausível, também será a asserção de que a França é hexagonal. Por outro lado, se em uma conversa é apontada as diferenças, que são muitas, entre a Itália e uma bota, os níveis de exigências epistêmicas se alteraram na linguagem para acomodar o que é dito como verdadeiro. Neste novo contexto criado, com maior grau de exigência epistêmica, não é mais possível assegurar que a França é hexagonal.

Lewis aponta que parece haver uma assimetria na facilidade com que os padrões de exigências ficam mais exigentes em relação à dificuldade que eles apresentam para se tornarem menos exigentes. Segundo o autor, quando se passa a fazer mais exigências para que uma proposição possa ser tomada como verdadeira em determinado contexto, os padrões sobem de forma natural. Contudo, quando o conjunto de pressupostos precisam se alterar de maneira que fiquem mais frouxos, para o que está sendo dito possa ser tomado como verdadeiro, tais padrões parecem demonstrar uma dificuldade em serem relaxados.

O mesmo princípio da vagueza se aplicaria a termos absolutos. O exemplo de Peter Unger sobre planicidade dos objetos é resgatado também por Lewis. Segundo o autor, quando Unger sugere que ao conceder que a mesa de jantar é mais plana que o asfalto não se pode mais considerar o asfalto como plano, ele está certo sob determinada ótica. No entanto, Unger erraria ao desconsiderar as regras de acomodação da linguagem. Quando Unger afirma que é a mesa que é plana, passamos a considerar as pequenas irregularidades do asfalto que antes não eram consideradas, tornando os padrões epistêmicos vigentes mais exigentes. Neste novo contexto o asfalto não mais é plano, mas, para Lewis, isso não significa que no contexto anterior a atribuição de planicidade ao asfalto era falsa.

O que acontece é que, pelas regras da acomodação, as exigências adicionais feitas para se atribuir planicidade à mesa em detrimento do asfalto é incorporada nos rumos da conversação para tornar o enunciado verdadeiro. Contudo, essa mudança nas características do contexto não torna o proferimento anterior, feito em outro contexto, falso. ‘O asfalto é plano’ continua sendo verdadeiro *naquele contexto*.

Como sugerido, então, por Lewis, o que conta como “anomalia” para atribuição de planicidade varia de contexto para contexto. Isso porque nem todas as alternativas contrárias ao que é dito devem ser levadas em consideração o tempo todo. Para o autor, sentenças do tipo “de acordo com o que é sabido” ou “dado o senso comum”, ajudam a definir o grau de exigência do contexto conversacional, também conhecido como ‘padrões epistêmicos’ daquele contexto. Na ausência de tais indicadores, deve-se prestar a atenção ao conjunto de pressupostos presentes em um dado contexto.

Assim, as alternativas contrárias ao que é dito que devem ser levadas em consideração em um determinado contexto são determinadas pelo grau de rigor, doravante padrão epistêmico, daquele contexto conversacional. Alguém pode dizer, por exemplo, “eu sei que $2+2=4$ ”, ao que alguém responde “você sabe se não está sendo enganado por um demônio que manipula seu raciocínio lógico?”. Assim que o ataque cético traz uma alternativa até então ignorada, as fronteiras se ajustam para tornar sua alternativa relevante. Isso faz com que, neste novo contexto, a asserção anterior seja considerada falsa, dado os novos padrões de avaliação.

Apesar de tais fronteiras não se retraírem tão facilmente quanto se elevam, como já foi dito, a atribuição que foi feita antes da elevação do padrão epistêmico permanece verdadeira *naquele contexto*. A impressão de falsidade, afirma Lewis, se dá pela mudança contextual e pela dificuldade de baixar novamente os graus de exigência.

Todas essas regras de acomodação propostas por Lewis em *Scorekeeping in a Language Game* (1979) auxiliam na compreensão do que vem a ser uma alternativa relevante ou não para

uma atribuição de conhecimento. Contudo, essas regras não têm intuito de oferecer critérios que auxiliem a detecção de tais alternativas, mas sim o de descrever o arcabouço geral que descrevem as alterações nos rumos da conversação. É em *Elusive Knowledge* (1996) que Lewis apresenta um conjunto de regras específicas que, em teoria, seriam capazes de oferecer critérios para a diferenciação entre as alternativas que são relevantes ou não para uma dada atribuição de conhecimento.

2.5 Regras de Relevância em Lewis

Antes de explicitar as regras que determinam a relevância de uma alternativa para Lewis, vale a pena entender que tipo de escolha o autor está fazendo e o porquê. Para Lewis, tanto o falibilismo quanto o ceticismo são escolhas inaceitáveis. Apesar de conceder que o primeiro é favorável em relação ao segundo, o autor acredita ser capaz de propor uma teoria que não nos obrigue a ter que escolher entre as duas possibilidades. De fato, pode parecer contraintuitivo a pressuposição do falibilismo de que *S* sabe que *P*, mas pode estar enganado acerca de *P*, assim como a alegação cética de que não podemos estar justificados de algo.

Assim, Lewis propõe que ‘conhecimento’ seja um termo absoluto, sem espaços para possibilidades de erro. O problema, para o autor, é que assim que começamos a fazer epistemologia e olhar atribuições de conhecimento com escrutínio, possibilidades de erro aparecem aos montes, e o conhecimento que antes se tinha parece se esvaír à medida que o examinamos. É neste sentido que o autor afirma, de forma polêmica, que a epistemologia destrói seu próprio objeto de estudo, ao examiná-lo com demasiado afínco.

Com isso em mente, e tentando evitar ao mesmo tempo o ceticismo e o falibilismo, Lewis propõe que ‘conhecimento’ seja infalível. Isto é, para *S* saber que *P*, *S* deve ser capaz de eliminar todas as possibilidades em que $\neg P$. Contudo, ‘todas’ é um quantificador lógico, e como todo quantificador, tem um escopo de atuação delimitado pelo contexto conversacional. Quando uma professora em uma sala de aula, por exemplo, diz “podem ir para o recreio, todos os alunos que terminaram os exercícios”, ela não está se referindo a todos os alunos do mundo, nem sequer a todos os alunos da escola. A professora claramente está se referindo aos alunos da sala, e esse escopo está claro no contexto por causa do rumo da conversação.

Assim, quando Lewis diz que *todas* as possibilidades devem ser refutadas pela justificação de *S* para que ele saiba que *P*, esse ‘todas’, na verdade, se refere a todas as alternativas relevantes, determinadas pelo contexto conversacional. Deste modo, é possível manter o infalibilismo, exigindo que todas as alternativas contrárias a *P* sejam refutadas pela

evidência de *S*, ao mesmo tempo em que tenta não cair no ceticismo, propondo que as alternativas céticas, muitas vezes, são irrelevantes para a atribuição de conhecimento.

Lewis propõe, então, uma definição de conhecimento, com uma cláusula *sotto voce*. Para o autor, “nossa definição de conhecimento requer uma cláusula *sotto voce*. *S* sabe que *P* se a evidência de *S* elimina todas as possibilidades em que não-*p*- psst! - com exceção daquelas possibilidades que estamos apropriadamente ignorando” (LEWIS, 1996, p. 554).

Com essa formatação, Lewis assume uma abordagem contextualista da teoria das Alternativas Relevantes. Isso porque o autor junta a fundamentação epistemológica para as Alternativas Relevantes, como oferecida por Dretske, com os pressupostos de sensibilidade contextual, a partir dos quais se pode observar alguma variação nos padrões epistêmicos para uma atribuição de conhecimento. Contudo, Lewis emprega um esforço maior em determinar quando uma alternativa é ou deixa de ser *relevante* para a atribuição de conhecimento em questão. Assim, o autor estabelece um conjunto de normas que, levando em consideração as dinâmicas da linguagem, estabelecidas por Leis pela regra de acomodação para a pressuposição e pela regra de acomodação para permissibilidade, pretende ser capaz de definir quando uma alternativa é ou não relevante. O arcabouço proposto por Lewis conta com regras proibitivas, ou seja, que determinam quando uma alternativa *não* pode ser apropriadamente ignorada e regras permissivas, que determinarão o que pode ser apropriadamente ignorado.

A primeira regra proibitiva é a *regra da realidade (actuality)*, que estabelece que a realidade nunca pode ser apropriadamente ignorada, assim como aquilo que é falso nunca pode ser apropriadamente pressuposto para uma atribuição de conhecimento. Deste modo, a realidade é sempre uma alternativa relevante, afinal, só o que é verdadeiro pode ser conhecido, fazendo com que aquilo que é o caso, a realidade, nunca possa ser refutada.

No entanto, pode ainda haver o questionamento sobre qual realidade não pode ser apropriadamente ignorada, a realidade do atribuidor do conhecimento ou a realidade do sujeito a quem se pretende atribuir conhecimento. Primeiramente, para Lewis, ambos vivem no único mundo possível que se conhece e, visto por esse lado, essa pergunta é demasiado fraca. Pois, se há um só mundo com tais e tais leis da lógica e física, a realidade do atribuidor é a mesma realidade do sujeito. Assim, a realidade de nenhum dos dois pode ser apropriadamente ignorada.

Contudo, Lewis considera que se existe um espaço temporal entre a alegação de conhecimento e sua atribuição, há margem para pensar na possibilidade da existência de dois mundos distintos, fazendo com que as atribuições de conhecimento tenham critérios contextuais, relativas ao cenário de sua atribuição, seja do sujeito cognoscente ou do atribuidor.

Na discussão sobre qual realidade, ou mundo possível, levar em consideração, há ainda o caso dos contrafactuais, que se referem a quando alguém é perguntado se saberia de algo caso algum rumo de ação tivesse sido tomado que tornasse o contexto diferente daquilo que ele é na atualidade. Em ambos os casos, Lewis estabelece que é a realidade do sujeito a quem se pretende atribuir conhecimento que deve ser levada em consideração, em detrimento da realidade do atribuidor: “Assim, a pergunta 'realidade de quem?' afinal não é uma pergunta boba. E quando a questão importa, como nos casos que acabamos de considerar, a resposta certa é que é a realidade do sujeito, não a do atribuidor, que nunca pode ser apropriadamente ignorada” (LEWIS, 1996, p. 555).

Outra norma proposta por Lewis é a *regra da crença*, que estabelece que uma possibilidade na qual o sujeito acredita, ou deveria acreditar, não pode ser apropriadamente ignorada. No entanto, o fato de que crenças admitiriam graus é um fator de complicação para esta regra de Lewis. Qual deveria então ser o grau de convicção que o sujeito tem, ou deveria ter, sobre uma crença para que tal crença não possa ser apropriadamente ignorada?

Se a consequência de se estar errado é catastrófica, como condenar um inocente ou colocar vidas em risco, o mínimo grau de crença já deve ser suficiente para tornar tal possibilidade relevante, do contrário, se a consequência de se estar errado for mínima, mesmo crenças com graus relativamente mais altos poderiam ser apropriadamente ignoradas. Contudo, vale ressaltar que nem toda alegada possibilidade de consequências catastróficas tem o poder de instalar o ceticismo. Pensemos, por exemplo, no caso de manutenção de uma usina de energia nuclear. Um acidente neste cenário pode ter consequências por centenas de anos. Ainda assim, algumas possibilidades podem ser apropriadamente ignoradas, como, por exemplo, a crença de que um gênio maligno está manipulando todas as mentes dos técnicos responsáveis pela segurança para que estes errem seus cálculos cronicamente.

No entanto, apesar de parecer conceder um papel importante à crença em uma atribuição de conhecimento, Lewis afirma, em uma posição heterodoxa, que a crença não seria um requisito necessário para conhecimento, e nem mesmo a justificação (LEWIS, 1996). Segundo o autor, um aluno inteligente, porém tímido, pode não acreditar que sabe a resposta correta mesmo que ele saiba³⁵. Para Lewis, isso exemplificaria um caso em que há conhecimento, afinal o aluno tímido sabe a resposta certa, mas não há crença, pois o aluno não acredita saber a resposta certa.

³⁵ Mortari (1999) oferece uma resposta convincente, que será vista no final deste capítulo, onde examinaremos com escrutínio essa afirmação de Lewis.

A terceira e última norma proibitiva é a *regra da semelhança*. Esta regra estabelece que duas possibilidades que se parecem em aspectos relevantes não podem ter tratamentos distintos, ou ambas são ignoradas ou ambas são levadas em consideração. Não pode ser o caso de uma ser considerada relevante e a outra poder ser ignorada. Contudo, esta regra, aplicada muitas vezes, pode instaurar o cenário cético do qual se pretende fugir. Assim, o autor estabelece propositalmente um argumento *ad hoc* segundo o qual esta regra não poderia ser utilizada diversas vezes, pois de pequena semelhança em pequena semelhança poderia se instaurar um cenário cético.

O *Paradoxo da Loteria* pode nos ajudar a compreender a *regra da semelhança*. Em um jogo de loteria, como todos os bilhetes têm a mesma chance de ganhar, se a loteria for justa, ou todos os bilhetes refletem possibilidades relevantes ou são todos possibilidades irrelevantes. Como um dos bilhetes será o ganhador, pela regra da realidade, ele não pode ser ignorado. E como todos os outros bilhetes tinham a mesma chance, pela regra da semelhança, nenhum deles pode ser ignorado. Para Lewis, inclusive, é o Paradoxo da Loteria que faz com que ele não aceite a teoria tripartite, afinal, para o autor, pode-se ter um caso de crença verdadeira justificada que não se configura conhecimento, como os exemplos de Gettier nos mostram.

Além das regras proibitivas, Lewis propõe que consideremos alguns princípios permissivos, que estabeleceriam aquelas alternativas que poderíamos ignorar apropriadamente. A *regra da confiabilidade* designa que podemos ignorar apropriadamente alternativas que pressupõem o mau funcionamento dos meios usuais pelos quais adquirimos conhecimento, como percepção, memória e testemunho, por exemplo. Para o autor, métodos que são cotidianamente confiáveis estariam livres de qualquer suspeita sobre seu funcionamento.

Contudo, há casos em que possibilidades de mau funcionamento destes mecanismos não podem ser apropriadamente ignoradas, a saber, quando de fato eles não estão em bom funcionamento. Assim, fica estabelecido que a regra da realidade se sobrepõe a da confiabilidade, tornando a alternativa relevante. Por exemplo, a possibilidade de que se está alucinando e por conta disso não se pode confiar na visão, pode ser ignorada em casos ordinários. Mas no caso de o sujeito estar sofrendo delírios, ou ter ingerido alguma droga que altere sua percepção, as alternativas que questionam os meios pelos quais foram formadas as crenças se tornam alternativas relevantes e devem ser adequadamente refutadas.

A próxima norma, também permissiva, é a *regra do método*, que autoriza a supor que métodos indutivos, que não gozam da mesma dureza lógica que o método dedutivo, tais como induções a partir de amostra, inferência a melhor explicação e lógica abductiva, são confiáveis.

Ou seja, alternativas que apelem para o mau funcionamento destes métodos podem ser apropriadamente ignoradas.

A última norma permissiva, a *regra da conservação*, institui que em um contexto conversacional muitas coisas estão pressupostas entre os falantes, inclusive o ato de ignorar conjuntamente algumas possibilidades. Assim, estabelece-se que alternativas que estão sendo ignoradas conjuntamente, são ignoradas de forma apropriada.

A última norma proposta por Lewis, a *regra da atenção*, seria a mais trivial e também a mais polêmica, pois estabelece que para uma alternativa ser apropriadamente ignorada, antes de tudo, ela precisa estar sendo de fato ignorada. A partir do momento que se considera uma alternativa, não importa o quão distante da realidade esteja, ela não pode mais ser mais apropriadamente ignorada, pois, uma vez que veio à tona e capturou a atenção dos participantes do contexto, não está sendo ignorada.

É deste modo que Lewis chega à conclusão de que a epistemologia destrói seu próprio objeto de estudo: o conhecimento. A regra da atenção mostraria que, em um campo tão minucioso como o do estudo filosófico, no qual todas as alternativas contrárias a *P* são constantemente mencionadas, quase nada pode ser apropriadamente ignorado e, por consequência, muito pouco pode ser conhecido. Contudo, apesar de o contexto do estudo da epistemologia, rico em contraexemplos, destruir o conhecimento, ele não o faz para sempre. Nos demais contextos, como o contexto ordinário, das conversas cotidianas, o conhecimento estaria a salvo uma vez que os padrões epistêmicos vigente nestes contextos seriam mais razoáveis.

Faça um pouco de epistemologia. Deixe as suas fantasias à solta. Encontre possibilidades não eliminadas de erro em todo o lugar. Agora que você as considera, exatamente como eu lhe disse para fazer, já não as ignora, apropriadamente ou de qualquer outro modo. Assim, você chegou a um contexto com um domínio muito rico de potenciais contraexemplos às atribuições de conhecimento. Em tal contexto extraordinário, com tal domínio rico, jamais pode acontecer (bem, quase nunca) que uma atribuição de conhecimento seja verdadeira. Nem uma atribuição de conhecimento a si mesmo (para o seu eu atual ou para o seu eu anterior, não contaminado pela epistemologia); e nenhuma atribuição de conhecimento a outros. É assim que a epistemologia destrói o conhecimento (LEWIS, 1996, p. 559)³⁶.

³⁶ Do some epistemology. Let your fantasies rip. Find uneliminated possibilities of error everywhere. Now that you are attending to them, just as I told you, you are no longer ignoring them, properly or otherwise. So you have landed in a context with an enormously rich domain of potential counter-examples to ascriptions of knowledge. In such an extraordinary context, with such a rich domain, it never can happen (well, hardly ever) that an ascription of knowledge is true. Not an ascription of knowledge to yourself (either to your presente self or to your earlier self, untainted by epistemology); and not an ascription of knowledge to others. That is how epistemology destroys knowledge.

O autor entende que a regra da atenção parece ceder demais ao ceticismo ao postular que apenas a menção de uma hipótese cética impossibilita a atribuição de conhecimento. Contudo, o autor também pressupõe que um esforço coletivo, envolvendo todos do contexto conversacional, de ignorar a possibilidade recém levantada pode voltar a reduzir os padrões epistêmicos em voga. Tal esforço teria que ser coletivo, afinal, se apenas um membro do contexto conversacional deixa de ignorar a possibilidade cética, isso seria o suficiente para trazer a alternativa ao contexto novamente. Assim, se é ou não legítimo realizar determinada atribuição de conhecimento e a determinação de quais padrões epistêmicos operam em contextos conversacionais são resultado de um conjunto conversacional formado coletivamente.

Lewis reconhece que sua teoria parece postular que a mera pressuposição de uma proposição, somada a todas as possibilidades contrárias estarem sendo devidamente ignoradas, geraria um caso de conhecimento. Podemos pensar, por exemplo, na hipótese de todos os membros de um contexto conversacional pressuporem que dragões existam e, concomitantemente, ignorar em conjunto todas as evidências contrárias a tal pressuposição. Lewis concorda que sua teoria implica neste caso absurdo. Contudo, esse conhecimento gerado seria insignificante, pois seria demasiado fraco. Assim que tal proposição fosse enunciada por qualquer membro do contexto conversacional, ela não encontraria padrões baixos o suficiente para acomodá-la, falsificando-a logo em seguida. Além do mais, a regra da realidade impediria que tal ação se a pressuposição hipotética for falseada pelo mundo, afinal, a realidade nunca pode ser apropriadamente ignorada.

A teoria contextualista de Lewis se propõe a resolver problemas não solucionados pela teoria de Dretske, estabelecendo critérios que, de certo modo, seriam mais objetivos na identificação das alternativas relevantes. Tanto o conjunto de regras oferecidos a fim de explicar as acomodações de pressuposições nos contextos conversacionais, quanto o conjunto de normas oferecidos para a determinação de relevância de uma alternativa, cumprem o papel de tornar a teoria mais clara e objetiva. No entanto, apesar do esforço empreendido por Lewis, e assunção da alteração semântica nas atribuições de conhecimento, os avanços não foram suficientes para tornar a teoria, como um todo, palatável. Alguns problemas aparecem diante de uma análise mais cuidadosa.

A teoria de Lewis parece confusa e contraditória no que diz respeito à crença. Ao passo que o autor assume que crença não é um pré-requisito para o conhecimento, a crença seria necessária para discernir entre uma alternativa relevante e irrelevante, o que, na sua teoria, parece ser essencial para as atribuições de conhecimento. Assim, o aluno está autorizado, por

Lewis, a saber, a resposta de uma pergunta sem acreditar que saiba, contudo, caso houvesse uma alternativa na qual ele *devesse* acreditar, ele não mais teria seu conhecimento autorizado. Assim, ao passo que Lewis tira a exigência da crença para a atribuição de conhecimento com uma mão, a recoloca como exigência com a outra mão.

Ainda há outras dificuldades com o papel da crença. Lewis torna extremamente vago o que, exatamente, seria “acreditar o suficiente” em uma alternativa para que ela seja considerada relevante. Na medida em que este é um critério que pode incluir ou não uma possibilidade como relevante para uma atribuição de conhecimento, a vagueza do seu papel implica em uma vagueza do próprio critério, o que é um problema também enfrentado por Dretske.

Atrelar o grau de crença que deve ser considerado como relevante ao grau da gravidade da consequência de se estar errado, que por si só já é bastante subjetivo, não ajuda a clarificar o princípio. O que é concebido como consequência grave para X pode não o ser para Y ; colocando ambos no mesmo contexto conversacional, como se decidirá o padrão de análise de gravidade? Aquele que autoriza menor risco deve ser tomado como ‘o’ padrão? Ou deverá ser feita uma média dos riscos que se está disposto a assumir? Pode haver uma resposta com algum grau de objetividade a essa questão, mas não é oferecida por Lewis. Cálculos de risco são feitos cotidianamente por engenheiros, agentes do mercado financeiro, ou comandantes militares, mas Lewis não se preocupa em oferecer uma resposta objetiva a esta questão.

Outro ponto controverso na teoria de Lewis com respeito à crença, é a sugestão de que conhecimento não implicaria crença. Grosso modo, o que Lewis está a dizer é que o princípio do acarretamento³⁷ não é válido. Tendo ‘ K ’ para conhecimento e ‘ B ’ para a crença, tal princípio (M) sugere que $Kp \rightarrow Bp$. Logo, se para Lewis conhecimento não implica em crença, para o autor, o princípio é inválido.

Como colocado por Mortari (1999), algumas críticas são feitas por aqueles que, como Lewis, negam que conhecimento implique em crença. A primeira delas acontece no seguinte cenário, “suponhamos que Ângela seja casada. Alguém poderia, então, afirmar que Ângela *não acredita* que seja casada - ela *sabe* que é casada!” (MORTARI, 1999, p. 32).

Aqui há algumas possíveis interpretações neste cenário. A primeira seria a de que Ângela, apesar de estar casada, ainda não acredita neste grande feito, algo como “a ficha ainda não caiu”. Neste sentido, como aponta Mortari, há uma diferença entre não acreditar e não *querer* acreditar, que é o que estaria em jogo nesta interpretação.

³⁷ MORTARI, 1999, pg. 32.

A segunda interpretação ocorre de uma diferenciação entre acreditar e meramente acreditar. Como se diz que ela *sabe* que está casada, por isso não meramente acredita que está casada. Mas é justamente por saber que está casada, e por crença ser um pressuposto do conhecimento, que ela também acredita que está casada. Assim, não há exclusão de um para com o outro.

Outra interpretação apontada por Mortari “é que não se deveria afirmar que se acredita que uma proposição P seja verdadeira quando se sabe que P ” (MORTARI, 1999, p.32). Contudo, para o autor, aqui há uma confusão entre linguagem e lógica. Apesar de ao se dizer que se acredita, parecer implicar que não sabe, este não é o caso. Imagine que X seja capaz de beber 5 litros de água em uma hora. Caso X diga “eu consigo beber 3 litros de água em uma hora” não implica que ele não consiga beber os 5. Muito pelo contrário. 3 está contido no 5, logo, se ele consegue 5, ele consegue 3. É isto que está em jogo aqui. A crença estaria contida no conhecimento, sendo um de seus pressupostos.

Para provar seu ponto, Mortari sugere que se formalize um operador para meramente acreditar e, a partir daí, concluir que a crença estaria contida no conhecimento. Sendo o operador de crença B , o operador de meramente acreditar pode ser, sugere Mortari, B^* . Assim, $DfB^*. B^* \alpha =_{df} B\alpha \wedge \neg K\alpha$. Assim, a afirmação no exemplo de Ângela seria mais bem formulada como:

$$Kp \wedge \neg B^*p,$$

o que é equivalente a

$$Kp \wedge \neg (Bp \wedge \neg Kp)$$

o que, segundo Mortari, pela lógica proposicional clássica é equivalente a

$$Kp \wedge (\neg Bp \vee Kp),$$

que é equivalente a

$$(Kp \wedge \neg Bp) \vee (Kp \wedge Kp)$$

o que, considerada a validade do princípio de acarretamento, é equivalente a Kp ³⁸.

Outro exemplo a ser considerado é o dado por Lewis, de um aluno que sabia a resposta correta, mas não acreditava que sabia. Nesse exemplo, Mortari sugere que há uma diferença entre saber *a resposta* correta e saber *que a resposta* era correta, o que não era o caso do aluno no exemplo. Assim, este exemplo, para Mortari, também falha em demonstrar a possibilidade de conhecimento na ausência de crença.

³⁸ Exemplo retirado de MORTARI, 1999, p. 33.

3. CONTEXTUALISMO EPISTEMOLÓGICO

Neste capítulo, vamos tratar do Contextualismo Epistêmico, de suas formas e de suas características. Como vimos no capítulo anterior, Lewis apresenta uma teoria das Alternativas Relevantes que possui características contextualistas. Isso porque ele usa a estrutura que Dretske oferece em seu desenvolvimento das alternativas relevantes com o acréscimo da pressuposição da variação semântica nas atribuições de conhecimento de acordo com os diferentes contextos em que são proferidas, enquanto Dretske previa apenas mudança no caráter pragmático das atribuições. Acredito que apesar da teoria de Dretske possuir critérios contextualistas, usados para a determinação de relevância de uma alternativa, justamente por não prever alteração no significado das atribuições de conhecimento, não pode ser entendida como uma teoria contextualista³⁹. Assim, podemos dizer que Lewis deu uma roupagem contextualista para a teoria das alternativas relevantes de Dretske.

Antes de tratar as teorias contextualistas deste capítulo, a saber, as teorias de DeRose (1992; 2009) e Cohen (1986; 2000), que junto com a abordagem de Lewis para a teoria das alternativas relevantes, formam o *core* principal das teorias contextualistas atuais, explicarei a distinção usualmente feita entre dois tipos de Contextualismo, o Contextualismo do Sujeito e o Contextualismo do Atribuidor. Discorrerei também sobre como os Contextualistas explicam a elevação dos padrões epistêmicos, alteração que possibilitaria que a mesma atribuição de conhecimento possa ser tomada como verdadeira em um contexto e como falsa em outro contexto, sem implicar em contradição. Tratarei, também, dos motivos alegados pelos contextualistas para defender que o Contextualismo Epistêmico oferece melhor resposta que a Teoria das Alternativas Relevantes para a forma como o argumento cético maneja o Princípio de Fechamento, bem como para o problema da "conjunção abominável" que será apresentado a seguir.

3.1 Motivações Para Assumirmos a Teoria Contextualista

A Teoria das Alternativas Relevantes tentou construir uma noção infalibilista para as atribuições de conhecimento que, ao mesmo tempo, evitasse o ceticismo. Para isso, foi

³⁹ Como muito bem pontuado para mim em uma conversa, Jeane Silva sugeriu que as características contextuais na teoria de Dretske podem ser entendidas como suficientes para fazer de Dretske um contextualista. No entanto, assumirei aqui o viés do Contextualismo Epistêmico que prevê a alteração semântica das atribuições de conhecimento de acordo com o contexto em que são proferidas.

formulada uma teoria modal, que restringiria o quantificador ‘todas’ a um determinado contexto conversacional, exigindo que *todas* (aspecto infalibilista) as alternativas relevantes (cláusula anti-ceticismo) fossem refutadas pelo conjunto evidencial de *S*.

No entanto, apesar de conceder que aspectos contextuais alteram as fronteiras do que é considerado como uma alternativa relevante, Dretske, como visto, não concebe alteração semântica nas atribuições de conhecimento, apenas alterações pragmáticas. Ou seja, a “função” do que quer ser dito com ‘*S* sabe que *p*’ se altera, mas não o conteúdo semântico da sentença. O problema deste tipo de pressuposto, como apontado por Ludlow (2005) e Stanley (2005), é que ele parece permitir o que ficou conhecido como *conjunção abominável*.

A conjunção abominável apontada pelos autores seria, por exemplo, tomar como verdadeira a sentença “eu sei que tenho mãos, mas não sei que não sou um cérebro em uma cuba”. Essa conjunção seria possível, de acordo com a Teoria das Alternativas Relevantes, por dois motivos. Primeiro, o conjunto evidencial exigido para a primeira parte da conjunção difere do conjunto evidencial exigido para a segunda parte e, segundo, em ambos os casos, por não haver diferença semântica, o que está sendo dito é a mesma coisa. O fato de a teoria de Dretske permitir tal conjunção enfraqueceria a proposta.

O problema para Dretske gira em torno da intuição de que é estranho dizer, por exemplo, que “eu sei que tenho mãos, mas eu não sei que eu não sou um cérebro numa cuba.” Contextualistas têm sustentado que o Contextualismo oferece uma solução conveniente para este problema: se a mudança de contexto não pode tomar lugar através do discurso, então não há modo de uma conjunção abominável ser verdadeira (LUDLOW, 2005, p 35)⁴⁰.

Jason Stanley (2005), também entende que a possibilidade da conjunção abominável é uma razão para aderir a teoria contextualista, que por assumir alteração semântica, não enfrentaria este tipo de problema. Os Contextualistas seriam também capazes de oferecer uma solução para o desafio representado pelo PFE, além de estabelecer métodos mais objetivos para determinar se uma alternativa deve ou não ser levada em consideração em para que uma atribuição de conhecimento possa ser feita.

No que diz respeito ao Princípio de Fechamento Epistêmico, enquanto a teoria de Dretske precisava negar o PFE, aceitando-o apenas para implicações leves e deixando as pesadas de fora, o Contextualismo oferece uma resposta que mantém o PFE, desde que ele haja

⁴⁰ The problem for Dretske turns on the intuition that it is odd to say, for example, that “I know I have a hand but I don’t know that I am not a brain in vat.” Contextualists have held out that contextualism offers a handy solution to this problem: if context shift cannot take place across discourse, then there is no way an abominable conjunction can be true.

em um mesmo contexto conversacional. Assim, para os contextualistas, a confusão a respeito do PFE que permite uma fundamentação lógica para o ataque cético é oriunda da não percepção de alteração contextual. Para ilustrar tal mudança contextual, Lewis oferece um exemplo:

Eu digo (1) porcos voam; (2) o que acabei de dizer tinha menos de três sílabas (verdadeiro); (3) o que acabei de dizer tinha menos de quatro sílabas (falso). Então 'menos de três' não significa 'menos de quatro'? Não! O contexto mudou no meio do caminho, o valor semântico da frase dependente do contexto 'o que acabei de dizer' mudou com ele. Da mesma forma, no argumento cético, o contexto mudou no meio do caminho, e o valor semântico da palavra 'sabe', dependente do contexto, mudou com ele (LEWIS, 1996, p. 564)⁴¹.

No típico exemplo cético, no qual PFE é usado para mostrar que ‘eu sei que tenho mãos’ implica ‘eu sei que não estou sendo enganado por um gênio maligno’, há uma mudança contextual que pode passar despercebida, gerando uma sensação de estranheza. Para Lewis, quando se diz “eu sei que tenho mãos” se está a supor um contexto ordinário, no qual tal afirmação é verdadeira. No entanto, quando a hipótese cética é mencionada, aconteceria uma mudança contextual, por conta da regra da atenção, e a primeira sentença já não seria mais verdadeira. Assim, passa-se a errônea impressão de que PFE é falho quando, na verdade, o exemplo é que não está bem elaborado, uma vez que não deixa claro que houve uma variação nos padrões epistêmicos que ocorreu quando deixamos o contexto ordinário e passamos a considerar uma hipótese cética, assim falha-se em perceber que esta variação teria provocado mudanças semânticas.

Lewis ainda aponta o que sugere ser uma evidência de que os seres humanos oscilam entre contextos diferentes muito rapidamente. Segundo o autor, dois epistemólogos que caminham em direção a universidade, por exemplo, podem admitir, mediante a hipóteses céticas, que realmente não sabem muita coisa, se é que sabem coisa alguma. No entanto, ao mesmo tempo, ambos se direcionam sem maiores dúvidas a universidade e as suas respectivas salas de aula, demonstrando que a destruição de conhecimento pelo contexto cético pouco influencia as atribuições de conhecimento no contexto ordinário.

A mesma estratégia é usada para desfazer a conjunção abominável, afinal, “eu sei que tenho mãos, mas não sei que não sou um cérebro em uma cuba” não são atribuições de conhecimento feitas no mesmo contexto. Na primeira parte da atribuição pressupomos um

⁴¹ I say (1) pigs fly; (2) what I just said had fewer than three syllables (true); (3) what I just said had fewer than four syllables (false). So 'less than three' does not imply 'less than four'? No! The context switched midway, the semantic value of the context-dependent phrase 'what I just said' switched with it. Likewise in the sceptical argument the context switched midway, and the semantic value of the context-dependent word 'know' switched with it.

contexto ordinário enquanto, na segunda, um contexto no qual uma alternativa cética é mencionada. Com a prerrogativa contextualista de alteração semântica, as partes dessa conjunção estão dizendo coisas diferentes, logo, não há inconsistência ou contradição.

Por estes motivos a Teoria Contextualista poderia representar um avanço em relação à Teoria das Alternativas Relevantes. Porque esses supostos avanços não são amplamente aceitos, eles serão testados detalhadamente no próximo capítulo.

3.2 Tipos de Contextualismo

Várias abordagens contextualistas têm sido propostas⁴², algumas com uma abordagem substantiva, que diriam respeito à natureza do conhecimento e, grande parte delas, com uma abordagem semântica, que pretendem dissertar sobre como os valores de verdade de uma atribuição de conhecimento são influenciados pela variação contextual do conteúdo semântico destas atribuições (SILVA, 2017). Apesar das abordagens substantivas, apenas as abordagens semânticas serão tratadas neste trabalho.

Outra diferenciação possível, mais usual, é entre Contextualismo do Sujeito e Contextualismo do atribuidor, que diferem no que diz respeito ao contexto que deve ser levado em consideração na análise de atribuição de conhecimento. A saber, no primeiro caso, defende-se que o contexto conversacional a ser considerado é o do sujeito cognoscente e seus atributos psicológicos. No segundo caso, o contexto conversacional do atribuidor e suas características é que devem ser levados em consideração.

Duas formas de contextualismo são predominantes na literatura. A primeira é conhecida por *contextualismo do atribuidor*, também chamada de *contextualismo conversacional* ou *semântico*. Esta forma de contextualismo tem sido defendida relevantemente por epistemólogos como Keith DeRose, David Lewis e Stewart Cohen. A segunda forma é conhecida por *contextualismo do sujeito*. Este tipo de contextualismo possui como proeminentes defensores Michael Williams, Antonia Barke, David Annis (RODRIGUES, 2010, p. 1).

Assim, ao descrever o contexto conversacional e os padrões epistêmicos vigentes no contexto, o Contextualismo do Sujeito leva em consideração as características do sujeito cognoscente a quem o conhecimento é atribuído por outra pessoa, ou que atribui conhecimento a si mesmo. Deste modo, são levadas em consideração as características psicológicas do sujeito, as considerações que o sujeito faz sobre as consequências de se estar errado, o status do sujeito

⁴² Para uma explicação mais completa das diferentes vertentes propostas pelos contextualistas, ver Tiegue Rodrigues (2010) *Diferentes Abordagens Sobre o Contextualismo Epistemológico*.

na comunidade, assim como a comunidade em que ele está inserido. É o contexto do sujeito e as pressuposições epistêmicas ali permitidas que importam para a atribuição de conhecimento. Segundo Jeane Silva,

Grosso modo, o Contextualismo do Sujeito avalia os padrões para a verdade de uma atribuição de conhecimento, levando em consideração as características do contexto prático e psicológico do sujeito. Assim, o atribuidor (ou o próprio sujeito atribuindo ou negando conhecimento a si mesmo), deve decidir se ‘S sabe que p’ ou ‘S não sabe que p’ com base na situação prática do sujeito; com base naquilo que o sujeito leva em consideração, dada a sua crença, para agir diante de uma situação possível. Quão importante é para o sujeito que ele esteja certo? Quais os riscos de estar errado? O que aconteceu na conversa? Quais os prejuízos consequentes da crença numa falsidade? Em que comunidade está o sujeito e quais padrões são apropriados para tal comunidade? Essas são algumas questões que um contextualista do sujeito terá que responder para identificar os padrões epistêmicos em uso (SILVA, 2017, p. 88-9).

Há várias abordagens no âmbito do Contextualismo de Sujeito, entre elas, as que mais se destacam são de Williams (2004), David Annis (1978), Antonia Barke (2002) e John Greco (2008). Williams assume um modelo bastante específico de justificação, segundo o qual para que *S* possua conhecimento, ele precisa ter uma crença sem objeções que tenha sido formada por um processo confiável, assemelhando-se bastante de uma abordagem confiabilistas segunda a qual está justificada a crença produzida por um processo confiável. O aspecto contextualista de sua teoria viria da concessão de que o ataque cético eleva os padrões epistêmicos através do que ele chama de ‘necessidades metodológicas’, introduzindo um ‘meta-contexto disciplinar’ no qual as atribuições de conhecimento teriam seu teor alteradas (RODRIGUES, 2010).

Annis também defende uma teoria contextualista com foco no contexto do sujeito cognoscente. Para o autor, a justificação válida para um contexto conversacional não necessariamente funciona para outros contextos. O que determinaria o quão boa uma justificação deve ser para contar como verdadeira ou adequada dependeria das normas sociais vigentes no contexto do sujeito a quem se pretende atribuir conhecimento (RODRIGUES, 2010).

Para Barke, o contexto do sujeito, aquele que interessa, só pode ser alterado através da indagação de hipóteses não levadas em consideração até então. Para a autora, sua teoria seria superior às outras propostas contextualistas por melhor explicar a assimétrica facilidade com que os padrões epistêmicos ficam mais exigentes em relação à dificuldade com que ficam menos exigentes. Para Barke, tal assimetria se daria por haver apenas uma maneira de “relaxar” os padrões: oferecendo uma resposta adequada para a indagação levantada (RODRIGUES 2010).

A teoria contextualista de John Greco, conhecida como Contextualismo de Virtudes, sustenta que o conhecimento é uma crença verdadeira oriunda de uma virtude intelectual. Para o autor, as saliências que devem ser levadas em consideração ao se atribuir conhecimento com base em virtudes intelectuais são estabelecidas pelo contexto do sujeito cognoscente (RODRIGUES, 2010).

O outro tipo de contextualismo mencionado, o Contextualismo do Atribuidor, é caracterizado por levar em consideração não só os já mencionados atributos do contexto do sujeito cognoscente, mas também os aspectos do contexto do atribuidor, que por vezes não estão disponíveis ao sujeito a quem pretende se atribuir conhecimento. Com isso, torna-se possível que atribuições de conhecimento no formato ‘*S* sabe que *P*’ tenham valores de verdade diferentes, no mesmo instante *t*, para o mesmo *S*, mas a partir de atribuidores diferentes (RODRIGUES, 2010). Isto poderia ocorrer porque de acordo com o Contextualismo do Atribuidor, o padrão epistêmico vigente no contexto conversacional daquele que atribui conhecimento ou não também deve ser levado em consideração. Assim, “o contexto do atribuidor determina quão forte a posição epistêmica⁴³ de um sujeito *S* deve ser, em relação à *P*, para ‘*S* sabe que *P*’ expressar uma verdade quando proferida pelo atribuidor” (RODRIGUES, 2010, p. 6).

Deste modo, o Contextualismo do Atribuidor, sob certo aspecto, tende a levar mais variáveis em consideração, pois, em relação ao Contextualismo do Sujeito, acrescenta as características de interesse epistêmico do contexto do atribuidor. Segundo Jeane Silva,

O contextualista do atribuidor afirma, do mesmo modo, que todas as características apontadas pelo contextualista do sujeito como importantes para a avaliação da verdade de uma atribuição de conhecimento, também são importantes para o Contextualismo do Atribuidor, mas adiciona ainda as características da posição do atribuidor enquanto observador, características que podem não estar disponíveis ao sujeito enquanto agente do conhecimento (SILVA, 2017, p. 89-90).

Assim, na atribuição de conhecimento deve ser levado em consideração não apenas as informações disponíveis no contexto do sujeito cognoscente, mas também as informações disponíveis no contexto conversacional do atribuidor do conhecimento. O Contextualismo do Atribuidor, dá, então, um salto importante no que diz respeito à complexidade e diversidade de critérios que devem ser levados em consideração para uma atribuição de conhecimento.

⁴³ Doravante clarificarei o conceito de força epistêmica. Contudo, grosso modo, é o quão forte devem ser as evidências de *S* para que, naquele contexto, sua crença verdadeira justificada conte como um caso de conhecimento.

Quando nos referirmos a ‘contextualismo’ neste trabalho, nossa abordagem será semântica e não substantiva, ou seja, nosso objeto são os conteúdos de sentenças de atribuição de conhecimento; já os critérios levados em consideração para avaliação do valor de verdade de sentenças de atribuição de conhecimento, serão aqueles do contexto do atribuidor que se mostram mais completos por incluir também os critérios do contexto do sujeito.

Para ilustrar melhor como o Contextualismo do Atribuidor acaba por adquirir alguma vantagem frente ao Contextualismo do Sujeito, consideremos o “Caso do Celeiro”, proposto por Stine (1999), cenário no qual fica bastante evidente a vantagem de um contextualismo sobre o outro.

Henry dirige por uma estrada do interior quando avista um celeiro. Sem que Henry saiba, a região pela qual dirige está repleta de falsos celeiros, no entanto super-realistas, feitos de papel machê. Neste cenário, não diríamos que Henry sabe que vê um celeiro, a não ser que ele possua uma evidência que dê suporte ao enunciado de que o celeiro a sua frente não é um falso celeiro de papel machê. Contudo, como ele não tem acesso à informação de que existem falsos celeiros na região, o caso de Henry parece não se configurar um caso de conhecimento⁴⁴.

Importante notar que se não fosse o caso de haver celeiros falsos poderíamos estar diante de um caso de conhecimento, ou seja, Henry saberia estar vendo um celeiro. Contudo, como há a informação de que existem falsos celeiros, esta alternativa passa a ser relevante, mesmo que Henry não tenha tal informação e apenas nós, atribuidores analisando um evento, tenhamos. Assim, parece ser o caso que uma informação obtida pelo atribuidor e que escapa à consciência do sujeito possa influenciar a atribuição de conhecimento ao sujeito cognoscente (DEROSE, 2008).

Para Jeane Silva, “por conta de casos como este, o Contextualismo do Atribuidor parece oferecer uma abordagem mais completa a respeito dos padrões avaliativos para uma atribuição de conhecimento (...)” (SILVA, 2017, p. 93). Assim como, para David Lewis, “é o que nós ignoramos, e não que o próprio *S* ignora, o que interessa para o que podemos verdadeiramente dizer sobre o conhecimento de *S*”⁴⁵ (LEWIS, 1996, p. 561).

3.3 Mudança Contextual

Antes de falarmos sobre os argumentos para a mudança contextual, faz-se necessário esclarecer que a teoria do Contextualismo Epistêmico é, sobretudo, uma teoria semântica, e não

⁴⁴ Stine, 1999, p. 148.

⁴⁵ It is our ignorings, not *S*'s own ignorings, that matter to what we can truly say about *S*'s knowledge.

propriamente epistêmica. Isso porque os contextualistas não estão interessados na natureza do conhecimento ou se seus requisitos são, de fato, crença, verdade e justificação. Tampouco estão interessados se a definição tripartite exige uma cláusula anti-gettier, por exemplo. Ou seja, não é do interesse dos contextualistas a construção de uma teoria estrutural sobre o conhecimento, mas sim de determinar que quaisquer que forem os elementos dessa definição estrutural, eles são contextualmente sensíveis (KORNBLITH, 2000).

Com isso, os contextualista constroem uma tese semântica sobre a dinâmica das atribuições de conhecimento no cotidiano e, a partir daí, tentam extrair uma resposta⁴⁶ ao ataque cético, separando as atribuições de conhecimento em pelo menos dois contextos: ordinários e céticos⁴⁷. Para Ludlow (2005), o empreendimento dos contextualistas é uma consequência da Virada Linguística, através da qual passou-se a enxergar os problemas filosóficos como provenientes de problemas mais elementares na filosofia da linguagem (SILVA, 2017).

Segundo Jeane Silva (2017), é amplamente aceito em epistemologia que as atribuições do conhecimento são, de alguma maneira, sensíveis ao contexto. A tese contextualista, de modo mais específico, sustenta que as sentenças no formato “*S* sabe que *P*” e “*S* não sabe que *P*” tem sua sensibilidade contextual oriunda do suposto fato de que as condições de verdade para esta sentença, isto é, o que conta como verdadeiro em determinado contexto conversacional, varia de um modo eminentemente epistemológico. Com isso, teríamos que “*S* sabe que *P*” no contexto A e “*S* sabe que *P*” no contexto B podem significar coisas diferentes, havendo, deste modo, uma alteração semântica.

É atribuindo esta diferença semântica que, como já vimos, o contextualista se esquivava da “conjunção abominável” e do problema do Princípio do Fechamento Epistêmico. Afinal, se, no primeiro caso, o que está sendo dito de um lado da conjunção é dito em um contexto diferente do que está sendo assumido do outro, não há uma conjunção realmente. E, no caso do PFE, o contextualista diria que o antecedente está em um contexto conversacional enquanto o consequente está em outro contexto, não havendo uma real implicação entre as duas sentenças.

Um exemplo contextualista de variação semântica que produziria uma variação de valor de verdade é o Caso do Banco, proposto por DeRose (1992). Este pretende ser um caso cotidiano de uso normal do termo ‘sabe’, no qual os padrões epistêmicos, isto é, as condições de verdade para uma atribuição de conhecimento, são alterados, fazendo que em um contexto

⁴⁶ Vale lembrar que os contextualistas não oferecem uma objeção ao argumento cético, como comumente tem sido o empreendimento epistemológico. Ao invés disso, limitam-se, através da descrição da sua arguição, a estabelecer um escopo no qual o ataque cético de fato destrói as atribuições de conhecimento.

⁴⁷ A separação em pelo menos dois contextos é sobretudo didática. No presente capítulo faremos uma discussão minuciosa sobre os contextos conversacionais e os padrões epistêmicos que emergem dos mesmos.

determinado conjunto evidencial seja suficiente para garantir a atribuição positiva de conhecimento e, em outro contexto, o mesmo conjunto evidencial falhe em atingir o limiar exigido para que a atribuição de conhecimento seja feita.

Caso do Banco A. Minha esposa e eu estamos dirigindo para casa na sexta ao entardecer. Planejamos parar no banco, a caminho de casa, para depositar nossos cheques de pagamento. Mas, como passamos pelo banco um pouco tarde, notamos que as filas lá dentro estão muito grandes, como costuma ocorrer nas sextas à tarde. Ainda que em geral nós preferamos depositar nossos cheques de pagamento o quanto antes, não é especialmente importante, nesse caso, que eles sejam depositados imediatamente, e assim eu sugiro que a gente vá direto para casa e deixemos para depositar os cheques no sábado de manhã. Minha esposa diz: “Talvez o banco não abra amanhã. Muitos bancos fecham aos sábados”. Eu respondo: “Não, eu sei que vai abrir, eu estive lá num sábado há duas semanas. Estará aberto até o meio-dia”.

Caso do Banco B. Minha esposa e eu passamos dirigindo pelo banco na sexta à tarde, como no caso A, e notamos as longas filas lá dentro. Novamente sugiro que depositemos nossos cheques de pagamento no sábado de manhã, explicando que estive no banco em um sábado de manhã há apenas duas semanas, quando descobri que ele fica aberto até o meio-dia. Neste caso, porém, nós assinamos justamente um cheque de valor muito alto e muito importante. Se nossos cheques de pagamento não estiverem depositados em nossa conta na segunda-feira de manhã, um cheque importante que assinamos vai ficar sem fundos, deixando-nos em uma situação *muito* ruim. E é claro que o banco não abre no domingo. Minha esposa me lembra destes fatos. Ela diz então: “Bancos alteram seus horários. Você sabe que o banco vai abrir amanhã?”. Lembrando do quanto eu estava antes confiante de que o banco abriria no sábado, respondo ainda: “Bem, eu não sei. É melhor eu me assegurar”. (DeROSE, 1992, p. 913, apud, SILVA, 2017, p. 96)).

Neste caso fica evidente como as atribuições cotidianas de conhecimento podem gerar uma impressão de contradição. No caso A, o sujeito tinha exatamente o mesmo conjunto de evidências que no caso B, ou seja, a força da sua posição epistêmica, oriunda das evidências que sustentam a alegação, era a mesma. No entanto, enquanto no primeiro cenário as condições de verdade, determinadas pelo padrão epistêmico em vigor, exigiam um grau baixo de força epistêmica, no segundo cenário a exigência era maior, negando a atribuição de conhecimento com base na mesma reivindicação.

Isso demonstraria duas coisas, segundo Jeane Silva (2017): primeiro, que existem variações nos valores de verdade das atribuições de conhecimento sem que isso implique em contradição; e, segundo, que as variações percebidas se dão por conta da sensibilidade contextual que o termo ‘sabe’⁴⁸ apresenta em sentenças de atribuição de conhecimento.

A partir do exemplo do banco acima, Keith DeRose afirma que três considerações podem ser feitas: (1) no caso A, quando *S* afirma saber que o banco abrirá, *S* está a dizer algo verdadeiro; (2) no caso B, quando *S* afirma *não* saber se o banco abrirá, *S* está a dizer algo

⁴⁸ Vale ressaltar que ‘sabe’ e ‘conhecimento’ são tratados como sinônimos.

verdadeiro; e (3) parece plausível supor que, se *S* sabe que o banco estará aberto no caso A, ele também deveria saber no caso B, visto que o conjunto evidencial para ambas as alegações são os mesmos. Contudo, alerta DeRose, é importante fazer a distinção entre (3) e (4), que diz que se *S* diz algo verdadeiro em A, então deve estar dizendo algo falso em B (TIEGUE, 2011).

A rejeição de (4) se dá, para DeRose, por conta de 2 fatores: primeiro, a sensibilidade contextual das atribuições de conhecimento e, segundo, pela noção de força epistêmica. Tanto no cenário A quanto no cenário B *S* tem o mesmo conjunto de evidência para embasar sua atribuição de conhecimento, ou seja, em ambos os cenários *S* tem a mesma e inalterada força epistêmica (DEROSE, 2009). Contudo, no contexto B, o padrão epistêmico vigente é mais rigoroso e eleva a exigência dos requisitos das condições de verdade para que a alegação seja entendida como um caso de conhecimento. Com esse contexto mais rigoroso, a força epistêmica de *S* que era suficiente em A, passa a ser insuficiente em B.

Com a alteração contextual e, por consequência, a alteração das condições de verdade, DeRose defende também que o conteúdo semântico da atribuição de conhecimento em A não é o mesmo conteúdo da atribuição de conhecimento em B. Assim como Lewis, Keith DeRose prevê alteração semântica nas atribuições de conhecimento a depender do contexto de asserção, tornando-o, portanto, um contextualista. E é por conta desta alteração e da noção de força epistêmica que é possível atribuir conhecimento a *S* em A e negá-lo em B sem contradição.

Vale ressaltar que a alteração semântica nas atribuições de conhecimento defendida pelos contextualistas significa a defesa de que o que foi dito por *S* em A difere do que foi dito por *S* em B. Ou seja, a mesma sentença, com o mesmo conjunto de evidências suportando-a, significa coisas diferentes em contextos diferentes. Dretske (1970), como visto, propôs apenas uma alteração no sentido pragmático da atribuição de conhecimento, sem prever, na sua teoria, a alteração semântica defendida pelos contextualistas, que sustentam a existência de uma alteração no conteúdo de uma mesma sentença quando enunciada em contextos diferentes. Por isso, no presente trabalho, não trato a teoria das Alternativas Relevantes como uma tese contextualista, apesar de seus aspectos contextuais. O contextualismo, entendido como uma tese que é também semântica, tem sob seu escopo as teorias que preveem alterações deste tipo.

David Kaplan (1989) entende que, uma vez que cada contexto possui condições de verdade específicas, uma mesma sentença de atribuição de conhecimento pode assumir diversos significados. Isso significaria, para o autor, que diversos conteúdos possam ser expressos pelo mesmo caráter (SILVA, 2017). Neste sentido, caráter seria o termo propriamente dito, a sentença, e o conteúdo seria o significado, a proposição expressa pela sentença, em determinado contexto. Assim, quando Luan Goulart diz “eu”, o caráter é o próprio termo e o conteúdo é o

que o termo significa, ou seja, o próprio Luan Goulart. Aplicado a teoria contextualista, o caráter de uma atribuição de conhecimento seria a própria sentença, enquanto seu conteúdo seria o significado assumido em um determinado contexto.

A mudança do significado da sentença, como já sugerido, se daria porque em cada contexto há uma condição de verdade para as atribuições de conhecimento, que determinaria quão forte deve ser a força epistêmica de um sujeito para que seu enunciado conte como um caso de conhecimento. Para Jeane, “estar numa posição epistêmica forte o suficiente é deter o elemento que deve ser adicionado à crença verdadeira para que ela conte como conhecimento” (SILVA, 2017, p. 103-4).

A mudança no grau de exigência entre os contextos, para DeRose, tem relação com alguns fatores intrínsecos ao contexto. No Caso do Banco, por exemplo, apesar da força da posição epistêmica de *S* se manter inalterada, as exigências no cenário B são mais rigorosas. Enquanto não há grandes consequências em se estar errado no caso A, no qual, se a pior hipótese se concretizar, apenas terão seu pagamento atrasado em 2 dias; no caso B, caso o banco não abra no sábado, *S* não conseguirá honrar sua dívida. Assim, o custo do erro parece ter relação com a elevação dos padrões epistêmicos, tornando mais difícil uma atribuição de conhecimento.

Outro fator apontado por DeRose (1992), muito semelhante à construção já explicada por Lewis, é a menção de uma possibilidade de erro que, ao mesmo tempo que é plausível e, portanto, relevante, captura a atenção de *S*, não podendo mais ser ignorada. Quando a esposa do sujeito cognoscente sugere que o banco possa não abrir aos sábados, ela o faz citando hipóteses modais, ou, se preferir, mundos possíveis, bastante próximos do mundo atual. A saber, ela não sugere que o banco não abrirá porque um demônio maligno impedirá o bando de abrir, ao contrário, ela sugere apenas que bancos podem alterar seus horários de funcionamento. Sugerir uma alternativa plausível parece ter invocado o que Lewis chama de *regra da semelhança*, fazendo com que a hipótese precise ser levada em consideração.

Ao mesmo tempo, uma vez que a possibilidade é mencionada e captura a atenção de *S*, ela não pode mais ser apropriadamente ignorada, retirando o status de conhecedor do sujeito. Pode-se perceber, também, a já mencionada assimetria entre a elevação e rebaixamento dos padrões epistêmicos. Depois que a esposa de *S* eleva o padrão epistêmico naquele contexto conversacional, o sujeito que pretende manter o status de conhecedor deve se adequar ao novo padrão, buscando novas evidências que sustentem sua asserção⁴⁹.

⁴⁹ Lewis (1979) prevê que padrões epistêmicos possam ser relaxados, apesar de pouco comum, para aceitarem mais facilmente atribuições de conhecimento. Contudo, além do autor não oferecer uma explicação clara sobre o assunto, este tema encontra pouco consenso na literatura.

Assim, para Jeane Silva, é possível concluir que o contextualismo de DeRose se assemelha bastante ao de Lewis, com o acréscimo da noção de força epistêmica:

Por hora, podemos concluir que, no contextualismo de DeRose pelo menos, a relevância que é dada ou não às alternativas contrárias, parece seguir o caminho que as regras de Lewis postulam. Em última análise, no contextualismo de DeRose, o que muda de um contexto para o outro é quão forte é a relação entre a posição epistêmica do sujeito e os padrões epistêmicos em jogo, ou “quão forte” é “forte o suficiente” (SILVA, 2017, p. 108).

Além de Lewis e DeRose, Cohen (1987) também tenta descrever a dinâmica da alteração dos padrões epistêmicos. Assim como outros contextualistas, Cohen prevê que as atribuições de conhecimento são sensíveis ao contexto e sofrem alterações semânticas a depender dos padrões epistêmicos em vigor. Para o autor,

De acordo com essa visão, o valor de verdade de sentenças contendo as palavras “saber” e seus cognatos dependerá de padrões determinados contextualmente. Por causa disso, tal sentença pode ter diferentes valores de verdade em diferentes contextos. Agora, quando digo “contextos”, quero dizer “contextos de atribuição”. Assim, o valor de verdade de uma sentença contendo o predicado de conhecimento pode variar dependendo de coisas como propósitos, intenções, expectativas, pressuposições etc., dos falantes que proferem essas sentenças. (COHEN, 2000, p. 94)⁵⁰.

Contudo, apesar da semelhança que Cohen cultivava com todos os contextualistas, concedendo a alteração semântica nas atribuições de conhecimento e reconhecendo todos os mecanismos de alteração contextual já citados até aqui, como consequência de se estar errado e menção a possibilidade de erro, Cohen tenta levar em conta fatores sociais e psicológicos na formação dos padrões epistêmicos. Enquanto os autores vistos até agora tinham como foco mecanismos de linguagem, como o que é dito ou pressuposto em um contexto conversacional, Cohen tem como enfoque uma espécie de epistemologia de grupo, que tenta extrair a formação das condições de verdade a partir da capacidade média de raciocínio de um determinado contexto e das evidências possuídas ou não pelo grupo.

Para entender a teoria de Cohen, precisamos primeiro entender seus pressupostos. Para o autor, “ter boas razões para crer” é condição fundamental para o conhecimento, e essa condição tem certa ambiguidade, podendo se dar tanto no âmbito lógico como no âmbito

⁵⁰ According to this view, the truth value of sentences containing the words “know”, and its cognates will depend on contextually determined standards. Because of this, such a sentence can have different truth-values in different contexts. Now when I say “contexts”, I mean “contexts of ascription”. So, the truth value of a sentence containing the knowledge predicate can vary depending on things like the purposes, intentions, expectations, presuppositions etc., of the speakers who utter these sentences.

psicológico, com cada aspecto tendo desdobramentos distintos. No âmbito lógico, “razões para crer” diz respeito às evidências que *S* possui e se elas sustentam, ou não, o que é alegado. No âmbito psicológico, entretanto, “razões para crer” refere-se ao patamar em que as evidências possuídas por *S* o colocam em determinado contexto conversacional.

Outro pressuposto necessário para entender o contextualismo de Cohen é a tese já defendida por Gilbert Harman (1980), de que as evidências que alguém não possui pode “minar” seu conhecimento caso o contexto conversacional que ela está inserida possua. Este segundo pressuposto, para Cohen, evidenciaria um fator social nas condições de verdade para atribuições de conhecimento.

Assim, ter boas razões para crer é, em parte, não deixar de possuir uma evidência que o contexto possui. No caso de a evidência minar o conhecimento, Cohen a chama de um *derrotador epistêmico* e, no caso de a evidência corroborar com a asserção de conhecimento, ela seria um *restaurador epistêmico*. Deste modo, Cohen sugere que se *r* for uma boa razão para crer que *P*, e existir um *d* que é um derrotador de *r*, considerado em conjunto (*rd*), crer que *P* não é mais uma boa opção. Para que exista um caso de conhecimento *simpliciter*, *S* precisa ter evidências de que *P* sem que haja algum derrotador para esta evidência⁵¹.

Seguindo a diferenciação de John Pollock (1974), Cohen divide os derrotadores epistêmicos em tipo I e tipo II, sendo os derrotadores do primeiro tipo aqueles que falsificam a asserção sem falsear a evidência para tal asserção, já os derrotadores do segundo tipo desfazem a conexão entre a evidência obtida e a asserção feita com base nesta evidência:

Onde *r* é uma boa razão *prima facie* para acreditar em *p*, *d* é um derrotador do tipo I apenas no caso de *d* ser uma boa razão para acreditar que *p* é falso mesmo que *r* seja verdadeiro. Por exemplo, onde *r* = (a mesa parece ser vermelha) e *p* = (a mesa é vermelha), *d* (uma fonte confiável diz que não há mesas vermelhas na sala) é um derrotador do tipo I. Se *d* enfraquece a conexão entre a verdade de *r* e a verdade de *p*, independentemente de ser uma razão para acreditar que *p* é falso, então *d* é um invalidador do tipo II, por exemplo, *d* = (há uma luz vermelha brilhando na mesa) (COHEN, 1987, p. 4)⁵².

Tem-se, então, no tipo I de derrotador epistêmico, uma evidência indicadora de que a proposição que se pretende conhecer é falsa e, por consequência, a atribuição de conhecimento, mesmo que não conflita diretamente com a evidência anteriormente encontrada a favor de tal

⁵¹ COHEN, 1987, p. 4.

⁵² Where *r* is a *prima facie* good reason to believe *q*, *d* is a type I defeater just in case *d* is a good reason to believe that *q* is false even though *r* is true. For example, where *r* = (the table appears to be red) and *q* = (the table is red), *d* (a reliable sources says there are no red tables in the room) is a type I defeater. If *d* undercuts the connection between the truth of *r* and the truth of *q*, independently of being a reason to believe *q* is false, then *d* is a type II defeater, e.g., *d* = (there is a red light shining on the table).

atribuição. Já no tipo II de derrotador epistêmico, a evidência que surge contra a atribuição de conhecimento rompe a conexão entre a evidência que se tinha a favor da atribuição e a proposição que se pretende conhecer, independente da verdade ou não da proposição.

No exemplo proposto por Cohen, o derrotador de tipo I, a saber, o testemunho de uma fonte confiável que diz não haver mesas vermelhas na sala, é uma boa razão para acreditar que ‘a mesa é vermelha’ é falso, mesmo que r continue sendo verdadeiro. Já o derrotador do tipo II, no caso uma luz vermelha na sala, invalidaria, segundo Cohen, a conexão entre ‘parecer vermelha’ e ‘ser vermelha’, pois com a luz vermelha na sala tal conexão causal não mais poderia ser feita.

No entanto, a ambiguidade em “ter boas razões para crer”, faz com que a derrota que um derrotador impõe à justificação de S nem sempre pareça óbvia. Para Cohen, se S sabe que r e, com base nisso, acredita que P e, além disso, S também sabe que d , e d é um derrotador de r , parece pacífico supor que S não tem boas razões para acreditar que P . Mas isso pressupõe, segundo Cohen, que a relação de derrota que d impõe a r seja óbvia ou explícita, e é aqui que mora, segundo o autor, a ambiguidade em “ter boas razões”. Para explicitar a ambiguidade, Cohen sugere um cenário em que a derrota que d impõe a r só seja detectável por inteligências acima da média e, sendo S uma pessoa de inteligência mediana, essa derrota lhe escapa. Nesse cenário, teria S , sabendo que r e que d , “boas razões” para acreditar em P ? Para Cohen não está claro, visto que S não falha em detectar nenhuma relação óbvia entre suas crenças.

A ambiguidade aconteceria porque no primeiro caso teríamos uma visão idealista de ‘se ter boas razões’, em que não se pode haver derrotadores para as razões que nos levam a crer em algo. Já no segundo caso, segundo Cohen, temos uma visão mais parecida com a *permissibilidade*. Sendo assim, não tendo nenhum derrotador óbvio para S , mesmo que não seja o cenário ideal, S estaria *permitido* a crer que P . Naturalmente, o autor concede que essas são noções um pouco vagas, é difícil dizer, por exemplo, o que é óbvio para uma inteligência mediana ou até mesmo dizer o que é uma inteligência mediana.

Há, ainda, uma segunda ambiguidade na ideia de se ter boas razões para crer em algo. Enquanto a primeira ambiguidade estaria ligada ao significado do termo, oscilando entre “ter as razões ideais” e “ser permissível crer”, a segunda estaria ligada a psicologia e capacidade intelectual do sujeito. A ideia de que uma ligação epistêmica entre proposições possa ser óbvia ou não é claramente psicológica. O que é óbvio para alguém versado em determinado assunto pode não o ser para alguém sem estudo deste assunto. Por isso, segundo o autor, quando se diz que uma proposição d é *obviamente* um derrotador de r , está se supondo um determinado contexto e grupo de pessoas para as quais tal ligação seria óbvia. Segundo o autor, “geralmente

quando dizemos que algo é óbvio *simpliciter*, pressupomos um nível de capacidade de raciocínio que é determinado intersubjetivamente - a capacidade de raciocínio normal de um grupo social relevante ao qual pertencemos” (COHEN, 1987, p. 5)⁵³.

Com isso, podemos concluir que uma evidência capaz de derrotar uma atribuição de conhecimento pode ser evidente para uns e não para outros. Logo, sujeitos com diferentes capacidades cognitivas estariam sujeitos a diferentes padrões para as atribuições de conhecimento, e o padrão epistêmico em um determinado contexto conversacional seria determinado pela capacidade cognitiva dos sujeitos no contexto. Uma vez que é bastante provável que contextos conversacionais tenham indivíduos com diferentes capacidades cognitivas, como professores universitários conversando com seus alunos de fase iniciais, por exemplo, é possível que a inteligência de um sujeito possa ser superior ou inferior à média do ambiente em que está inserido.

Assim, a permissibilidade ou não de se ter uma crença varia não só entre contextos, mas também entre diferentes capacidades intelectuais. Como exemplo ilustrativo Cohen sugere que *S* pode acreditar que *P* com base em *r* mesmo a relevância de *d* sendo óbvia para o grupo em que *S* está inserido se tal relevância não for evidente para *S*. Nesse caso, defende Cohen, do ponto de vista da capacidade intelectual de *S*, tal crença está *autorizada*.

Cohen propõe, então, o uso de uma terminologia específica para tornar as ambiguidades menos confusas. O autor sugere que toda terminologia dos derrotadores que dizem respeito ao contexto de um grupo de indivíduos seja chamada de *intersubjetiva*, já quando diz respeito à capacidade intelectual de um indivíduo, *subjetiva*. Um derrotador pode ser intersubjetivamente evidente, quando é óbvio para o grupo, ou intersubjetivamente opaco, quando não é óbvio para o grupo. Assim como, em relação à capacidade intelectual de um indivíduo, um derrotador pode ser subjetivamente evidente ou subjetivamente opaco. Isso nos deixa, segundo Cohen, com três definições extremamente superficiais do que é “ter boas razões”:

(...) *S* tem razões idealmente boas apenas no caso de *S* não possuir derrotadores dessas razões. *S* tem razões intersubjetivamente boas apenas no caso de *S* não possuir derrotadores intersubjetivamente evidentes. *S* tem razões subjetivamente boas apenas no caso de *S* não possuir derrotadores subjetivamente evidentes (COHEN, 1987, p. 6)⁵⁴.

⁵³ Generally when we say something is obvious simpliciter, we presuppose a level of reasoning ability that is intersubjectively determined - the normal reasoning ability of a relevant social group to which we belong.

⁵⁴ (...) *S* has ideally good reasons just in case *S* possesses no defeaters of those reasons. *S* has intersubjectively good reasons just in case *S* possesses no intersubjectively evident defeaters. *S* has subjectively good reasons just in case *S* possesses no subjectively evident defeaters.

Em busca de capturar de forma mais completa as atribuições de conhecimento cotidianas e suas variações em contextos conversacionais diferentes, Cohen adiciona mais complexidade a sua teoria. Assim como existem evidências que minam a justificação de S , que podem ser intersubjetivamente ou subjetivamente opacas ou evidentes, Cohen propõe que existem, também, evidências com as mesmas qualidades que restauram a justificação de S diante de uma evidência derrotadora, chamadas de evidências restauradoras. Para ilustrar o conceito, podemos imaginar que S pode acreditar que P (a mesa é vermelha) com base em r (a mesa parece vermelha). No entanto, S pode possuir um derrotador d^1 (o arquiteto projetou a sala com luzes vermelhas) que faz com que não seja mais permissível crer em P com base em r .

Com evidências restauradoras, pode então haver um derrotador do derrotador, d^2 (o zelador do prédio garantiu que as luzes vermelhas foram substituídas por luzes brancas). Nesse caso, com base em r , d^1 e d^2 , é, não só permissível, mas idealmente satisfatório, crer em P . Ou seja, a crença de S é perfeitamente justificada, não havendo evidência contrária à sua asserção ou, pelo menos, não havendo evidência contrária a sua asserção que não conte com uma devida contra evidência.

A noção de contra evidência é importante para Cohen porque também pode ser compreendida como opaca ou evidente do ponto de vista subjetivo ou intersubjetivo. Ou seja, tanto evidências a favor como evidências contra uma atribuição de conhecimento possuem um caráter individual e grupal, fazendo parte do padrão epistêmico vigente em determinado contexto conversacional e tendo sua relevância para as condições de verdade determinadas por ele.

Este aspecto social nas atribuições de conhecimento, aqui evidenciado pela opacidade ou obviedade intersubjetiva de uma evidência, seja ela derrotadora ou restauradora, seria responsável pelas alterações nas condições de verdade para uma atribuição de conhecimento. Cohen concede um exemplo, a fim de ilustrar a importância das evidências intersubjetivas, no qual pede para supormos que S acredita que P (a mesa é vermelha) com base em r (a mesa parece vermelha). Devemos supor também que S saiba d' (o arquiteto disse que luzes vermelhas foram instaladas no edifício). Contudo, sem que S saiba, o arquiteto está enganado. Ou seja, P é verdadeiro com base em r .

Neste cenário, se S não acreditar em d' , que lhe é um derrotador evidente, por teimosia, S deixa de saber que P com base em r por não ter uma evidência restauradora para d' , que ele não acreditava por teima, mesmo que d' seja falso sem que S saiba. Em um cenário no qual d' é subjetivamente opaco para S por quaisquer motivos, como S ter uma inteligência muito abaixo

da média, mas d' é intersubjetivamente evidente, S também falha em saber que Q com base em r .

Mas como, para Cohen, conhecimento não exige razões idealmente boas, como ter uma evidência restauradora para cada evidência derrotadora, há um cenário, no exemplo acima, em que S teria conhecimento mesmo sem uma evidência restauradora para d' . Segundo Cohen, se d' fosse tanto subjetivamente como intersubjetivamente opaco, sendo uma evidência acessível apenas para gênios, a atribuição de conhecimento a S estaria autorizada.

Deste modo, segundo o autor, o componente social do conhecimento se torna bastante evidente, não só para estabelecer quais derrotadores e restauradores epistêmicos são intersubjetivamente opacos ou evidentes, mas para estabelecer o quão boa devem ser as razões para crer para que asserções sejam aceitas como um caso de conhecimento.

As intuições podem diferir dependendo de quão intersubjetivamente opaco é o derrotador. No entanto, para testar se o conhecimento implica em razões idealmente boas, em vez de apenas razões intersubjetivamente boas, devemos considerar derrotadores de opacidade arbitrária. Se o conhecimento é subvertido pelos derrotadores apenas até certo nível de opacidade intersubjetiva, permanece verdade que o nível em que os derrotadores minam o conhecimento é determinado socialmente (COHEN, 1987, p. 8)⁵⁵.

Claro que é possível discordar de Cohen e conceder que só há conhecimento em casos em que as razões para crer são idealmente boas, ou seja, exigir que cada derrotador tenha um restaurador correspondente. Contudo, para o autor, há uma indicação muito forte de que S deixa de ser considerado conhecedor quando falha em levar em consideração um derrotador intersubjetivamente evidente. Indicação que não está presente quando S falha em levar em consideração um derrotador intersubjetivamente opaco.

Ao se considerar que conhecimento implica em razões idealmente boas, afirma Cohen, o caso de um derrotador intersubjetivamente evidente impedir este conhecimento é apenas um subcaso do requisito geral, a saber, de se ter razões idealmente boas. No entanto, mesmo neste cenário seria possível comprovar o elemento social nas atribuições de conhecimento, mostrando que razões idealmente boas, por si só, não são suficientes para configurar um caso de conhecimento.

⁵⁵ Intuitions might differ depending on how intersubjectively opaque the undermining defeater is. However, to test whether knowledge entails ideally good reasons rather than merely intersubjectively good reasons, we must consider undermining defeaters of arbitrary opacity. If knowledge is subverted by defeaters only up to a certain level of intersubjective opacity, it remains true that the level at which defeaters undermine knowledge is socially determined.

Em um caso em que S acredite que P com base em r , no qual S possui um derrotador subjetivamente evidente para sua crença em r , d' , que deixa de levar em consideração por teimosia. Apesar disso, sem que S saiba, por conta da sua opacidade, S possui um restaurador d'' para r , que invalida d' , mas que é subjetivamente opaco. Neste cenário, para Cohen, apesar de haver razões idealmente boas, afinal para cada derrotador há um restaurador, S falha em saber que P .

O exemplo acima sugeriria que é necessário que S possua tanto razões intersubjetivamente boas para crer, afinal, se há um derrotar evidente para o contexto que não o seja para S ele falha em saber, como também possua razões subjetivamente boas, afinal, S não pode deixar de considerar todos os derrotadores e restauradores que lhe for evidente, para que uma crença justificada se torne um caso de conhecimento.

Assim, para o autor, a fim de que S saiba que P , se há um derrotador epistêmico intersubjetivamente evidente para P , é necessário que S saiba de um restaurador de P que seja subjetivamente evidente. Ou seja, não basta ter razões idealmente boas. Afinal, se há um derrotador intersubjetivamente evidente para o qual há um restaurador intersubjetivamente e subjetivamente opaco, mesmo havendo razões idealmente boas, não se configura um caso de conhecimento para S . Além de razões idealmente boas, S precisa alcançar o padrão epistêmico vigente em um determinado contexto conversacional.

Deste modo, Cohen pretende demonstrar que há um elemento social na atribuição de conhecimento. Afinal, como exposto, é possível que tenhamos razões idealmente boas para crer que P com base em r e, ainda assim, isso não se configurar em um caso de conhecimento. Isso acontece se o derrotador é intersubjetivamente evidente e, seu restaurador correspondente, é intersubjetivamente e subjetivamente opaco.

O fator social na atribuição de conhecimento e, através dele, a determinação de padrões epistêmicos em um determinado contexto conversacional, não dizem respeito apenas a 'razões para crer'. Outros canais de aquisição de conhecimento, como a memória e a percepção, também estão sujeitos a expectativas do contexto. Assim, precisamos analisar brevemente se o que foi dito sobre os padrões intersubjetivos para a habilidade racional é válido também para outras habilidades cognitivas.

Para analisar o caso da memória, devemos primeiro nos atentar que, até este ponto da análise, estávamos suprimindo o fator 'tempo' na investigação dos derrotadores, impossibilitando o exame de como os parâmetros da memória funcionam de acordo com os contextos. Para Cohen, "é claro que existem índices temporais suprimidos nesta formulação -

um derrotador possuído por S em (um momento) t mina seu conhecimento em t' (COHEN, 1987, p. 12).

Como vimos, uma evidência que nunca foi possuída por S , se for intersubjetivamente evidente, pode minar a atribuição de conhecimento. Assim, parece pacífico supor que um derrotador que já foi possuído, mas agora esquecido por S , pode minar seu conhecimento, tornando importante estabelecer padrões intersubjetivos para memória. Colocando a memória no centro da investigação, percebe-se que há um mecanismo que determinaria o tamanho do lapso de memória que é aceitável ou não em um contexto conversacional.

É natural que humanos com capacidade de armazenamento de informações limitadas não se lembrem de todas as informações obtidas no passado. Com o passar do tempo, as informações que uma vez foram obtidas podem cair no esquecimento, e a maior parte das informações que um dia se adquiriu são esquecidas, retendo-se apenas uma pequena parcela delas. Contudo, Cohen sugere que há limites socialmente estabelecidos do que é um “esquecimento” epistemicamente culpável ou não.

Suponha que S possua, em t_1 , um derrotador subjetivamente evidente d que faz com que acreditar em P com base na razão r não legitime uma atribuição de conhecimento a S . Em t_2 , S entra em contato com r e infere que P , pois esqueceu d . Em t_2 S saberia que Q ?

Trocando as variáveis por sentenças, a fim de deixar o cenário mais claro, poder-se-ia ter o seguinte cenário sugerido por Cohen:

r : O Atlas Rand McNally de 1960 lista Austin como a capital do Texas.

p : Austin é a capital do Texas.

d : Uma fonte confiável afirma que o Atlas Rand McNally de 1960 tem inúmeros erros no que diz respeito às capitais dos estados.

No caso de S ter esquecido que d , é plausível afirmar que ele sabe que P ? Para Cohen, este exemplo sugere a existência de padrões intersubjetivos para o esquecimento. No caso de S ter tido contato com d no ano de 2002, e, vinte anos depois inferir P a partir de r , parece pacífico atribuir o conhecimento de que P a S . Contudo, caso S tenha inferido P a partir de r tendo entrado em contato com d trinta segundos antes, sem qualquer outra fonte de justificação, parece plausível supor que não se pode atribuir conhecimento a S . Afinal, esquecer a existência de um derrotador subjetivamente evidente em trinta segundos não seria “epistemicamente perdoável”.

Assim, apesar de em ambos os casos S atingir padrões subjetivamente bons para a atribuição de conhecimento, no segundo caso o padrão intersubjetivo não é alcançado, tornando

no mínimo suspeita uma atribuição de conhecimento naquele cenário, o que mostra as exigências epistêmicas que antes apareciam em termos de habilidade cognitiva, também têm encontram eco em termos de memória.

Já no caso da faculdade da percepção, as fronteiras entre o aceitável e não aceitável são ainda menos claras. Para Cohen, os “padrões intersubjetivos são fortes no caso da racionalidade, menos claro para a memória, e ainda menos claro para a percepção” (COHEN, 1987, p. 14). Em Sosa (1974), temos a construção de um caso interessante em ‘*How Do You Know?*’ que coloca o personagem fictício Mr. Magoo, que é quase surdo e cego, dentro de um teleférico em um local que está sendo bombardeado. Para Sosa, assim como para Cohen, Mr. Magoo não pode saber que o teleférico concluirá o trajeto em segurança, visto que por conta da surdez e cegueira não tem acesso ao dado perceptual de que bombas explodem ao seu redor.

A leitura de Cohen deste caso é que Mr. Magoo falha em reconhecer a existência de derrotadores para sua crença, que são reconhecidos pelo grupo social relevante ao seu redor. Deste modo, o exemplo dado por Sosa reforça a tese dos padrões intersubjetivos como componentes sociais das atribuições de conhecimento. Contudo, o que torna o ‘terreno’ da percepção menos claro é que, no caso das habilidades cognitivas, *S* tem acesso aos derrotadores, mas falha em reconhecer sua relevância. No caso da memória, *S* teve acesso aos derrotadores, mas falha em lembrar deles na situação relevante. Já no caso da percepção, *S* não teve acesso aos derrotadores.

Num exemplo no qual as bombas explodindo do exemplo de Sosa possam ser substituídas por para caixas de som e máquinas de fumaça espalhadas pela cidade que fazem com que os moradores acreditem que há bombas explodindo, Mr. Magoo teria ou não conhecimento de que seu teleférico concluirá o trajeto em segurança? Para Cohen, não está claro o que aconteceria neste cenário. Afinal, apesar de falsas, as evidências intersubjetivamente evidentes sugeririam que há explosões no caminho do teleférico e Mr. Magoo, mesmo sem um restaurador subjetivamente evidente, inferiria o correto: que não há bombas.

No entanto, apesar de todas essas propriedades apresentadas por Cohen, resta ainda saber como se formam os padrões epistêmicos de um determinado contexto, isto é, como se determina as condições de verdade vigentes. Enquanto Lewis e DeRose se prendem a aspectos como as consequências práticas de se estar errado, menção de possibilidades e pressupostos compartilhados, Cohen, apesar de não negar estes aspectos, aponta para outras características que podem ter parte na formação de padrões epistêmicos.

A capacidade cognitiva média dos participantes de um contexto seria parte constituinte da composição dos padrões epistêmicos operantes neste contexto. Tal capacidade cognitiva

média seria fundamental para se determinar o que é óbvio em um contexto, o já citado conhecimento *simpliciter*: “geralmente quando dizemos que algo é óbvio *simpliciter*, pressupomos um nível de capacidade de raciocínio que é determinado intersubjetivamente - a capacidade de raciocínio normal de um grupo social relevante ao qual pertencemos” (COHEN, 1987, p. 5).

Como percebemos, algum tipo de cálculo médio da capacidade cognitiva do meio, assim como determinar o “grupo social relevante” fazem parte da construção de um padrão epistêmico para Cohen. No entanto, essas noções são bastante vagas. No trabalho *S* pode reunir pessoas com mais habilidades cognitivas do que no seu grupo de amigos, nesse caso, a partir de qual grupo medimos a capacidade cognitiva de *S*? Contra intuitivamente, Cohen sugere que *S* pode alterar seus próprios padrões epistêmicos de acordo com o grupo social em questão no momento da atribuição de conhecimento. Deste modo, um gênio, por mais que tenha acesso a derrotadores que lhes são subjetivamente evidentes, pode ser capaz de atribuir conhecimento a um idiota. Segundo Cohen,

Mas nada restringe o atribuidor de usar outros padrões. Onde ele o fizer, esses padrões podem se tornar os que se aplicam. Certamente, onde é especificado que *S* possui um derrotador óbvio para mim, mas não para os idiotas, ou óbvio para os gênios, mas opaco para mim, eu poderia concordar com os idiotas ou com os gênios em suas atribuições de conhecimento adotando seus padrões para minha atribuição de conhecimento (COHEN, 1987, p.16)⁵⁶.

Vale ressaltar, que um “derrotador intersubjetivamente evidente” cumpre um papel na teoria de Cohen semelhante ao papel das ‘alternativas relevantes’ nas teorias anteriormente citadas. Para Cohen, há basicamente dois modos pelos quais uma alternativa pode ser considerada como relevante ou irrelevante, ambas governadas por padrões epistêmicos em contextos conversacionais. De um lado, tal alternativa pode ser opaca ou evidente para a habilidade cognitiva, de memória ou de percepção de *S* ou seu grupo social relevante para uma determinada atribuição de conhecimento. Por outro lado, a alternativa pode ser provável ou improvável e, nesse caso, o quão provável uma alternativa tem que ser para ser considerada como relevante, também depende do contexto. Assim, “o valor de verdade de uma atribuição de conhecimento é relativo a um padrão sensível ao contexto que determina, juntamente com

⁵⁶ But nothing constrains the attributor from intending other standards. Where he does, those standards may become the ones that apply. Certainly, where it is specified that *S* possesses a defeater obvious to me but not to the morons, or obvious to the geniuses but opaque to me, I could agree with the morons or the geniuses in their knowledge attributions by adopting their standards for my knowledge attribution.

certas características das circunstâncias de avaliação, a relevância das alternativas” (COHEN, 1987, p. 20).

Para Cohen, assim como para Lewis e DeRose, tamanha flexibilidade das condições de verdade em uma atribuição de conhecimento se daria por ‘conhecimento’ ter uma semântica sensível aos contextos conversacionais. Contudo, essa variação semântica não seria uma característica exclusiva do termo ‘conhecimento’, mas algo presente em todos os termos graduais ou indexicais.

Deste modo, não há contradição em se atribuir conhecimento a *S*, dado o mesmo conjunto de justificação e a mesma sentença, mudando-se apenas o contexto de proferimento e, conseqüentemente, as condições de verdade para uma atribuição. Assim, é possível conciliar a conjunção abominável e o Princípio do Fechamento Epistêmico se houver como sustentar a alegada mudança de conteúdo entre sentenças idênticas proferidas em contextos diferentes.

Cohen (1986; 1987; 1988) defende que o verbo ‘sabe’ se comporta como indexical ou como um termo gradual, tratando-os como sinônimos, apesar de não serem. O autor também defende que por ‘justificação’ se dar em graus e ser um componente necessário para o conhecimento, a gradabilidade característica do processo justificatório estaria refletida nas atribuições de conhecimento. Para tal, Cohen aponta que diferentes contextos têm diferentes exigências quanto ao grau de justificação, fazendo com que uma mesma justificação seja suficiente em um contexto, mas não em outro, mudando o conteúdo da proposição proferida pela mesma sentença. Para o autor, “a teoria que eu desejo defender constrói ‘conhecimento’ como um indexical. Como tal, uma falante pode atribuir conhecimento a um sujeito enquanto outra falante nega conhecimento ao mesmo sujeito, sem contradição” (COHEN, 1988, p. 97 apud SILVA, 2017, p. 120)⁵⁷.

Lewis (1996) também defende que ‘conhecimento’ assume diferentes graus, argumentando que quanto mais resistente um conjunto de evidências for a alternativas contrárias, maior o grau de justificação que promove. Imagine que procurando um gato em um cômodo, uma a pessoa *X* entra, faz um exame e não identifica a presença do gato. *X* está apropriadamente ignorando a possibilidade de o gato estar dentro de uma gaveta, pois é bastante improvável que alguém tenha fechado uma gaveta sem perceber a presença do gato, apesar de ser possível. A pessoa *Y*, procurando também o gato no mesmo quarto, faz um exame minucioso e abre as gavetas para verificar se não é o caso que o gato esteja lá. Ele não está (LEWIS, 1996).

⁵⁷ Thus, the theory I wish to defend construes "knowledge" as an indexical. As such, one speaker may attribute knowledge to a subject while another speaker denies knowledge to that same subject, without contradiction.

Para Lewis, tanto X quanto Y sabem que o gato não está no quarto, porém Y sabe melhor que X . Isso porque a crença de Y resiste a mais alternativas em que $\neg P$ do que a crença de X . Afinal, Y consegue eliminar a possibilidade de o gato estar em uma gaveta, o que a crença de X não pode fazer, uma vez que X apenas ignora apropriadamente tal possibilidade. Assim, se tal possibilidade for levantada em um contexto conversacional, não será apropriado atribuir conhecimento a X , mas será apropriado atribuir conhecimento a Y . Por isso, para Lewis, Y sabe melhor que X que o gato não está no quarto, assumindo, assim, diferentes graus para atribuições de conhecimento.

DeRose (1992; 1999; 2009) assume que casos de atribuição de conhecimento que parecem contraditórias, como o Caso do Banco, não o são. A aparência de contradição seria desfeita a partir do momento que se entende que com a alteração contextual muda-se, também, o conteúdo da atribuição de conhecimento. A vantagem da possibilidade de alteração semântica se daria por conta da possibilidade de lidar com o PFE e a conjunção abominável sem precisar desfazê-los. No entanto, DeRose (2009) defende que ‘conhecimento’ é um indexical, igualando a variação semântica das atribuições de conhecimento ao comportamento semântico de termos como “eu”, “aqui” e “agora”, que tem seu significado fixado a um contexto; enquanto DeRose (1999) defende que ‘sabe’ se comporta como um termo gradual, sugerindo que o seu conteúdo semântico varia do mesmo modo que termos como ‘rápido’ e ‘alto’, o que atrela a gradabilidade das atribuições de conhecimento a semântica do termo ‘sabe’, e não às exigências de justificação como fazem Lewis e Cohen.

Para Jeane Silva,

Cohen, Lewis e DeRose comprometem sua abordagem do contextualismo com uma tese linguística sobre o termo ‘sabe’, para explicar como as condições de verdade variam em função de características contextuais. Essa relação entre as condições de verdade e as características contextuais só seria possível porque o termo ‘sabe’ e seus cognatos, em sentenças de atribuição de conhecimento, se comportam de maneira análoga a termos indexicais. A indexicalidade seria então a característica de ‘sabe’ que torna sentenças de conhecimento sensíveis ao contexto, possibilitando a atribuição e a negação do conhecimento ao mesmo sujeito (...) (SILVA, 2017, p. 119).

Tendo apresentado diferentes abordagens da teoria contextualista e construído um caminho teórico da análise tradicional do conhecimento, pretendemos analisar a discussão epistemológica que investiga se há base linguística para a defesa da tese semântica sobre o termo ‘sabe’ e seus cognatos, que fundamenta a teoria contextualista.

4. HÁ BASE LINGUÍSTICA PARA A TEORIA CONTEXTUALISTA?

Uma das críticas usualmente feitas ao Contextualismo Epistêmico é que sua tese não é epistêmica, mas sim linguística. Isso porque apesar de dissertar sobre as atribuições de conhecimento, o Contextualismo não trata sobre a natureza do conhecimento, da justificação ou do que conta como ‘conhecer’, mas sim usa qualidades destas discussões para inferir uma tese semântica, a de que atribuições de conhecimento são sensíveis ao contexto, a fim de oferecer uma resposta ao argumento cético.

Deste modo, apesar de o Contextualismo ser uma tese epistêmica fraca, possui uma tese semântica forte, a tese de que o verbo ‘conhece’ tem comportamento análogo a adjetivos graduais ou termos indexicais, muitas vezes tratados como sinônimos pelos contextualistas (STANLEY, 2005). No entanto, se este for o caso, a teoria contextualista precisa dar conta de explicar de que tipo é a sensibilidade contextual presente nas atribuições de conhecimento, visto que termos sensíveis ao contexto podem ser “indexicais, demonstrativos, graduáveis, expressões relacionais, frases nominais” (SILVA, 2017, p. 123), e também deve dar conta de explicar as alterações nos padrões epistêmicos vigentes e nas condições de verdade para uma atribuição de conhecimento, e como isso se relaciona com a alteração semântica das atribuições de conhecimento.

Dos grupos de termos sensíveis ao contexto com os quais os contextualistas equiparam ‘conhecimento’, destaca-se, evidentemente, os já citados termos graduais e indexicais. Os termos graduais são expressões linguísticas que representam uma característica atrelada a uma escala, como ‘alto’, na qual podemos ser mais ou menos alto, e ‘rápido’, que está atrelada a uma escala de velocidade na qual podemos ser mais ou menos rápido. Já os termos indexicais são expressões linguísticas que podem ter sua referência alterada de contexto para contexto (BRAUN, 2015). Assim, tais termos, apesar de possuírem sempre o mesmo formato, podem estar se referindo a coisas bastante distintas, como quando João diz ‘eu’ e Maria diz ‘eu’. O formato é o mesmo, mas o conteúdo expresso é distinto.

A respeito destes, David Kaplan (1989) propõe um conjunto com termos indexicais, no qual não há menção a verbos. Pronomes pessoais, como ‘tu’, ‘nós’, ‘eles’ e ‘eu’ estão na lista, assim como advérbios de lugar e tempo como ‘hoje’, ‘aqui’, ‘amanhã’ e ‘agora’. Apesar da ausência de verbos na lista de Kaplan, contextualistas defendem que ‘sabe’ pode ter o mesmo tratamento que indexicais, o que faria com que o conteúdo semântico do termo seja determinado pelas condições de verdade presentes no contexto (SILVA, 2017).

Contextualistas também comparam o comportamento semântico do termo ‘sabe’ em atribuições de conhecimento com a natureza gradual de adjetivos, como ‘alto’, ‘rápido’ e ‘plano’. Assim como com os indexicais, o conjunto de termos graduais geralmente não envolve verbos, mas apenas adjetivos, apesar de haver verbos graduais, e.g. ronca, com o qual construiremos uma analogia adiante (SILVA, 2017). Contudo, diferentemente dos indexicais, que retiram seu significado do contexto em que foi proferido, os termos graduais são graduais porque seus conteúdos semânticos estão atrelados a uma escala, dentro da qual o termo pode variar para um grau maior ou menor, de acordo com a atribuição. Quando estamos falando de alguém alto, por exemplo, podemos falar que “*S* é alto” ou que “*S* é muito alto”, pois não há um grau absoluto para a atribuição de altura, algo é mais ou menos alto dependendo do grau de comparação utilizado no contexto. Por estarem ligados a uma escala, termos graduáveis permitem comparações, como “Felipe Massa é rápido, mas Ayrton Senna é mais rápido” sem gerar estranheza.

Todas essas características que os termos graduais parecem ter podem gerar problemas aos contextualistas que pretendem equiparar a semântica de ‘conhecimento’ com a semântica de termos graduais. No caso das comparações permitidas pelos termos graduais, visto que estão atrelados a uma escala de gradabilidade, quando aplicadas a atribuições de conhecimento parecem gerar estranheza. Na comparação “João sabe que prótons tem carga positiva, mas Maria sabe mais que João que prótons tem carga positiva” parece haver algo de pouco usual, o que poderia evidenciar que as atribuições de conhecimento não estão atreladas a uma escala de gradabilidade (STANLEY, 2004).

Outra dificuldade que se apresenta ao tratarmos ‘conhecimento’ como um termo gradual é a conjunção abominável, que parece não ocorrer com termos deste tipo. Quando temos duas ocorrências de um mesmo termo gradual na mesma sentença, mas com alteração contextual, parece que não temos dificuldade de perceber tal alteração, como em “se você mede 180cm é alto para ginastas olímpicos, mas não é alto para NBA”. No entanto, como nota Stanley (2004), quando tentamos replicar essa propriedade com o termo ‘conhecimento’ a construção gera estranheza, como em “Se há um mundo externo, muitos filósofos normais sabem que ele existe, mas ao contrário, nenhum epistemólogo sabe que existe” (STANLEY, 2004, p. 137, Apud, SILVA, 2007, p. 126). Ou ainda em “*S* sabe que tem mãos, mas *S* não sabe que não é um cérebro numa cuba”.

No decorrer deste capítulo veremos com detalhes algumas objeções feitas aos contextualistas sobre o tratamento semântico que pretendem oferecer a atribuições de conhecimento, assim como a respostas deles às objeções feitas. O intuito, portanto, é investigar

se atribuições de conhecimento podem, de fato, ter seu conteúdo semântico alterado a depender do contexto de proferimento. Para tal, precisamos, primeiro, fazer uma distinção entre sensibilidade contextual e dependência contextual, que por vezes os contextualistas parecem tratar como sinônimos.

4.1 Sensibilidade Contextual & Dependência Contextual

Apesar de muitas vezes serem tratados como sinônimos, sensibilidade e dependência contextual podem significar coisas diferentes. Para Bach (2012), termos sensíveis ao contexto podem ter seu significado extraído *do* contexto ou extraído *no* contexto, fazendo com que haja pelo menos dois tipos de interações semânticas entre termos contexto sensitivos e seus respectivos cenários.

Em alguns casos, para Bach, a sensibilidade semântica do termo não está atrelada a características do contexto, mas sim às intenções do falante *no* contexto. O autor sugere um exemplo:

Suponha que você tenha um amigo cujo vizinho é conhecido por ser um médico incompetente. Seu amigo reclama de uma tosse crônica e você diz: 'Você deveria consultar alguém hoje, mas não aquele gênio da porta ao lado'. Você quis dizer, vamos supor, que seu amigo deveria consultar um médico naquele mesmo dia para um diagnóstico, mas não o vizinho incompetente (BACH, 2012, p. 2)⁵⁸.

Em casos como esse o contexto tem um papel evidencial, pois é *no* contexto que o ouvinte encontraria elementos, como a intenção do falante, para entender apropriadamente o que se quer dizer, no caso, uma crítica, e não um elogio, ao médico vizinho, quando se diz 'gênio'. No entanto, para Bach, esse significado não está sendo oferecido por características intrínsecas ao contexto, apenas por elementos no contexto (SILVA, 2017).

Como caso de alteração semântica influenciada diretamente pelo contexto temos os termos indexicais. Segundo Bach, “algumas expressões, mais obviamente pronomes, como 'eu', 'eles' e 'este', e termos temporais como 'hoje' e 'próxima semana', não têm referências fixas. Por exemplo, quando eu uso 'eu', refere-se a mim, mas quando você o usa, refere-se a você” (BACH, 2012, p. 2). Assim, os termos configurados na lista de Kaplan (1989) tem seu significado extraído *do* contexto, que opera um papel semântico direto e não apenas evidencial.

⁵⁸ Suppose you have a friend whose neighbor is well known to be an incompetent doctor. Your friend complains about a chronic cough, and you say, 'You should see someone today, but not that genius next door'. You meant, let's assume, that your friend should see a doctor that very day for a diagnosis, but not the incompetent neighbor.

Com estes dois tipos de operações definidas, o autor sugere que existem, então, dois tipos de contextos conversacionais, os estritos e os amplos. O chamado ‘contexto estrito’ seria composto pelas características objetivas presentes e determinariam a semântica de termos que tem seu significado dependente *do* contexto, como os indexicais já citados, que tem seu significado fixado diretamente pelo contexto conversacional. Já o “contexto amplo”, na definição de Bach, diz respeito à estrutura conversacional do ambiente, como a intenção do falante e os pressupostos assumidos pelos participantes, semelhante ao que Lewis (1979) chama de *score conversacional*. Segundo Jeane Silva,

Podemos dizer em resumo, que o contexto estrito fornece o significado direto de expressões claramente dependentes do contexto, como os indexicais da lista de Kaplan, temos então um *Contexto Estrito Determinante de Conteúdo*; e que o contexto amplo fornece informações úteis para que a interlocutora descubra o que a falante quer comunicar, funcionando através da restrição das intenções da falante ao que é coerentemente esperado, dada a base evidencial comum, tal restrição não determina no entanto o que a falante diz, o que configura um *Contexto Amplo Determinante de Padrões Epistêmicos (...)* (SILVA, 2017, p. 130).

Com isto dito, fica a cargo dos contextualistas definirem se ‘sabe’ tem seu significado fixado no contexto ou influenciado pelo contexto, e aqui parece haver uma inconsistência: ao mesmo tempo que os contextualistas comparam as atribuições de conhecimento com a semântica dos termos indexicais, influenciado, portanto, diretamente pelo contexto estrito, no qual intenções do falante não são um elemento, eles também concedem que as intenções do falante são um componente importante da atribuição, como Cohen (1987) e Lewis (1979), e, portanto, operando fora no contexto estrito, no contexto amplo. Assim, o contextualista não deixa claro se as atribuições de conhecimento são sensíveis às intenções dos falantes, ou são indexicais que tem seu significado atrelado ao contexto estrito, fora do alcance das pretensões dos agentes cognoscentes.

4.2 ‘Sabe’ como indexical

Além da objeção ao tratamento de ‘conhecimento’ como um termo indexical feita por Bach, que faz uso das diferentes noções de contexto para sustentar que ‘sabe’ não parece se comportar como um termo dependente do contexto, mas sim sensível ao contexto, Cappelen e Lepore (2005) propõem três testes entre indexicais e atribuições de conhecimento para averiguar se o comportamento de ambos é semelhante.

Vale ressaltar que, para os autores, os termos de fato sensíveis ao contexto são os indexicais presentes na já citada lista de Kaplan. Assim, a estratégia contextualista, chamada de *Estratégia do Indexical Surpresa* seria a de tratar ‘conhecimento’ como um indexical apenas por haver uma alegada sensibilidade contextual sob alguma ótica específica (SILVA, 2017). Contudo, isso não seria o suficiente, visto que, para os autores, “uma expressão *e* é sensível ao contexto apenas se falantes competentes tiverem certas intuições sobre usos de certos tipos de sentenças contendo *e*” (CAPPELEN e LEPORE, 2005, p. 87-8)⁵⁹.

Assim, os autores sugerem o primeiro teste para avaliar a alegada sensibilidade das atribuições de conhecimento através de proferimentos intercontextuais. Cappelen e Lepore defendem que termos indexicais não permitem relatos indiretos descitacionais intercontextuais, ou seja, relatos indiretos usados em contextos diferentes (SILVA, 2017). Nas palavras dos próprios autores, “considere um enunciado *u* de uma sentença *S* pelo falante *A* no contexto *C*. Um Relatório Indireto Descitacional Intercontextual de *u* é um enunciado *u*’ em um contexto *C*’ (onde $C \neq C'$) de “*A* disse que *S*”” (CAPPELEN e LEPORE, 2005, p. 88)⁶⁰.

Para os autores, os termos verdadeiramente indexicais não permitem este tipo de relato, o que é facilmente ilustrado com um exemplo:

- 1) Proferimento feito por George Bush, 3 de junho de 2003, “Eu não estava pronto ontem”
- 2) Relato indireto feito por Lepore, 5 de junho de 2003, “Bush disse que não estava pronto ontem”.

Como fica claro neste exemplo, o advérbio de tempo ‘ontem’, por ser um indexical, não aceita este tipo de relato, visto que o relato indireto falha em capturar o significado de ‘ontem’ no proferimento original ao repetir o mesmo termo com significado diferente. As atribuições de conhecimento, no entanto, falham neste teste proposto. Virtualmente qualquer atribuição no formato “*S* sabe que *p*” não bloqueia o tipo de relato indireto visto até aqui. A sentença dita por João em “eu sei que Brasil fica na América do Sul” pode ser dita indiretamente sem perda de significado pela Maria, como quando diz “João disse saber que Brasil fica na América do Sul”. Para os autores, “qualquer relato de ‘*A* sabe que ele tem uma mão’ pode ser relatado por ‘Ela

⁵⁹ An expression *e* is context sensitive only if competent speakers have certain intuitions about uses of certain sorts of sentences containing *e*.

⁶⁰ Take an utterance *u* of a sentence *S* by speaker *A* in context *C*. An Inter-Contextual Disquotational Indirect Report of *u* is an utterance *u*’ in a context *C*’ (where $C \neq C'$) of ‘*A* said that *S*.’

disse que A sabe que ele tem uma mão' e quaisquer dois tais relatos podem ser expressos por 'Ambos disseram que A sabe que tem uma mão'" (CAPPELEN e LEPORE, 2005, p. 950)⁶¹. Assim, ficaria claro que as atribuições de conhecimento falham no primeiro teste proposto.

No segundo teste, Cappelen e Lepore propõem que termos indexicais não permitem descrições coletivas. Como descreve Jeane Silva,

Se uma sentença é sensível ao contexto, então, saber que existem apenas dois contextos de proferimento C e C', nos quais a asserção das sentenças S e S' são respectivamente verdadeiras, não nos autoriza a inferir que existe um contexto no qual ambas as asserções são verdadeiras (SILVA, 2017, p. 157).

Ou seja, Cappelen e Lepore afirmam que a hipótese de dois enunciados com termos indexicais serem verdadeiros em contextos distintos não implica que eles possam ser atribuídos como verdadeiros simultaneamente. Podemos pensar, como exemplo, que os enunciados 'João vai viajar amanhã' e 'Maria vai viajar amanhã' são verdadeiros em contextos diferentes. Isso não implica que há um contexto em que 'João e Maria viajarão amanhã' seja verdadeiro, pois a primeira sentença pode ser verdadeira para 12/06/2017, quando João viajará em 24 horas e a segunda verdadeira apenas em 15/06/2017, quando Maria viajará em 24 horas.

No que diz respeito às atribuições de conhecimento o teste falha, indicando que 'sabe' pode não se comportar como um indexical. Neste caso o teste falha porque se tivermos duas sentenças, por exemplo, 'João sabe que há estrelas no céu' e 'Maria sabe que há estrelas no céu', podemos proferir, verdadeiramente, que 'João e Maria sabem que há estrelas no céu'. Ou seja, 'sabe' pode ser usado para enunciar uma propriedade compartilhada, a saber, a propriedade do conhecimento, sem gerar falsidade, o que só aconteceria com os indexicais da lista de Kaplan em casos de coincidência (SILVA, 2017).

No último teste proposto por Cappelen e Lepore, os autores sugerem que expressões com termos verdadeiramente indexicais podem ser falseadas com a mudança de contexto, mesmo que sejam verdadeiras no contexto original. O Teste Descitacional Intercontextual, como chamado pelos autores, teria o formato "existem (ou podem existir) declarações falsas de S mesmo que S seja o caso"⁶² (CAPPELEN e LEPORE, 2005, p. 105).

Na prática, significa que o enunciado "eu sou vascaíno" pode ser falseado se o "eu" em questão não for vascaíno. Ou seja, mesmo que quando Luan diga "eu sou vascaíno" a sentença seja verdadeira, mudando o contexto da sentença, de quando ela é dita por um vascaíno para

⁶¹ Any utterance of 'A knows that he has a hand' can be reported by 'She said that A knows that he has a hand' and any two such utterances can be reported by 'They both said that A knows that he has a hand.'

⁶² There are (or can be) false utterances of S even though S.

quando ela é dita por um não vascaíno, podemos torná-la falsa. Assim, quando João, um flamenguista, disser “eu sou vascaíno” a sentença é falsa.

Isso se daria por conta de o enunciado ter sido retirado do seu contexto original, chamado pelos autores de contexto de narrativa, e colocado em um contexto alvo, no qual se fala sobre o contexto de narrativa, que altera o significado do indexical, no caso proposto ‘eu’, tornando o enunciado falso. Segundo Jeane Silva,

Adicionado a isso, uma expressão passa neste teste apenas se é possível construir um Argumento da Mudança Real de Contexto contendo tal expressão; isto funcionaria da seguinte forma: existe um contexto de narrativa no qual o Argumento de Mudança de Contexto foi dito; e existe um contexto alvo, no qual se fala sobre o Argumento de Mudança de Contexto (SILVA, 2017, p. 159-60).

Nas atribuições de conhecimento, portanto, a mudança contextual alegada pelos contextualista é uma “mudança de contexto empobrecida”. Isso porque não se estaria aplicando um termo indexical em um contexto de narrativa e, após isso, aplicando o mesmo conceito a um contexto alvo onde se percebe alteração semântica do termo. Ao invés disso, aplica-se diferentes usos do mesmo conceito a dois contextos alvos e a nenhum contexto de narrativa. Isso faz com que, enquanto nos casos dos indexicais da lista de Kaplan o que está sendo dito nos dois contextos seja a mesma coisa, mas com valores de verdade distintos, no caso das atribuições de conhecimento temos dois usos distintos do verbo ‘conhecer’, significando, portanto, coisas distintas.

Em suma, para que uma história seja um RCSA⁶³ legítimo para uma expressão *e*, não pode ser apenas sobre enunciados de uma sentença *S* contendo *e*; deve ser também sobre o que *S* expressa semanticamente no Contexto de Narrativa. Se uma expressão *e* é genuinamente sensível ao contexto, devemos ser capazes de construir um RCSA⁶⁴ para *e*, i.e., deveríamos ser capazes, em um Contexto de Narrativa, de usar *e* em uma sentença *S* que expressa semanticamente uma proposição verdadeira e descreve simultaneamente um Contexto Alvo no qual *S* é usada falsamente (ou vice versa); então, estabelecendo uma mudança de contexto genuína. É apenas por meio dessas histórias que devemos nos convencer de que uma expressão *e* passa no teste ICD⁶⁴, e apenas essas expressões, como enfatizamos, são sensíveis ao contexto (CAPPELEN e LEPORE, 2005, p. 108)⁶⁵

⁶³ RCSA: Argumento da Mudança Real de Contexto.

⁶⁴ ICD: Teste Descitacional Intercontextual.

⁶⁵ In sum, for a story to be a legitimate RCSA for an expression *e*, it can't be just about utterances of a sentence *S* containing *e*; it must also be about what *S* semantically expresses in the Storytelling Context. If an expression. *e* is genuinely context sensitive, we should be able to construct an RCSA for *e*, i.e., we should be able, in a Storytelling Context, to use *e* in a sentence *S* that semantically expresses a true proposition and simultaneously describes a Target Context in which *S* is used falsely (or vice versa); thus, establishing bona fide context shifting. It is only through such stories that we should be convinced that an expression *e* passes the ICD Test, and only such expressions, as we have emphasized, are context sensitive.

Com as definições de contexto de Bach e os três testes de Cappelen e Lepore, vimos a fundamentação que alguns teóricos apresentam contra a plausibilidade de tratarmos o verbo ‘sabe’ como um indexical. Contudo, como dito anteriormente, alguns contextualistas tratam ‘indexical’ e ‘gradual’ como sinônimos, ou pelo menos acreditam que o termo ‘conhecimento’ apresentam analogias com estes dois tipos de termos sensíveis ao contexto. Passemos agora para a comparação entre o verbo ‘conhece’ e os termos graduais.

4.3 ‘Sabe’ como gradual

A tentativa contextualista de criar uma analogia entre ‘conhecimento’ e termos graduais como ‘alto’ e ‘plano’ não é menos problemática do que a comparação com termos indexicais. A motivação para a presente analogia é oriunda da ideia de que o conhecimento admite graus na escala de força epistêmica, com atribuições de conhecimento que necessitam de um conjunto de evidências maior ou mais robusto do que outros, ou que são atribuídos quando o grau de exigência das condições de verdade de um contexto conversacional se faz mais elevado.

Assim, do mesmo modo que ‘alto’ está ligado a uma escala de altura, do mais alto ao menos alto, e ‘plano’ está ligado a uma escala de planura, do mais plano ou menos plano, ‘conhecimento’ estaria ligado a uma escala de força epistêmica. Ou seja, do mesmo modo que atribuições de altura são contexto sensitivas, fazendo com que João possa ser alto no contexto A e baixo no contexto B, atribuições de conhecimento seriam contexto sensitivas, fazendo com que seja possível que *S* saiba que *P* em contextos de baixos padrões epistêmicos e *S* não saiba que *P* em contexto de padrões epistêmicos elevados (SILVA, 2017).

Vale apontar que, da mesma forma que autores contextualistas muitas vezes tratam termos graduais e indexicais como sinônimos, ao comparar ‘conhecimento’ com termos graduais não é feita a distinção entre termos graduais absolutos, como ‘plano’ e graduais relativos, como ‘alto’. Fazer a distinção entre estes dois tipos de sensibilidade contextual é importante, visto que comportam atuações sintáticas distintas.

Segundo Bach (2012), os adjetivos graduais relativos são mais abundantes, como ‘alto’, ‘rápido’, ‘velhice’ e ‘inteligente’, e, quando usados como predicados sofrem de incompletude semântica, visto que precisam estar atrelados a uma escala. Menos comuns seriam os adjetivos graduais absolutos, como ‘plano’, ‘vazio’, ‘puro’ e ‘seco’, que ao contrário dos graduáveis relativos, quando usados como predicado, são capazes de expressar uma sentença completa, para a qual pode ser atribuída um valor de verdade.

Os adjetivos relativos se aplicam em graus, mas, ao contrário dos adjetivos absolutos, não a um grau máximo. Não há graus finais de altura, velhice etc. Mesmo a rapidez, embora presumivelmente limitada de fato pela velocidade da luz, não é limitada pela semântica de 'rápido'. Nada pode ser completa ou perfeitamente alto, velho, rápido ou inteligente. Em contraste, adjetivos absolutos, como seu nome sugere, aplicam-se a graus máximos. Mesmo que, por uma questão de fato físico, uma superfície não possa ser perfeitamente plana e um recipiente não possa estar completamente vazio, essas frases, "perfeitamente plano" e "completamente vazio", fazem um bom sentido semântico (BACH, 2012, p. 20)⁶⁶.

Assim, nas sentenças para 'a roupa está seca' ou 'o pote está vazio' há um grau máximo de exigência que pode ser demandado a fim de que as sentenças sejam verdadeiras ou falsas. Já para adjetivos graduáveis relativos, como 'alto', não há este limiar, ou seja, características relativas não podem ser *simplesmente* possuídas, pois estão sempre atreladas a um contexto conversacional.

Com isso, se os contextualistas optarem por comparar 'conhecimento' com graduais absolutos, precisarão lidar com a tese invariantista, que parece embutida neste tipo de sensibilidade contextual, de que existe um certo limiar a ser atingido para a atribuição apropriada de um adjetivo. Cohen (1999) parece sugerir exatamente este tipo de comparação quando diz:

Muitos, se não a maioria, dos predicados na linguagem natural são tais que o valor de verdade das sentenças que os contêm depende de padrões determinados contextualmente, e.g., 'plano', 'careca', 'rico', 'feliz', 'triste'... Todos esses são predicados que podem ser satisfeitos em graus variados e que também podem ser *simplesmente* satisfeitos. Assim, e.g., podemos falar sobre uma superfície ser mais plana que outra e podemos falar sobre uma superfície ser *simplesmente* plana. Para predicados desse tipo, o contexto determinará o grau em que o predicado deve ser satisfeito para que o predicado seja *simplesmente* aplicado. Portanto, o contexto determinará o quão plana uma superfície deve ser para ser considerada plana (COHEN. 1999, p. 60)⁶⁷.

Neste caso, assim como algo pode estar 'perfeitamente seco' ou ser 'simplesmente plano', mesmo que haja uma gradabilidade no grau de secura e planura, *S* poderia simplesmente

⁶⁶ Relative adjectives apply in degrees but, unlike absolute adjectives, not to any maximal degree. There are no ultimate degrees of tallness, oldness, etc. Even fastness, though presumably limited in fact by the speed of light, is not limited by the semantics of 'fast'. Nothing can be completely or perfectly tall, old, fast, or smart. In contrast, absolute adjectives, as their name would suggest, apply to maximal degrees. Even if, as a matter of physical fact, a surface cannot be perfectly flat and a container cannot be completely empty, these phrases, 'perfectly flat' and 'completely empty', make perfectly good semantic sense.

⁶⁷ Many, if not most, predicates in natural language are such that the truth-value of sentences containing them depends on contextually determined standards, e.g., 'flat', 'bald', 'rich', 'happy', 'sad'... These are all predicates that can be satisfied to varying degrees and that can also be satisfied *simpliciter*. So, e.g., we can talk about one surface being flatter than another and we can talk about a surface being flat *simpliciter*. For predicates of this kind, context will determine the degree to which the predicate must be satisfied in order for the predicate to apply *simpliciter*. So the context will determine how flat a surface must be in order to be flat.

saber que *P*, mesmo que haja uma gradabilidade na força epistêmica de *S*. Assumir este compromisso seria problemático para os contextualistas, porque por mais que seja permitido dizer que “*X* está mais seco que *Y*”, é preciso atingir certo limiar de secura para algo estar definitivamente seco, ou seja, pode estar “seco o suficiente”, mas não está definitivamente seco até atingir certo limiar. Em contrapartida, nas atribuições de conhecimento, o semelhante seria conceder que quando ‘*S* sabe que *P*’ sob padrões epistêmicos menos exigentes *S* não sabe *de fato* que *P*, mas apenas se aproxima suficientemente do saber *de fato* naquela situação, para aquele contexto conversacional.

Esta tese é contra o que defendem os contextualistas, que asseguram que é possível saber sob padrões menos ou mais exigentes, sem haver contradição entre uma atribuição e negação de conhecimento para o mesmo *S*, a respeito da mesma proposição, sob padrões epistêmicos distintos. Se comparado com termos graduais absolutos, os contextualistas precisariam conceder que só sob padrões epistêmicos exigentes *S* sabe que *P*, e sobre condições de verdade menos exigentes *S* teria apenas uma aproximação de um conhecimento *de fato*, boa somente para aquele contexto. Implicando, assim, que *S* não sabe *realmente* que *P* sob padrões frouxos, ficando esvaziada, deste modo, a resposta que os contextualistas oferecem ao ataque cético.

Sobra, portanto, a analogia com termos graduáveis relativos. O problema com esta comparação, no entanto, é que estes termos são semanticamente incompletos, fazendo com que adjetivos graduáveis relativos não possam ser atribuídos a alguém sem uma especificação contextual. Como Bach (2012) sugeriu, os adjetivos graduáveis relativos, como ‘alto’, ‘velho’, ‘rápido’ e ‘inteligente’, não podem ser simplesmente atribuídos a alguém, sob pena de faltarem com significado.

A principal coisa a notar é que a altura não é uma propriedade. Não se pode ser simplesmente alto. Richard Hughes é alto para um jôquei, mas não alto para um homem caucasiano adulto - ser alto para um jôquei é uma propriedade que ele tem, e ser alto para um homem caucasiano adulto é uma propriedade que lhe falta (BACH, 2012, p. 20)⁶⁸.

O problema, portanto, da analogia contextualista com termos graduais relativos, é que ‘sabe’ se tornaria semanticamente incompleto, não podendo ser um adjetivo *simplesmente* atribuído a alguém, estando sempre atrelado a uma escala de força epistêmica. Deste modo, o adjetivo gradual relativo não operaria um papel semântico diferenciado, como querem os

⁶⁸ The key thing to notice is that tallness is not a property. One cannot be just plain tall. Richard Hughes is tall for a jockey but not tall for an adult Caucasian man – being tall for a jockey is a property he has, and being tall for an adult Caucasian man is a property he lacks.

contextualistas. Na verdade, para Bach, o adjetivo tem o mesmo papel nos diversos contextos, e o que gera diferentes valores de verdade são os predicados com os quais o adjetivo está interagindo⁶⁹. Com diz Jeane Silva, “(...) um julgamento de valor de verdade de uma proposição em que o termo seja empregado só é possível relativo a um grau específico de força epistêmica na escala de força epistêmica, e o termo em si não carregaria qualquer sensibilidade ao contexto” (SILVA, 2017, p. 137-8).

Outro modo explorado pelos contextualistas com o intuito de explicar a alegada sensibilidade contextual das atribuições de conhecimento se dá através do conceito de justificação. Uma vez que é razoável supor que 1) ‘justificado’ é um termo gradual, a saber, posso estar mais justificado a respeito da natureza da gravidade do que a respeito da natureza de buracos negros, e; 2) que justificação é um elemento das atribuições de conhecimento, Cohen (1999) sugere que isto implicaria que as atribuições de conhecimento são contexto sensitivas.

Conhecimento se dá graus? A maioria das pessoas dizem que não (embora David Lewis diga que sim). Mas isso realmente não importa. Pois, a meu ver, a justificação, ou ter boas razões, é um componente do conhecimento, e a justificação certamente vem em graus. Portanto, o contexto determinará o quão justificada uma crença deve ser para que conte como simplesmente justificada (COHEN, 1999, p. 60)⁷⁰.

Stanley (2004), no entanto, demonstrará que a tentativa de extrair uma sensibilidade contextual das atribuições de conhecimento a partir da gradabilidade de ‘justificação’ é mais complicada do que sugere Cohen. Primeiro, segundo Stanley, não se pode supor que um termo, por ser gradual, seja também sensível ao contexto. Pense, por exemplo, em “mais alto que seis metros”. Algo pode ser *muito* mais alto que seis metros, *pouco* mais alto que seis metros ou mais baixo que seis metros. A característica, portanto, de ser ‘mais alto que seis metros’ admite graus.

Contudo, ‘ser mais alto que seis metros’ não é sensível ao contexto. A saber, seis metros são seis metros em qualquer contexto, e, portanto, há um elemento invariantista na atribuição desta característica. O mesmo poderia se aplicar para as atribuições de conhecimento, exigindo um limiar de justificação que deva ser alcançado em qualquer contexto, o que é exatamente o oposto do que propõe a teoria contextualista. Logo, a proposta de Cohen não pode contar como uma evidência para o contextualismo.

⁶⁹ “notice that what makes the difference is the additional phrase, not the word ‘tall’, whose role is the same in both” (BACH, 2012, p. 21).

⁷⁰ Does knowledge come in degrees? Most people say no (though David Lewis says yes). But it doesn’t really matter. For, on my view, justification, or having good reasons, is a component of knowledge, and justification certainly comes in degrees. So context will determine how justified a belief must be in order to be justified *simpliciter*.

Stanley aponta, ainda, outra incongruência na sugestão de Cohen. Para o autor, Cohen supõe que, uma vez que ‘justificação’ é um elemento do conhecimento e se dá em graus, logo ‘conhecimento’ deve se dar em graus. No entanto, esse pode não ser o caso. O termo ‘vácuo’, por exemplo, tem como elemento ‘completamente vazio’, sendo que ‘vazio’ se dá em graus. Mas, apesar de ter como elemento um adjetivo gradual, ‘vácuo’ não herda a contexto-sensibilidade de ‘vazio’. Assim, Cohen erraria ao propor que, por assumir graus, ‘justificação’ é sensível ao contexto e, se o fosse, que ‘conhecimento’ herdaria automaticamente esta característica. Portanto, Stanley conclui:

Portanto, não há uma rota claramente persuasiva do fato de que “justificado” é um adjetivo graduável para a sensibilidade ao contexto de “saber”. Primeiro, o fato de “justificado” ser graduável não significa que seja sensível ao contexto. De fato, é perfeitamente plausível sustentar que “justificado” é graduável e não sensível ao contexto. Em segundo lugar, mesmo que “justificado” seja sensível ao contexto, e o conhecimento seja analisado em termos de justificação, não se segue que “saber” seja sensível ao contexto (STANLEY, 2004, p. 134)⁷¹.

Stanley (2004), além de negar a referida suposição de que ‘conhecimento’ herdaria sua suposta sensibilidade contextual de ‘justificado’, que se daria em graus, oferece testes para avaliar a possível sensibilidade contextual de determinados textos. Enquanto adjetivos graduais passam nestes testes, demonstrando sua gradabilidade, termos de conhecimento não passam. Deste modo, para o autor, seria possível concluir que as atribuições de conhecimento, apesar da intuição contextualista, não seriam sensíveis ao contexto.

O primeiro teste feito por Stanley (2004) diz respeito aos modificadores de grau. Adjetivos graduáveis permitem ter seu grau de intensidade alterado por modificadores como ‘muito’, ‘pouco’ ou ‘realmente’, o que não parece ser o caso para atribuições de conhecimento. Na atribuição de velocidade, em ‘João é rápido’, é possível usar sem estranheza modificadores como ‘João é muito rápido’ ou ‘João é realmente rápido’. Em atribuições de conhecimento, no entanto, parece gerar estranheza se adicionarmos um modificador de grau em ‘João sabe que o Brasil fica na América do Sul’, afirmando que ‘João sabe muito que o Brasil fica na América do Sul’; ou em ‘João sabe que elétrons tem carga positiva’ modificando para ‘João realmente sabe que elétrons tem carga positiva’.

⁷¹ So, there is no clearly persuasive route from the fact that “justified” is a gradable adjective to the context-sensitivity of “know”. First, the fact that “justified” is gradable does not entail that it is context-sensitive. Indeed, it is perfectly plausible to hold that “justified” is gradable and not context-sensitive. Secondly, even if “justified” is context-sensitive, and knowledge is analyzed in terms of justification, it does not follow that “know” is context-sensitive

É possível percebermos que ao adicionar um modificador a uma atribuição de velocidade estamos alterando a força do adjetivo na sua escala, o que não se percebe nas atribuições de conhecimento. Isto é, ao falarmos que alguém é muito alto, estamos aumentando a força de ‘alto’ em uma escala de altura. Já nas atribuições de conhecimento, ao adicionarmos um modificador, não só não se percebe um aumento na força epistêmica como se percebe certa estranheza na atribuição. A adição de um modificador não consegue mover uma atribuição de ‘saber sob padrões menos exigentes’ para ‘saber sobre padrões mais exigentes’ (SILVA, 2017).

A negação de modificadores também pode ser usada, sem gerar inconsistências, quando aplicada ao adjetivo gradual ‘plano’, como em “Michigan é plana, mas não realmente plana” (STANLEY, 2004). No que concerne a atribuições de conhecimento, contudo, este uso não parece ser aceitável, como em ‘João sabe que Brasil fica na América do Sul, mas ele não sabe realmente que o Brasil fica na América do Sul’. Novamente temos um caso em que um termo gradual aceita o modificador, mas gera-se uma estranheza quando a mesma aplicação se dá em uma atribuição de conhecimento.

O segundo teste linguístico apresentado por Stanley (2004) refere-se ao uso comparativo de adjetivos graduais. Assim como no caso da adição de modificadores, os termos graduais parecem permitir comparações sem gerar estranheza enquanto atribuições de conhecimento não. O termo ‘rápido’, por exemplo, permite a construção de uma comparação, como em “Luan é rápido, mas João é mais rápido que Luan”. Já quando construímos uma comparação com conhecimento proposicional, como em “Luan sabe que Brasil fica na América do Sul, mas João sabe mais que Luan que Brasil fica na América do Sul”, a construção linguística soa errada. A estranheza, para Stanley (2004), dá-se por conta de que na comparação com um adjetivo gradual estamos movimentando os sujeitos dentro de uma escala de rapidez, enquanto que na atribuição de conhecimento falhamos em movimentar Luan e João em uma escala de força epistêmica. Assim, falha-se em denotar que João sabe sob graus mais rigorosos de exigência epistêmica em relação a Luan, fazendo com que ‘conhecimento’ não passe no segundo teste proposto por Stanley.

Vale ressaltar que os testes linguísticos construídos por Stanley (2004) se referem a atribuições de conhecimento proposicional, tipicamente no formato ‘*S* sabe que *P*’. É relativamente simples montar um caso de atribuição de conhecimento, desde que não seja proposicional, que passe nos testes já citados, como com conhecimento prático em “Luan sabe jogar futebol” ao que pode ser adicionado um modificador, formando “Luan sabe jogar futebol muito bem”, ou em “Luan sabe jogar futebol melhor que João”. O mesmo acontece com

conhecimento por familiaridade, como em “Luan conhece Maria” para “Luan conhece Maria muito bem” ou em “Luan conhece Maria melhor que João”.

Outro caso que vale mencionar é o uso de linguagem conotativa, que por vezes pode se parecer com conhecimento proposicional. Stanley cita como exemplo “Maria sabe que ela é pobre melhor do que ninguém”⁷². Aqui temos a ocorrência de uma atribuição de conhecimento no formato ‘*S* sabe que *P*’, mas não há, para o autor, uma atribuição de conhecimento proposicional, mas sim um conhecimento por familiaridade com a condição de pobreza. Do contrário, não geraria estranheza a sentença “Maria sabe que é pobre melhor do que três pessoas”.

Com estes dois testes, Stanley constrói uma fundamentação para alegar que ‘conhecimento’ não é, portanto, um termo gradual. Sua conclusão estaria embasada nos testes de sintaxe apresentados e no que Blome-Tillman (2008) chama de *Restrição de Gradabilidade*. Tal restrição partiria do pressuposto de que se um termo *e* tem sua semântica atrelada a uma escala *s*, então *e* é graduável ao longo de *s* (BLOME-TILLMAN, 2008). Como ‘sabe’ falha nos testes de sintaxe propostos por Stanley, e termos graduáveis passam na restrição de gradabilidade, Stanley infere que atribuições de conhecimento não estão atreladas a uma escala de força epistêmica.

De (GC)⁷³ e da suposição bastante incontroversa de que ‘sabe’ não é graduável, Stanley infere que o conteúdo de ‘sabe’ não tem uma ligação semântica a uma escala de força epistêmica. Se o conteúdo de ‘sabe’ não tiver tal ligação, então ‘sabe’ não pode ser indexical ao longo das linhas de adjetivos graduáveis, pois - de acordo com a análise escalar - tais adjetivos são sensíveis ao contexto precisamente porque seus conteúdos são ligados a escalas. O contextualismo epistêmico está fadado ao fracasso, continua o argumento, uma vez que sua analogia entre “sabe” e adjetivos graduáveis falha no lado sintático (BLOME-TILLMAN, 2008, p. 44)⁷⁴.

No entanto, para Blome-Tillman, pode haver um erro por parte de Stanley, pois apesar de ‘conhecimento’ não se comportar sintaticamente como um adjetivo gradual, como mostrado pelos testes propostos, disso não se segue automaticamente que devemos aceitar a *Restrição de Gradabilidade*. Isto é, ‘sabe’ pode estar ligado a uma escala de força epistêmica sem demonstrar

⁷² Hannah knows better than anyone that she is poor (STANLEY, 2004, p. 127).

⁷³ Restrição de gradabilidade.

⁷⁴ From (GC) and the rather uncontroversial assumption that ‘know’ isn’t gradable, Stanley infers that the content of ‘know’ doesn’t have a semantic link to a scale of epistemic strength. If the content of ‘know’ doesn’t have such a link, however, then ‘know’ cannot be indexical along the lines of gradable adjectives, for—according to the scalar analysis—such adjectives are context-sensitive precisely because their contents are linked to scales. Epistemic contextualism is doomed to failure, the argument goes, since its analogy between ‘know’ and gradable adjectives breaks down on the syntactic side.

uma “gradabilidade sintática”. Assim, alguns verbos poderiam ser sensíveis ao contexto sem apresentarem as características sintáticas de um termo graduável.

A objeção mais saliente para os contextualistas é de que as atribuições de conhecimento não se comportam como adjetivos graduais porque ‘sabe’ é, na verdade, um verbo. Contudo, Stanley aponta verbos graduáveis que passam nos testes estabelecidos, como ‘gosta’, que permite comparações, como em “Luan gosta de futebol, mas João gosta mais” e permite modificação de grau, como em “Luan realmente gosta de churros”.

O problema de comparar a sintaxe de ‘sabe’ com ‘gosta’, é que o primeiro é um verbo factivo, isto é, ao enunciar que *S* sabe que *P*, existe um comprometimento com a verdade de *P*, em contrapartida, ao se anunciar que *S* gosta de *P*, tal comprometimento com a verdade não existe. Por exemplo, em “Luan sabe que Brasil fica na América do Sul”, existe um comprometimento com a verdade de que o Brasil realmente se localiza na América do Sul. Ao trocar ‘sabe’ por um verbo não factível, como ‘acredita’, perdemos o comprometimento com a verdade, afinal, em “Luan acredita que o Brasil fica na América do Sul” não há esta implicação.

Há, também, a comparação oferecida por Stanley (2004) com o verbo factivo ‘arrepender’. A saber, é possível modificar a intensidade deste verbo com modificadores, como em “Luan arrepende-se muito de ter não ter ido ao show”, e aceita comparações, como em “Luan arrepende-se mais de não ter ido ao show do que ter faltado ao trabalho”, demonstrando que o verbo em questão respeita a sintaxe de termos graduais sugeridas por Stanley. Ao dizer que *S* se arrepende mais de *x* do que de *y*, parece que estamos movimentando a intensidade do arrependimento dentro de uma escala, na qual a atribuição de arrependimento passa a ser verdade a partir de certo limiar. Isso faz com que Stanley sugira que há verbos factíveis e graduáveis que passam nos testes nos quais ‘sabe’ reprova: “Isso mostra que a falta de comparativos diretos ou modificadores de grau nada tem a ver com a sintaxe, ou mesmo com a factividade, de “saber”. Existem expressões sintaticamente semelhantes cujo vínculo com graus e escalas é muito mais plausível” (STANLEY, 2004, p. 128)⁷⁵.

Blome-Tillmann, no entanto, rejeita a conclusão de Stanley, sugerindo que há verbos factíveis que, apesar de sensíveis ao contexto, não são graduáveis. O autor defende que a ligação entre a sintática e uma escala de gradabilidade não é tão direta quanto indica Stanley. Para Blome-Tillmann,

⁷⁵ This shows that the lack of straightforward comparatives or degree modifiers has nothing to do with the syntax, or even the factivity, of “know”. There are syntactically similar expressions whose link to degrees and scales is far more plausible.

Mesmo que a objeção de Stanley não possa ser neutralizada simplesmente apontando que 'sabe' é um verbo factivo que recebe complementos sentenciais, considero bastante óbvio que a relação entre as ligações semânticas de um verbo com escalas e sua gradabilidade sintática não é tão estrita quanto Stanley espera que seja (BLOME-TILLMANN, 2008, p. 45)⁷⁶.

Como exemplo que ilustra seu ponto, Blome-Tillmann aponta que 'ronca', apesar de ser sensível ao contexto, não pode ser considerado graduável por não passar nos testes de gradabilidade propostos por Stanley. Ou seja, é um verbo que pode se apresentar em diferentes graus, mas não é gradual sintaticamente, desafiando a ideia de Stanley de que se um verbo está ligado a uma escala de gradabilidade, ele é um termo graduável.

'Ronca' pode ser considerado como um termo contexto sensível, uma vez que o que conta como 'ronca' varia em diferentes contextos. O nível de ruído que precisa ser emitido para que conte como ronco em atribuições do tipo "Luan ronca" varia de acordo com o contexto de proferimento. Em um ambiente silencioso, como uma biblioteca, um ruído x precisa ser emitido para que a respiração pesada conte como ronco. Já em um ambiente barulhento, como uma assembleia estudantil, um ruído maior que x é requerido para que a respiração pesada conte como ronco. Ou seja, há uma escala de ruído atrelada às atribuições deste tipo, na qual um nível mínimo, determinado pelo contexto, é exigido para que a respiração pesada conte como ronco.

No entanto, apesar da sensibilidade contextual, Blome-Tillmann alega que 'ronca' não passa nos testes de sintaxe que Stanley propõe. Apesar de 'ronca' aceitar modificação como em "Luan ronca muito", e aceitar, também, comparações, como em "Luan ronca mais que João", e a despeito dessas sentenças não soarem estranhas, Blome-Tillmann chama atenção para o fato de que estes testes não alteram a escala de ruído atrelada a 'ronca', e sim a frequência com que se ronca.

Assim, quando digo "Luan ronca muito", o modificador não está alterando o ronco do Luan na escala de ruído pela qual 'ronca' é sensível ao contexto. Ao invés disso, o que está sendo alterado é a frequência com a qual Luan ronca. O mesmo acontece no teste comparativo, afinal em "Luan ronca mais que João", não estamos dizendo que Luan ronca mais alto que João, mas sim com mais frequência.

'Ronca' exige construções adverbiais comparativas e superlativas a fim de que sua escala de ruído seja alterada, como em "Luan ronca muito alto" ou "Luan ronca mais alto que João" (SILVA, 2017). Assim, para Blome-Tillmann, apesar de 'ronca' não ser um termo

⁷⁶ Even though Stanley's objection cannot be defused by merely pointing out that 'know' is a factive verb taking sentential complements, I take it to be rather obvious that the relation between a verb's semantic links to scales and its syntactic gradability is not as strict as Stanley expects it to be.

gradual, aceita modificação de acordo com uma escala de ruído e é sensível ao contexto. Para o autor, isto é evidência de que deveríamos rejeitar a *Restrição de Gradabilidade* de Stanley e, em troca, aceitar a sua *Restrição de Modificabilidade* (MC), que propõe que um termo, quando atrelado a uma escala semântica de acentuação, pode ser um termo graduável adverbialmente modificado no escopo desta escala.

(MC) permite o fato de que a ligação semântica não articulada de um verbo a uma escala possa ser marcada sintaticamente pela aceitação de modificadores de grau não-padrão, como modificadores adverbiais, construções comparativas adverbiais e construções superlativas adverbiais. Em suma, de acordo com (MC), a ligação semântica de um verbo a uma escala não se manifesta necessariamente sintaticamente por sua gradabilidade (BLOME-TILLMANN, p. 46)⁷⁷.

A proposta de Blome-Tillmann, portanto, é sugerir uma analogia com ‘ronca’ ao invés de adjetivos graduáveis. Para o autor, ‘ronca’ tem o mesmo comportamento de ‘sabe’, tanto sintático como semântico. Isso porque, assim como ‘ronca’, que pode variar entre contextos o que é uma respiração pesada ou um ronco, as atribuições de conhecimento se mostram sensíveis ao contexto, uma vez que, com base no mesmo conjunto de evidências, uma proposição pode ser tomada como conhecimento em um cenário e falhar em alcançar este status em outro.

Para o autor, ainda, assim como ‘ronca’ está atrelado a uma escala sonora, ‘conhecimento’ está atrelado a uma escala de força epistêmica, mas ambos os termos não se movem nas suas respectivas escalas com simples modificadores e elementos comparativos, mas apenas com acréscimo de modificações adverbiais escalares. No caso de ‘ronca’, a movimentação nesta escala se daria como “Luan ronca muito alto”. Já no caso das atribuições de conhecimento, poderíamos citar “Luan sabe que *P* com muito boa evidência” ou “Luan sabe que *P* com melhores evidências do que João” (SILVA, 2017).

A estratégia de Blome-Tillmann de abandonar a *Restrição de Gradabilidade* de Stanley, assim como a comparação com adjetivos graduáveis e termos indexicais, e adotar a sua *Restrição de Modificabilidade* pode ser promissora. Assim, o contextualista compromete-se apenas com a visão de que atribuições de conhecimento estariam ligadas a uma escala de força epistêmica, e que padrões epistêmicos menos exigentes podem ser satisfeitos por conjuntos de evidências que não satisfazem padrões epistêmicos mais exigentes (SILVA, 2017). Vale ressaltar, contudo, que Stanley, neste caso, ainda estaria certo ao negar que a base linguística

⁷⁷ (MC) allows for the fact that a verb’s unarticulated semantic link to a scale can be syntactically marked by the acceptance of non-standard degree modifiers, such as adverbial modifiers, adverbial comparative constructions and adverbial superlative constructions. In short, according to (MC), a verb’s semantic link to a scale isn’t necessarily manifested syntactically by its gradability.

para o Contextualismo Epistêmico viria da gradabilidade do termo e da comparação da semântica de ‘sabe’ com a semântica de termos graduais e indexicais.

4.4 ‘Sabe’ como termo vago

Tampouco é promissor o tratamento de vagueza para atribuições de conhecimento. Segundo Stanley, contextualistas podem afirmar que ‘conhecimento’ se comporta como um termo vago, de uso frouxo, e que as atribuições de conhecimento em contextos ordinários, com padrões epistêmicos menos exigentes, seriam aplicações desta frouxidão; enquanto atribuições de conhecimento em contextos mais exigentes seriam usos mais acurados do termo.

Assim, em atribuições de conhecimento proferidas em contextos ordinários poderia ser dito que “a França é hexagonal” ou que “são três horas” quando o relógio marca 15:03h. Essas afirmações não são estritamente verdadeiras, mas são aproximadas o suficiente para o propósito estabelecido pelo contexto. Se o contexto presente for uma operação militar minuciosa, onde todos os movimentos são cronometrados levando os segundos em consideração por conta da precisão exigida, dizer que “são três horas” quando o relógio marca 15:03 não seria admitido. E a não admissão se dá por essa afirmação ser estritamente falsa, apesar de que em contextos menos exigentes ela é “boa o suficiente” (STANLEY, 2004).

Contudo, não é vantajoso para o contextualista fazer tal analogia, visto que a comparação com um termo vago implica justamente no que o contextualismo quer evitar, o ceticismo. Afinal, alegar que em contextos ordinários as atribuições de conhecimento são estritamente falsas, apenas boas o suficiente em sentido pragmático, é justamente a alegação cética. Dada a intenção contextualista de resguardar nossas atribuições de conhecimento ordinárias, tal analogia não deveria ser feita.

Ainda há a hipótese proposta por Stanley de oferecer um tratamento semântico de vagueza para as atribuições de conhecimento. Para o autor, tal tentativa seria bastante inusitada, visto que vagueza é geralmente tratada nos moldes propostos acima.

Afinal, a característica comum aos casos de uso vago é que eles parecem ser casos em que é oportuno descrever algo como satisfazendo um predicado, apesar do fato de que a coisa em questão não satisfaz o predicado, quando é tomada literalmente. Uma explicação semântica de uso vago é *prima facie* estranha, pois pode-se pensar que, para que algo satisfaça um predicado semanticamente, deve pelo menos satisfazer o significado literal desse predicado. Tentar capturar o uso solto semanticamente parece, portanto, perder o fenômeno que está sendo descrito (STANLEY, 2004, p. 140)⁷⁸.

A construção de uma teoria nesses moldes teria que explicar, então, porquê os termos vagos seriam verdadeiros nos contextos mais e menos exigente, ou seja, alguém pode dizer de modo verdadeiro que “são três horas” quando o relógio mostra 15:03h e, em um contexto mais exigente, como a operação militar, tal sentença seria falsa. Vale ressaltar que alegar simplesmente que em contextos diferentes são expressos significados diferentes não é suficiente, qualquer teoria contexto sensitiva que prevê alteração semântica faz essa afirmação.

Um tratamento deste tipo para os termos vagos teria que assegurar que dizer que “são três horas” quando o relógio mostra 15:03h, não só é bom o suficiente, mas é estritamente verdadeiro. Para Stanley, tal tratamento não é possível, e teria que recorrer a ideia de permissibilidade, alegando que é permissível dizer, por exemplo, que “a França é hexagonal”. Contudo, ainda não parece ser o suficiente para “salvar” as atribuições de conhecimento ordinárias do ataque cético, visto que “permissibilidade” é bastante parecido com o tratamento que os cétricos dão às atribuições de conhecimento cotidianas.

De acordo com esta versão do contextualismo, Hannah só pode satisfazer o predicado “sabe que tem mãos” no sentido de que a França pode satisfazer o predicado “é hexagonal”, 3:03 p.m. pode satisfazer o predicado “são três horas” e alguém com treinamento médico rudimentar pode satisfazer o predicado “é médico”. Esta não é uma maneira muito satisfatória de “resgatar” atribuições de conhecimento ordinárias. De fato, pode-se perguntar se ele tem alguma vantagem sobre o ceticismo (STANLEY, 2004, p. 142)⁷⁹.

Tendo analisado os principais tratamentos linguísticos apontados pelos contextualistas, como a analogia com os indexicais, graduais e termos vagos, assim como suas vantagens e desvantagens, vimos que até agora não foi possível oferecer um embasamento linguístico para

⁷⁸ After all, the common feature to cases of loose use is that they seem to be cases in which it is felicitous to describe something as satisfying a predicate, despite the fact that the thing in question does not satisfy the predicate, when it is taken literally. A semantic account of loose use is *prima facie* odd, since one might think that in order for something to satisfy a predicate semantically, it must at least satisfy the literal meaning of that predicate. To attempt to capture loose use semantically seems therefore to miss the phenomenon being described.

⁷⁹ According to this version of contextualism, Hannah only can satisfy the predicate “knows that she has hands” in the sense that France can satisfy the predicate “is hexagonal”, 3:03 p.m. can satisfy the predicate “is three o’clock”, and someone with rudimentary medical training can satisfy the predicate “is a doctor.” This is not a very satisfying way of “rescuing” ordinary knowledge-attributions. Indeed, one may wonder whether it has any advantages over skepticism at all.

o tratamento semântico que os contextualistas postulam para as atribuições de conhecimento. Com isso, nos encaminhamos para a proposta de contextualismo não indexical, na qual a sensibilidade das atribuições de conhecimento não deriva da semântica de ‘sabe’, mas sim do contexto de avaliação da verdade das atribuições.

4.5 ‘Sabe’ como não-indexical

Dada a pesquisa realizada até aqui, não foi possível oferecer um tratamento linguístico para ‘sabe’ que postule uma dependência contextual e dê conta de alterações semânticas nas atribuições de conhecimento. As tentativas oferecidas ou esbarram em objeções linguísticas, como acontece com a analogia com indexicais ou adjetivos graduáveis, ou parecem não capturar toda a intuição contextualista, como com a analogia com verbos graduáveis.

Assim, propor um contextualismo não-indexical surge como uma opção que pode ser mais viável, uma vez que se retira a exigência de um tratamento linguístico que preveja alterações semânticas nas atribuições de conhecimento, passando da dependência contextual para a sensibilidade contextual. Segundo Jeane Silva, a proposta de contextualismo não-indexical “não evoca as possíveis alterações semânticas nos termos de conhecimento para justificar nossas inclinações oscilantes quando julgamos o valor de verdade de uma sentença de conhecimento perante alterações contextuais (...)” (SILVA, 2017, p. 164).

Propondo um contextualismo não-indexical, Nikola Kompa (2004) entende o contexto conversacional como o conjunto de características do mundo e pressuposições compartilhadas entre os participantes da conversação, que serão utilizadas para avaliar as condições de verdade das atribuições de conhecimento. Essa noção de contexto conversacional rompe com o Contextualismo tradicional na medida em que não mais considera o contexto conversacional como partícipe na construção do conteúdo da sentença de conhecimento, alterando o significado do termo ‘sabe’, mas sim como partícipe da construção do valor de verdade, determinando o que conta como “bom o suficiente” para que uma atribuição de conhecimento seja considerada verdadeira, sem prever a alteração semântica nos termos da atribuição.

Segundo Jeane Silva (2017), o contextualismo não-indexical, apesar de dar menos atenção aos aspectos linguísticos que o Contextualismo tradicional, não ignora a relevância de tais perspectivas. Contudo, ao construir uma teoria não-indexical, avançamos mais sobre questões epistêmicas, tais como construções dos contextos conversacionais, alterações dos padrões epistêmicos e sua influência na análise das condições de verdade para uma atribuição de conhecimento. Para a autora, “nessa visão, considera-se que os contextos fornecem

informações sobre quem está falando e para quem está falando, mas também sobre os interesses epistêmicos e não epistêmicos dos participantes da conversação” (SILVA, 2017, p. 168).

Tanto a abordagem indexical de dependência contextual como a abordagem não-indexical da sensibilidade contextual concordam que os critérios que determinam os valores de verdade para uma atribuição de conhecimento são determinados pelo contexto. A diferença reside, portanto, no tratamento semântico, uma vez que para os contextualistas tradicionais há alteração na proposição expressa pelo atribuidor quando expressa em diferentes contextos de atribuição, enquanto para o contextualista não-indexical a diferença se resume às condições de verdade empregados para o julgamento do valor de verdade da proposição.

Isso faz com que os contextualistas tradicionais precisem defender que, quando o falante faz uma atribuição de conhecimento no formato ‘*S* sabe que *P*’, ele está embutindo na proposição um padrão epistêmico, uma vez que este padrão faz parte do conteúdo proposicional que se pretende transmitir. Por não propor que o padrão epistêmico operante em um contexto conversacional específico altere o conteúdo semântico das atribuições de conhecimento, o contextualista não-indexical não precisa deste tipo de pressuposição, sugerindo apenas que o atribuidor avalie a proposição de acordo com os padrões operantes no contexto, verificando se o sujeito cognoscente alcança ou não os requisitos estabelecidos. Para Jeane Silva, “o Contextualismo não-Indexical está comprometido com a relativização do julgamento do valor de verdade às circunstâncias de avaliação, que contém minimamente um mundo, um tempo, e um padrão epistêmico como parâmetros” (SILVA, 2017, p. 173).

A principal vantagem do Contextualismo não-Indexical, segundo John MacFarlane (2007a), é desvincular a abordagem contextualistas dos fenômenos linguísticos de variação do conteúdo proposicional, estudando de forma mais ampla o fenômeno da sensibilidade contextual, em detrimento da dependência contextual, reconhecendo que tal fenômeno abrange não só termos graduais e indexicais, mas também termos vagos, ambíguos ou inespecíficos. Além disso, esse tipo de abordagem tem a possibilidade de explorar a sensibilidade dos valores de verdade das atribuições de conhecimento e, segundo o autor, oferecer melhores respostas aos problemas que surgem do Contextualismo tradicional, como a já vista conjunção abominável.

Para isso, é preciso romper com a noção de “sensibilidade contextual”, que na verdade seria “dependência contextual”, do Contextualismo tradicional, segundo a qual uma proposição só é “sensível” ao contexto se tem seu significado alterado de acordo com o contexto de proferimento, como fica claro nas definições anteriormente estudadas: “Dizer que *e* é sensível ao contexto é dizer que sua contribuição para as proposições expressas por proferimentos de

sentenças contendo *e* variam de contexto para contexto” (CAPPELEN, LEPORE, 2005, p. 146 apud SILVA, 2017, p. 176). “Uma sentença é sensível ao contexto SSE ela expressa diferentes proposições relativas a diferentes contextos de uso” (STANLEY, 2004, p. 16 apud SILVA, 2017, p. 176).

A abordagem mais ampla da sensibilidade contextual não pode, contudo, englobar qualquer caso de variação nos valores de verdade de uma sentença. Äkerman e Greenough (2008) atentam que a sensibilidade contextual implica em sensibilidade dos valores de verdade, mas o contrário não é verdadeiro. A sentença “no momento em que terminou seu mais famoso artigo, Moore sabia que tinha mãos”, por exemplo, apesar de poder apresentar diferentes valores de verdade a depender do contexto de avaliação epistêmica não sofre alteração do conteúdo expresso pela sentença. Ou seja, alterando os padrões epistemológicos de avaliação de tal sentença, chegamos a valores de verdades distintos, mesmo sem haver uma mudança no mundo que justificasse uma alteração semântica (SILVA, 2017).

Esta forma de entender a sensibilidade contextual é de suma importância para diferenciar o modo pelo qual se determina a verdade das atribuições de conhecimento. Enquanto para os contextualistas tradicionais o contexto é necessário para extrair o significado expresso pela sentença, *Função Determinante de Conteúdo*, na nomenclatura de MacFarlane (2007), para os contextualistas não-Indexicais o contexto é necessário para extrair as condições de verdade, *Função Determinante de Circunstância*, visto que o conteúdo expresso pela sentença não sofre alteração.

A sentença “S sabe que Pelé está vivo” é falsa tanto para os contextualistas tradicionais quanto para os não-Indexicais. Contudo, para os tradicionais, visto que o contexto é determinante para o conteúdo, a proposição expressa neste contexto é falsa, e ela não poderia ser verdadeira há alguns anos porque, em outro contexto, seria outra a proposição. Já para os contextualistas não-Indexicais, tal sentença é falsa por conta das condições de avaliação no atual contexto, contudo, dita há alguns anos, tal sentença seria verdadeira, visto que seria expressa a mesma proposição, mas com critérios de avaliação distintos.

Já no teste de atribuição intercontextual de conhecimento, no qual *X*, no contexto *C*, afirma que “S sabe que *P*” e *Y* no contexto *C'*, afirma que “S não sabe que *P*”, a resposta do Contextualismo tradicional e a resposta de Contextualismo não-Indexical pouco diferem. Este tipo de cenário é constantemente citado como uma consequência indesejada do contextualismo, que gera uma conjunção abominável, na qual seria possível dizer que ‘*X* está certo quando afirma que *S* sabe que *P* e *Y* está certo quando afirma que *S* não sabe que *P*’, ou ainda *Y* poderia dizer que “*X* está certo quando afirma que ‘*S* sabe que *P*’ mas *S* não sabe que *P*’.

A resposta do contextualismo tradicional, como vimos, é que a sentença dita por *S* em um contexto de baixos padrões epistêmicos está a dizer uma proposição diferente da mesma sentença sendo dita em um contexto no qual os padrões epistêmicos estão mais exigentes. Como seriam duas proposições diferentes, não há contradição entre a atribuição de *X* e a negação de *Y*. Já para o Contextualismo não-Indexical, as proposições ditas são exatamente as mesmas, acontece que as condições de verdade para uma atribuição de conhecimento são determinadas contextualmente. Com isso, teríamos que na avaliação contextual de *X*, *S* alcançou um nível satisfatório para contar como conhecedor, enquanto na avaliação de *Y*, em um contexto mais exigente, *S* não alcançou tal limiar mínimo para contar como conhecedor.

A proposta de Contextualismo não-Indexical parece não oferecer uma resposta que torne palatável a conjunção abominável, contudo, oferece um tratamento linguístico simplificado ao não prever alteração semântica das sentenças e tenta estabelecer um pressuposto razoável, de que as condições de verdade para avaliação de uma proposição são contextualmente sensíveis.

A tentativa contextualista de explicar estas “sentenças desagradáveis” se dá por meio da descrição do que acontece nos casos, enquanto se assume uma posição que confia na ideia de que a verdade ou falsidade de uma dada atribuição de conhecimento é analisada de acordo com um padrão de conhecimento estabelecido pelo contexto conversacional de atribuição. A questão é que diferentes atribuidores em diferentes contextos conversacionais podem aplicar padrões epistêmicos distintos para a consideração de se um sujeito tem conhecimento ou não, e parece razoável julgar uma dada atribuição de conhecimento verdadeira de acordo com os padrões em jogo quando a atribuição foi feita, mas faz igual sentido negar a verdade de tal atribuição de conhecimento se os padrões em jogo se tornam mais exigentes (SILVA, 2017, p. 184).

Para Nikola Kompa (2002), o problema da conjunção abominável não pode ser solucionado com as abordagens tradicionais do Contextualismo Epistêmico, que falham em oferecer uma analogia satisfatória entre ‘conhecimento’ e indexicais ou adjetivos graduais. Por conta disso, há dois caminhos que poderiam ser seguidos, ou uma analogia com predicados inespecíficos, como ‘é interessante’, ou assumir uma posição pragmática frente a conjunção abominável.

No primeiro cenário, a autora defende que termos inespecíficos podem fazer parte de conjunções abomináveis, como quando *X* diz que “*S* está correto em dizer que o filme é interessante, mas não é realmente interessante”. Isso porque tais termos precisam apenas satisfazer padrões contextuais para serem atribuídos de forma acurada, e a transição entre padrões diferentes de avaliação na mesma sentença gera estranheza.

Na segunda opção, assumindo uma posição pragmática, a autora sugere que a negação do Contextualismo Epistêmico, por conta dessa consequência indesejada, poderia implicar no

invariantismo epistêmico, no qual há apenas um limiar de justificação, que não sofre influência contextual. Nesta posição, é possível argumentar que a suposta elevação dos padrões epistêmicos apenas evidencia que a atribuição de conhecimento anterior não foi acurada, se aproximando bastante da argumentação cética, o que os contextualistas querem evitar a todo custo.

[...] [O] contextualista, claramente, não se comprometerá em conceder que ‘S sabe que p’ e ao mesmo tempo que ‘S não sabe que p’. Nem está comprometido em conceder que um falante poderia analisar sua própria atribuição de conhecimento como verdadeira e ao mesmo tempo como falsa, mudando contextos e padrões para o conhecimento no meio do caminho, dizendo algo como “Digo algo verdadeiro proferindo ‘S sabe que p’ agora, mas eu digo algo falso proferindo ‘S sabe que p’ agora” [...]. É definitivamente não asserível e mesmo contraditório - em parte devido ao fato que falantes não podem mudar de contexto *ad libitum*. Então devem haver restrições pragmáticas para o efeito de que isto não é possível” (KOMPA, 2002, p.85 apud SILVA, 2017, p. 168)⁸⁰.

Assim, parece que estamos diante de dois caminhos “devemos escolher entre evitar a consequência desagradável que o contextualismo impõe assumindo uma posição claramente invariantista, ou aceitar tais construções indesejáveis que podem resultar da sensibilidade natural de atribuições de conhecimento” (SILVA, 2017, p. 189). Uma defesa da verdade da conjunção, apesar da estranheza, parece ser necessária se o objetivo for corroborar com nossas atribuições de conhecimento cotidianas.

Ambos os tipos de contextualismo também diferem no tratamento dado a discursos indiretos, que apresentam uma dificuldade para a defesa da sensibilidade contextual das atribuições de conhecimento. Discursos indiretos, lembremos, são aqueles nos quais é atribuído conhecimento a *S* por um *X* qualquer e, depois, em um outro contexto, com os padrões epistêmicos mais elevados, *Y* nega conhecimento a *S* com base nas mesmas evidências.

Podemos construir um caso deste tipo imaginando que Maria, mãe de João, afirme para Roberta que sabe que seu filho está em casa, pois estava jogando vídeo game minutos atrás quando ela saiu para jogar o lixo fora. Instantes depois, em outro contexto, com a informação adicional de que estão acontecendo sequestros relâmpagos de crianças pelo bairro, Roberta diz a Fernanda “Maria disse que sabe que seu filho está em casa”. Fernanda, operando em um

⁸⁰ [...] the contextualist is of course not committed to concede that A knows that p and at the same time doesn't know that p. Nor is he committed to concede that a speaker might assess his own knowledge ascription as true and at the same time as false, switching contexts and knowledge standards midway, in saying something like “I say something true in uttering ‘A knows that p’ now, but I say something false in uttering ‘A knows that p’ now” (...). This is definitely unassertable and even contradictory — partly due to the fact that speakers can't switch contexts *ad libitum*. So there must be pragmatic constraints to the effect that this is not possible.

contexto diferente, com informações sobre os sequestros relâmpagos, diz “Não, Maria não sabe se seu filho está em casa”.

No entendimento do Contextualismo tradicional ambas as afirmações são acuradas, afinal, são proposições diferentes, visto que a mudança contextual alterou o significado de cada uma das sentenças. Com isso, no primeiro contexto, Maria estava a dizer algo como “Eu sei que meu filho está em casa em um contexto de baixos padrões epistêmicos”, enquanto no segundo contexto Fernanda, na verdade, disse algo como “Maria não sabe que seu filho está em casa em um contexto de padrões epistêmicos mais exigentes”.

Já para o Contextualismo não-Indexical, a estranheza gerada pela asserção de Fernanda é oriunda da falsidade da própria asserção. Uma vez que não é previsto alteração semântica nas atribuições de conhecimento neste tipo de contextualismo, o relato de Roberta tem exatamente o mesmo conteúdo da proposição de Maria (SILVA, 2017). Uma vez que a fala de Maria era verdadeira, o relato de Roberta também deve ser. Com isso, Fernanda estaria errada ao tentar impor suas condições de verdade a uma atribuição feita em um contexto no qual tais condições não eram operantes.

Caso Maria, ao atribuir a si mesma conhecimento de que seu filho está em casa, fosse confrontada com a informação a respeito dos sequestros relâmpagos, ela mesma retiraria sua auto atribuição de conhecimento, provavelmente dizendo algo como “eu achava que sabia, mas agora parece sensato ir verificar se meu filho está em casa”. O que Maria provavelmente não diria, no entanto, é que sabia que seu filho estava em casa quando as condições de verdade eram menos exigentes, como parece sugerir a hipótese contextualista.

Por conta disso, o Contextualismo não-Indexical defende que em relatos indiretos, como o exemplo sugerido, a avaliação da atribuição deve ser de acordo com o padrão epistêmico P operante no contexto conversacional C , no instante t , no qual a atribuição foi feita. Assim, “o padrão epistêmico, apesar de relativizado ao contexto do atribuidor, é assumido a partir de um valor básico que é o sujeito em seu contexto de proferimento” (SILVA, 2017, p. 213).

Posto isso, vimos uma alternativa de contornar alguns dos problemas linguísticos enfrentados pelo Contextualismo Epistêmico optando pelo Contextualismo não-Indexical. Nesta proposta, muitos dos problemas postos no Contextualismo tradicional não precisam ser enfrentados, pois ao não postular alteração de conteúdo proposicional nas atribuições de conhecimento, a teoria não precisa oferecer um arcabouço linguístico robusto que a fundamente

5. CONCLUSÃO

Abordamos, assim, os principais pontos do Contextualismo Epistêmico, que surge como uma resposta ao Ceticismo. Isso implicaria que nossas atribuições cotidianas de conhecimento não seriam acuradas, que falantes competentes de uma língua errariam cronicamente ao fazerem atribuições de conhecimento e que virtualmente tudo que pensamos conhecer do mundo não sobreviveria às considerações céticas.

Depois de tratar da motivação para o Contextualismo, dissertamos sobre suas principais formulações. Primeiramente apresentamos a teoria das Alternativas Relevantes de Dretske, que pode ser entendida como o início do Contextualismo Epistêmico. Salientei, também, que não considero a Teoria das Alternativas Relevantes como contextualista, por não prever alteração semântica das atribuições de conhecimento, mas apenas alteração pragmática.

Passamos pela teoria de Lewis, que confere aspecto contextualista à teoria de Dretske e tenta postular com alguma objetividade critérios que sejam eficientes ao determinar se uma alternativa é ou não relevante. Em DeRose, no entanto, temos uma face mais linguística do contextualismo, com comparações entre a semântica de ‘conhecimento’ e a semântica de termos graduais e indexicais, e a tentativa de conferir algum embasamento linguístico a teoria. Já em Cohen, o foco é o estabelecimento dos contextos conversacionais e padrões epistêmicos operantes em um determinado contexto. Dentre todos, Cohen parece ser aquele que mais incorpora aspectos sociais da atribuição de conhecimento na sua teoria.

No terceiro capítulo, analisamos se há embasamento linguístico para as alegações contextualistas a respeito do comportamento semântico do termo ‘conhecimento’. Para tal, vimos brevemente que a lista de termos indexicais oferecidas por Kaplan não contém verbos, como é o caso do uso do termo ‘sabe’ nas atribuições de conhecimento cotidianas do tipo ‘*S* sabe que *p*’. Mencionamos, também, a diferença demonstrada por Bach entre sensibilidade contextual e dependência contextual, que consiste na diferença entre um termo ter seu conteúdo proposicional influenciado pelo contexto ou fixado no contexto.

Também vimos os testes linguísticos elaborados por Stanley, que tentam capturar o comportamento comum aos termos indexicais e graduais e aplicá-los às atribuições de conhecimento. A falha do termo epistêmico em se comportar como os elementos comparativos sugere que os contextualistas se precipitam em criar essas analogias e fundamentar a base linguística do Contextualismo nelas.

A fim de recuperar, pelo menos em parte, a analogia construída, vimos a comparação de Blome-Tillmann entre ‘sabe’ e ‘ronca’, na qual os termos parecem semelhantes em exigir

um predicado junto com o modificador para se movimentarem nas suas respectivas escalas, de um lado a escala epistêmica e, do outro, escala de ruído. Esse tipo de analogia pode apontar para um possível tratamento semântico das atribuições de conhecimento.

Por último, vimos uma alternativa à pesada exigência de um arcabouço linguístico para a teoria Contextualista que, dentre as defensoras, contam Nikola Kompa e Jeane Silva, na proposta do Contextualismo não-Indexical. Nessa possibilidade, as atribuições de conhecimento não mudam seu conteúdo proposicional de acordo com o contexto de proferimento, mas apenas as condições de verdade que julgarão o quão bem justificada uma proposição deve estar para contar como um caso de conhecimento.

Ao final deste trabalho, espero ter proporcionado uma rápida introdução ao Contextualismo Epistêmico, desde sua razão de existir como resposta ao Ceticismo até seus desdobramentos mais recentes. Desejo que essa pesquisa sirva como base para investigações mais aprofundadas no tema, utilizando a bibliografia apresentada. O Contextualismo Epistêmico continua a ser uma área intrigante de estudo e debate na epistemologia, contribuindo para uma melhor compreensão das nossas atribuições cotidianas de conhecimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANNIS, D. A contextualist theory of epistemic justification. *American Philosophic Quartely*. Vol 15, n 3, 1978, p. 213-239.
- AKERMAN, J; GREENOUGH, P. Vagueness and Non- Indexical Contextualism. S. Sawyer (ed.), *New Waves in Philosophy of Language*, 2008.
- BACH, K. “Context Dependence”, In: *The Continuum Companion to the Philosophy of Language*. Max Kölbel and Manuel García-Carpintero (eds.), Continuum, 304p. 2012.
- BARKE, A.: 2002, *The Closure of Knowledge in Context*, Mentis, Paderborn.
- BLOME-TILMAN, M. ‘The Indexicality of ‘Knowledge’’, in: *Philosophical Studies: An International Journal for Philosophy in the Analytic Tradition* Vol. 138, No. 1, p. 29-53. 2008.
- BRAUN, David. **Indexicals**. 2015. Disponível em:
<https://plato.stanford.edu/entries/indexicals/>. Acesso em: 30 jul. 2023.
- CAPPELEN, H and LEPORE, E. *Insensitive Semantics. A Defense of Semantic Minimalism and Speech Act Pluralism*. By Blackwell Publishing, 2005.
- COHEN, S. Knowledge and Context. *The Journal of Philosophy*, Vol. 83, No. 10, Eighty-Third Annual Meeting AmericanPhilosophical Association, Eastern Division, p. 574-583. 1986.
- _____ Knowledge, Context and Social Standards. *Synthese* 73, by D. Reidel Publishing Company, p. 3-26. 1987.
- _____ How to Be a Fallibilist. In: *Epistemology*. J. Tomberlin (ed.), *Philosophical Perspectives* 2, Atascadero, CA: Ridgeview, p.91-123. 1988.
- _____ ‘Contextualism, Skepticism, and the Structure of Reasons’, in J. Tomberlin (ed.), *Epistemology (Philosophical Perspectives*, 13; Oxford: Blackwell), p. 57-89. 1999.

_____ Contextualism and Skepticism. In: Skepticism. E. Sosa and E. Villaneuva (eds.), Philosophical Issues 10, p. 94-107. 2000.

DeROSE, K. Contextualism and Knowledge Attributions, Philosophy and Phenomenological Research, p. 913-29. 1992.

_____ Solving the Skeptical Problem. In: Philosophical Review, 104: 1-52. 1995.

_____ Relevant Alternatives and the Content of Knowledge Attributions Philosophy and Phenomenological Research, Vol. 56, No. 1, p. 193-197. 1996.

_____ Responding to Skepticism. In: DeRose e Ted A. Warfield (eds.) Skepticism, a contemporary reader. Oxford: University Press, p. 1-24. 1999.

_____ Contextualismo: Explicação e Defesa. In: Compêndio de Epistemologia, J. Greco and E. Sosa (eds.), Edições Loyola, 297—324. 2008.

_____ The Case for Contextualism. Knowledge, Skepticism, and Context, Vol. 1, Clarendon Press Oxford, 2009.

COMESAÑA, Juan et al. **Skepticism**. 2019. Disponível em: <https://plato.stanford.edu/entries/skepticism/>. Acesso em: 29 jul. 2023.

DESCARTES, René. Meditações. Trad. J. Guinsburg e Bento Prado Júnior. São Paulo: Abril Cultural, p. 81-150. 1973.

DRETSKE, Fred. Epistemic Operators. The Journal of Philosophy, Vol. 67, No. 24, p. 1007-1023. 1970.

_____ Contrastive statements. Philosophical Review 81, p. 411-437. 1972.

_____ The Pragmatic Dimension of Knowledge. In: Philosophical Studies 40, p. 363 – 378. 1981.

_____ The Case Against Closure. In: STEUP, Matthias; SOSA, Ernest. (Ed). *Contemporary Debates in Epistemology*. Oxford: Blackwell, p. 3-26. 2005.

FELDMAN, Richard. Contextualism and Skepticism. *Nous*, [S.L.], v. 33, n. 13, p. 91-114, out. 1999. Wiley. <http://dx.doi.org/10.1111/0029-4624.33.s13.4>.

GETTIER, Edmund. Is justified true belief knowledge? In: *Analysis* 23, p. 121 – 123. 1963.

GRECO, J.: 2008, What's wrong With Contextualism?, *Philosophical Quarterly* 58, 416 – 436.

HARMAN, Gilbert. Reasoning and Evidence One Does Not Possess. *Midwest Studies In Philosophy*, [S.L.], v. 5, p. 163-182, 1980. Philosophy Documentation Center. <http://dx.doi.org/10.1111/j.1475-4975.1980.tb00403.x>.

HAWTHORNE, John. The Case For Closure. In: STEUP, Matthias; SOSA, Ernest. (Ed). *Contemporary Debates in Epistemology*. Oxford: Blackwell, p. 26-42. 2005.

KAPLAN, D. Demonstratives. In: Almog, Perry, and Wettstein, p. 481–563. 1989.

KOMPA, N. The context sensitivity of knowledge ascriptions. *Grazer Philosophische Studien*, 64, p.79–96. 2002.

_____ The Semantics of Knowledge Attributions. Westfälische Wilhelms-Universitiit Philosophisches Seminar. Domplatz 23, D-48143 Münster Germany, p. 16-28. 2004.

_____ Knowledge in Context. *Rivista Internazionale di Filosofia e Psicologia*. Vol. 5, n.1, p. 58-71. 2014.

KORNBLITH, H. The Contextualist Evasion of Epistemology. In: Skepticism. Ernest Sosa, Ernest e Enrique Villanueva eds. Boston MA & Oxford UK: Blackwell Publishers, p. 24-32. 2000.

KUHN, Thomas S. **A ESTRUTURA DAS REVOLUÇÕES CIENTÍFICAS**. 12. ed. São Paulo: Perspectiva S. A., 2013. 323 p.

LEWIS, D. Counterfactuals. Blackwell Publishing, 1973. 156 p.

_____ Scorekeeping a Language Game. *Journal of Philosophical Logic* 8; by D. Reidel Pubhkhing Co., Dordnxht, Hdland, and Boston, U.S.A. p. 339-359. 1979.

_____ Index, Context, and Content. S. Kanger and S. Ohman (eds.), *Philosophy and Grammar*, p.79-100. 1980.

_____ On the Plurality of Worlds. Oxford: Blackwell, 1986.

_____ Elusive knowledge. *Australasian Journal of Philosophy*,74:4, p. 549 - 567. 1996.

LUDLOW, P. Contextualism and the New Linguistic Turn in Epistemology. in: *In: Contextualism in Philosophy: Knowledge, Meaning, and Truth*. Edited by Gerhard Preyer and Georg Peter. Clarendon Press Oxford, p. 11-50. 2005.

LUZ, A. M., *Conhecimento e Justificação*, Pelotas: Nepfil, 2013.

LUPER, Steven. **Epistemic Relativism**. *Philosophical Issues*, [S.L.], v. 14, n. 1, p. 271-295, out. 2004. Wiley. <http://dx.doi.org/10.1111/j.1533-6077.2004.00031.x>.

MACFARLANE, J. Nonindexical Contextualism. Berkeley, 2007a. Disponível em <https://johnmacfarlane.net/nonindexicalcontextualism.pdf>. Acesso em: 29/07/23.

_____ Semantic Minimalism and Nonindexical Contextualism. In Gerhard Preyer & Georg Peter (eds.). *New Essays on Semantics and Pragmatics*. Oxford University Press, p. 240-250. 2007b. Também disponível em: <https://johnmacfarlane.net/relknow.pdf>. Acesso em: 29/07/23.

MORE: Mecanismo online para referências, versão 2.0. Florianópolis: UFSC Rexlab, 2013. Disponível em: <http://www.more.ufsc.br/>. Acesso em: 29/07/23.

MORTARI, C. Lógicas Epistêmicas. In: Luiz Henrique de A. Dutra. (Org.). Nos Limites da Epistemologia Analítica. Florianópolis: NEL/UFSC, 1999, v., p. 17-68.

MOSER, Paul et al. Teoria do Conhecimento: uma introdução temática. 2. ed. São Paulo: Wmf Martins Fontes Ltda, 2009. 233 p.

NUNES, Álvaro. **O problema do ceticismo**. 2015. Disponível em: <https://criticanarede.com/anunesoproblemadoceticismo.html>. Acesso em: 29 jul. 2023.

POLLOCK, John. **Knowledge and justification**. New Jersey: Princeton University Press, 2016.

PUTNAM, Hilary. Brains in a Vat. In: DeRose e Ted A. Warfield (eds.) Skepticism, a contemporary reader. Oxford: University Press, p .27-42. 1999.

RODRIGUES, Tiegue. Diferentes Abordagens Sobre o Contextualismo Epistemológico. Puc-Rs, Rio Grande do Sul, p. 1-15, 2010.

RODRIGUES, T. O Contextualismo na Epistemologia Contemporânea. 2011. 125f. Tese (Doutorado em Filosofia). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

SILVA, J. V. S. Contextualismo Epistemológico e Um Tratamento Não-Indexical para Problemas Contextualistas. 2017. Tese (Doutorado em Filosofia). Departamento de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

STANLEY, J. 'On the Linguistics Basis for Contextualism', in: Philosophical Studies 119:119–146, 2004.

_____ Knowledge and Practical Interests. Ed. by Peter Ludlow and Scott Sturgeon. Clarendon Press Oxford, 2005.

STINE, G. C.. Skepticism, relevant alternatives, and deductive closure. *Philosophical Studies*, [S.L.], v. 29, n. 4, p. 249-261, abr. 1976. Springer Science and Business Media LLC. <http://dx.doi.org/10.1007/bf00411885>.

STINE, G. Skepticism, Relevant Alternatives, and Deductive Closure. In: *Skepticism: A Contemporary Reader*. Keith DeRose and Ted Wardfield eds. p. 145-155. 1999.

UNGER, Peter. A Defense of Skepticism. *The Philosophical Review*, [S.L.], v. 80, n. 2, p. 198, abr. 1971. JSTOR. <http://dx.doi.org/10.2307/2184030>.

WILLIAMS, M. 2004, Knowledge, Reflection and Sceptical Hypotheses. *Erkenntnis*, V. 61, 2004.